



PROFHISTÓRIA

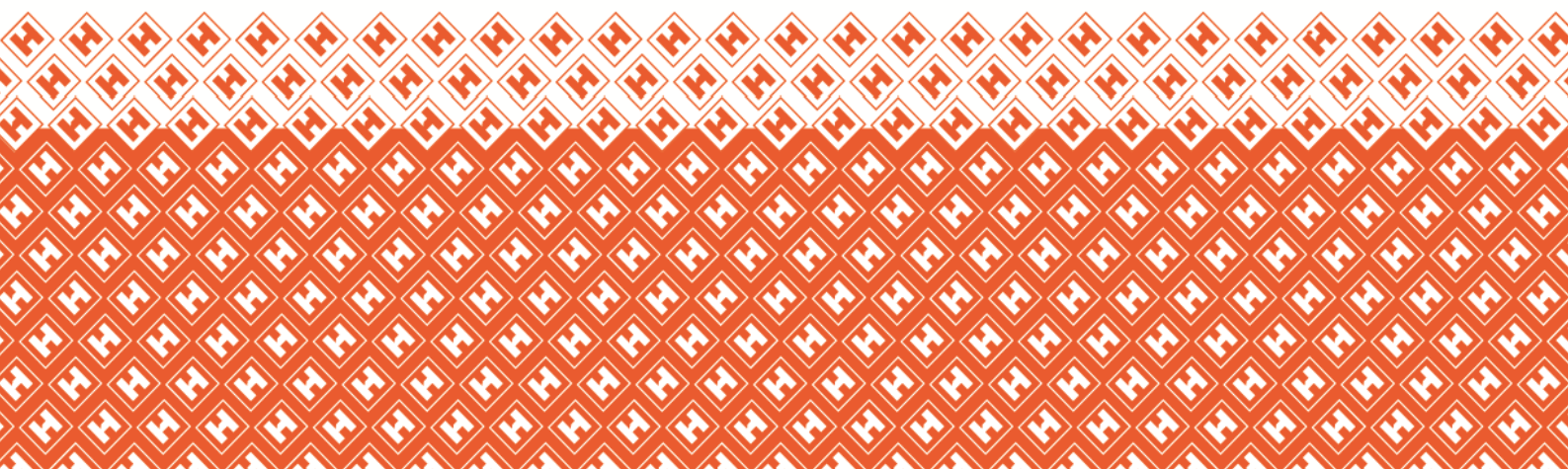
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUIS FERNANDO BARBOSA RODRIGUES

**A INFLUÊNCIA DAS FAKE NEWS NOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DE 8 DE
JANEIRO DE 2023:
Reflexões para o ensino de história**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2024



LUIS FERNANDO BARBOSA RODRIGUES

**A INFLUÊNCIA DAS FAKE NEWS NOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DE 8 DE
JANEIRO DE 2023:
Reflexões para o ensino de história**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em ensino de história (Profhistória) da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em ensino de história.

Linha de pesquisa: linguagens e narrativas históricas: produção e difusão.

Orientador: Prof. Dr. Amon Santos Pinho

**Uberlândia/MG
2024**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R696
2024

Rodrigues, Luis Fernando Barbosa, 1998-
A influência das fake news nos atos antidemocráticos
de 8 de Janeiro de 2023: reflexões para o Ensino de
História. [recurso eletrônico] / Luis Fernando Barbosa
Rodrigues. - 2024.

Orientador: Amon Santos Pinho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Ensino de
História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.727>
Inclui bibliografia.

1. História. I. Pinho, Amon Santos, 1970-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-graduação em Ensino de História. III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, 2º piso, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4395 - profhistoria@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ensino de História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, 24, PPGEH				
Data:	Trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	19h00	Hora de encerramento:	21h30
Matrícula do Discente:	12212HRN007				
Nome do Discente:	Luis Fernando Barbosa Rodrigues				
Título do Trabalho:	A influência das fake news nos atos antidemocráticos de 8 de Janeiro de 2023: reflexões para o Ensino de História				
Área de concentração:	Ensino de História				
Linha de pesquisa:	Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Filosofia e Educação em Agostinho da Silva: Demarcando um campo conceitual				

Reuniu-se, por meio de webconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, assim composta: Professores Doutores: Amon Santos Pinho - INHIS/UFU, orientador do candidato; Gilberto César de Noronha - INHIS/UFU e Mara Regina do Nascimento - UFSM.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Amon Santos Pinho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Amon Santos Pinho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/10/2024, às 21:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Cezar de Noronha, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/10/2024, às 21:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mara Regina do Nascimento, Usuário Externo**, em 30/10/2024, às 21:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5822114** e o código CRC **F254981D**.

AGRADECIMENTOS

*É necessário sempre acreditar que o sonho é possível
Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível
Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase
Que o sofrimento alimenta mais a sua coragem
Que a sua família precisa de você
Lado a lado se ganhar, pra te apoiar se perder
Racionais MC's, Afro-X*

Lembro-me que, quando criança, minha brincadeira preferida era ser professor. Nitidamente, me vem à mente uma tarde em que, com uma simples vasilha cheia de água e uma escova de dente, eu transformava a parede concretada do meu quadro. Era um momento simples, mas que enchia meu coração de alegria.

Sempre que me perguntavam o que eu queria ser quando crescesse, a imagem de um professor surgia facilmente à minha mente. Entretanto, em uma sociedade que pouco reconhece o valor dessa profissão, fui desencorajado em diversos momentos a seguir esse caminho, inclusive por alguns dos meus próprios docentes. Mas meu desejo permaneceu ativo e me graduei na disciplina que mais amava: história. Um ano após concluir a graduação, em 2022, enfrentei a desafiadora missão de cursar o Mestrado Profissional em Ensino de história.

Conciliar meus primeiros anos de prática docente com uma missão tão grandiosa só se tornou possível graças ao apoio indispensável das pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse a este momento.

Agradeço inicialmente a Deus, por me dar a honra de ser filho de pais tão especiais, que sempre me incentivaram a estudar e me apoiaram em todos os aspectos para que eu chegasse até aqui. Vanda e Reginaldo, vencemos mais uma etapa!

À minha família, representada de maneira especial pela minha irmã Larissa, meus afilhados Júlia e Eduardo, e, especialmente, pelas minhas avós Maria e Hilda, que com certeza estão muito orgulhosas, onde quer que estejam.

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), representada especialmente pelo meu orientador Amon Santos Pinho, que pacientemente me guiou na pesquisa e, de maneira compreensiva e sensível, entende a sobrecarga de trabalho de um professor da educação básica no Brasil. Muito obrigado!

Ao meu namorado, Alisson, uma grata surpresa que surgiu no meio da minha trajetória no curso. Obrigado por sempre me apoiar, incentivar, compartilhar este sonho e tornar os momentos de reflexão e escrita mais prazerosos. Além disso, eu não poderia deixar de mencionar a presença da minha companheirinha pet, Mag, que esteve comigo durante o

processo de escrita, oferecendo seu carinho.

Aos meus amigos e amigas, representados aqui por Charles, Emylle, Izabella, João Otávio, Marcus Vinicius, Rafael, Samara e Vinicius. Em especial, à Samara, que me apresentou o Profhistória e que sempre esteve pronta para oferecer o melhor acolhimento nos momentos de angústia.

Aos meus alunos e alunas, que, desde 2021, têm me ensinado e motivado a perseguir o meu sonho de ser professor, apesar dos inúmeros obstáculos que cercam essa carreira.

Também expresso minha gratidão aos meus colegas de trabalho.

Aos meus professores, cujos ensinamentos, desde os anos iniciais, me motivaram a buscar a trajetória do conhecimento e a me tornar um ser humano menos ignorante.

Ao presidente Lula, por gerir políticas públicas que inseriram milhares de jovens que antes não tinham oportunidade sequer de estudar, em especial jovens pretos!

Enfim! Sinto-me agraciado por estar rodeado de tantas pessoas especiais e que junto a mim poderão celebrar os frutos da conclusão dessa trajetória!

“A assim chamada investigação pura e simples dos fatos é metodologicamente imprescindível e se realiza no âmbito da comprovação geral. O método histórico tem uma racionalidade própria. (...) Todo testemunho, seja escrito ou em forma de imagem, permanece associado às circunstâncias, e o excesso de informações que pode contar não é suficiente para abarcar a historicidade que atravessa em diagonal todos os testemunhos do passado” (Koselleck, 1972, p. 185 e 187).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o ensino de história como um aliado na conscientização da propagação de notícias falsas. O foco da investigação são os atos antidemocráticos ocorridos no Brasil em 8 de Janeiro de 2023 e as informações falsas disseminadas sobre esse movimento golpista. O objetivo principal é pensar o ensino de história e sua natureza científica como uma ferramenta para colaborar com a sociedade na identificação e combate às *fake news*. Para isso, foram feitas análises, principalmente em reportagens que visam a desconstruir essas inverdades. Esta pesquisa destacou que as notícias falsas têm sido uma presença constante em diferentes momentos da História, mas, nos últimos anos, com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação, elas se propagaram em maior escala. Esse aumento significativo na propagação de notícias falsas pode ser observado a partir de 2016, durante as eleições nos Estados Unidos, quando Donald Trump foi eleito presidente, e também nas eleições de 2018 no Brasil, quando Jair Bolsonaro se tornou presidente. Diante dessa problemática, o estudo ressalta a importância do professor de história em fortalecer, junto a seus alunos, a abordagem à disciplina com base na cientificidade da História. Assim, é proposto um material de duas sequências didáticas para professores, com o intuito de que ele seja trabalhado no ensino médio, de modo a contribuir para as responsabilidades sociais do ensino de história. Isso ajudará a promover uma sociedade mais crítica e capaz de discernir informações falsas de fatos verídicos.

Palavras-chave: Ensino de história; História do tempo presente; 8 de janeiro de 2023; *Fake news*; Sequência didática.

ABSTRACT

This study aims to analyze history teaching as an ally in raising awareness about the spread of fake news. The focus of the investigation is the anti-democratic acts that occurred in Brazil on January 8, 2023, and the false information disseminated by this coup movement. The main objective is to understand history teaching and its scientific nature as a necessary tool to collaborate with society in identifying and combating fake news. To this end, analyses were carried out, mainly in reports that aim to deconstruct these untruths. This research highlighted that fake news has been a constant presence at different times in History, but in recent years, with the advancement of Information and Communication Technologies, it has spread on a larger scale. This significant increase in the spread of fake news can be observed starting in 2016, during the elections in the United States, when Donald Trump was elected president, and also in the 2018 elections in Brazil, when Jair Bolsonaro became president. In view of this problem, the study highlights the importance of History teachers reinforcing, together with their students, the need to approach the subject based on the scientific nature of History. Thus, a material with two didactic sequences is proposed for teachers, with the aim of using it in high school, in order to contribute to the social responsibilities of teaching History. This will help to promote a more critical society that is able to distinguish false information from true facts.

Keywords: History teaching; History of present time; January 8, 2023; Fake news; Didactic sequence.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sucessão de eventos que culminaram no 8 de janeiro de 2023.....	65
Tabela 2 - <i>Fake news</i> que envolveram o 8 de janeiro de 2023.....	67
Tabela 3 - Divisão de partes da sequência pedagógica	95
Tabela 4 - Seções complementares da sequência pedagógica	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência ao Condenado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CCI	Competência Crítica em Informação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IA	Inteligência Artificial
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
PCNS	Parâmetros Curriculares Nacionais
PL	Projeto de Lei
STF	Supremo Tribunal Federal
TICS	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Caminhos do pensamento	17
1.2	As mídias digitais no ensino de história: uma breve reflexão.....	20
1.3	Estrutura da dissertação	24
2	O PRESENTISMO E A NECESSIDADE DE FALAR SOBRE FAKE NEWS E A PÓS-VERDADE NA ERA DA (DES)INFORMAÇÃO	26
2.1	História do tempo presente	26
2.2	Caracterização das fake news	32
2.3	Fake news e a era da pós-verdade.....	45
3	DEMOCRACIA (IN)ACABADA: COMPARATIVO ENTRE OS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DO 8 DE JANEIRO DE 2023 E A INVASÃO DO CAPITÓLIO: ANÁLISE DE FAKE NEWS.....	52
3.1	As fragilidades da democracia brasileira	52
3.2	Estudo de fake news: um comparativo entre Estados Unidos e Brasil.....	59
4	ENSINO DE HISTÓRIA, AÇÃO E REFLEXÃO: ANÁLISE E PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	70
4.1	Qual caminho seguir? O ensino de história em perspectiva	70
4.2	Cidadania e política: habilidades discursivas para o ensino de história	74
4.3	Interrogando as fontes históricas.....	83
4.4	Averiguando o produto	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
	FONTES / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte do Programa de Pós-graduação em ensino de história da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O interesse pelo tema do título, *A influência das fake news nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023: reflexões para o ensino de história*, e a percepção da sua relevância surgiram a partir de experiências do pesquisador, enquanto professor de história, que percebe a necessidade de trabalhar com a temática que visa estruturar três eixos que possam dialogar de forma concomitante: ensino de história, *fake news* e democracia subsidiada na perspectiva dos ataques antidemocráticos do 8 de janeiro de 2023.

Na condição de professor de história da educação básica da rede pública de ensino, o pesquisador busca compreender o ensino de história enquanto aliado à diminuição e conscientização da propagação das notícias falsas. Para mais, é uma forma de interpelar e evidenciar uma problemática que assola a contemporaneidade, em especial o ensino de história. Na dissertação de mestrado, *Fato fake: desconstruindo as fake news através do ensino de história*, essa necessidade é colocada da seguinte forma:

Um dos grandes desafios em relação à *fake news* é identificar as notícias falsas e as verdadeiras dentre uma avalanche de informações que chegam a nós todos os dias, principalmente através das mídias digitais, daí a importância da educação tecnológica e o desenvolvimento em sala de aula de um pensamento crítico que busque selecionar, analisar e identificar as informações verdadeiras (Pacheco; Paiva, 2021, p. 7).

De tal modo, pode-se recorrer ao célebre pensamento de Paulo Freire (2000, p. 67): “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Freire sugere que a educação é uma ferramenta fundamental para a mudança social. Ela proporciona às pessoas os conhecimentos, habilidades e capacidades críticas necessárias para entender e questionar as estruturas sociais existentes.

Nesse contexto, a compreensão fundamental reside na necessidade desta pesquisa de sensibilizar os professores e professoras, para que tenham conhecimento da presença de informações incorretas divulgadas no contexto educacional. Isso é particularmente relevante, considerando-se que os educadores desempenham um papel crucial na formação da capacidade crítica de seus estudantes.

Também, o tema é requerido para ser desenvolvido conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental:

Em que pese o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de

informações e produções requer, ainda, que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (*fake news*), de pós-verdades, do *cyberbullying* e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias (BNCC, 2017, p. 488).

Todavia, o que mais despertou a atenção do pesquisador na questão é que o assunto está direcionado especificamente à área de linguagens. Sendo assim, é necessário sublinhar que o tema deve ser tratado de forma interdisciplinar e que o ensino de história pode sustentar bases para enriquecimento metodológico e argumentativo, explicitando os compromissos da disciplina, conforme os estudos de Nietzsche.

Certamente precisamos da história, mas não como o passeante mimado no jardim do saber, por mais que este olhe certamente com desprezo para as nossas carências e penúrias rudes e sem graça. Isto significa: precisamos dela para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida e da ação ou mesmo para o embelezamento da vida egoísta e da ação covarde e ruim. Somente na medida em que a história serve à vida queremos servi-la. Mas há um grau que impulsiona a história e a avalia, onde a vida definha e se degrada: um fenômeno que, por mais doloroso que seja, se descobre justamente agora, em meio aos sintomas mais peculiares de nosso tempo (Nietzsche, 2003, p. 5).

O pensador alemão argumenta que a História não deve ser apenas uma atividade contemplativa ou um refúgio para escapar dos desafios da vida real. De outro modo, ele acredita que a História deve estar a serviço da utilidade da vida, contribuindo para a compreensão do presente e orientando a ação.

Nesse mesmo segmento, o filósofo Friedrich Nietzsche, em sua obra traduzida, *Segunda consideração intespetiva da utilidade e desvantagem da história para a vida*, aponta:

Mas que a vida necessite da história precisa ser tão claramente concebido quanto a formulação que precisará ser posteriormente demonstrada - que um excesso de história prejudica o vivente. A história é pertinente ao vivente em três aspectos: ela lhe é pertinente conforme ele age e aspira, preserva e venera, sofre e carece de libertação. A esta tripla ligação correspondem três espécies de história, uma vez que é permitido diferenciar entre uma espécie monumental: uma espécie antiquária e uma espécie crítica de história. (Nietzsche, 2003, p. 17)

Para o autor, a História é importante na medida em que se ramifica em três aspectos, entre os quais podem ser destacados: “[...] ela lhe é pertinente conforme ela carece de libertação, a qual se consolida enquanto espécie crítica histórica” (Nietzsche, 2003, p. 17). Ou seja, repensar a problemática da disseminação de inverdades é uma forma de aproximação crítica entre o saber histórico e a necessidade de contestação.

Atualmente, sempre que se fala de História ou de Historiografia, discute-se muito sobre o papel do sujeito na construção de sua representação histórica individual e social. Fala-se muito, ainda, da postura humana no engendramento dos valores culturais inerentes ao ser humano e que não se dissociam da História. Em contrapartida, pouco se questiona a propósito da utilidade da história na construção de valores vitais, sua aplicação aos preceitos que cada pessoa possui ou pode vir a possuir.

Assim, coloco inicialmente a necessidade de se reafirmar um assunto que, até então, parecia estar superado pela comunidade acadêmica: a cientificidade da História, bem como a sua significação que vai para além de remeter a fatos passados. Nesse ponto, é destacável a responsabilidade social dos professores de história, enquanto agentes ativos da promoção de criticidade aos seus discentes e de demonstrar como notícias falsas afetam crucialmente determinados fatos históricos. Indo ao encontro desse ideal, a pesquisadora Hallini Izabel Ruberto Jardim aporta:

Podem ser citadas como características da desinformação a ignorância, a intolerância e/ou a má fé. Ignorância por parte da população, que não encontra fontes contrárias às condutas que lhes são apresentadas, portanto desconhece outras condutas possíveis para construção de seu conhecimento. Intolerância por parte do Estado, porque reprime e caça todo pensamento e ideologia que vai contra o que zela. E má fé, já que é um movimento consciente por meio dos representantes do Estado, que assegura a manutenção de seus interesses, e doutrina a população (Jardim, 2018, p. 5).

O excerto acima demonstra que a desinformação pode ser um meio utilizado como aparato de dominação estatal, haja vista a incapacidade de criticidade da população que não obtém um bom grau instrutivo. Logo, pode-se pensar que esses fatores se refletem na produção de inverdades, uma vez que, quanto menor o grau de conhecimento dos indivíduos, maiores podem ser as chances de alcançar os ideais de quem as produziu.

Pretende-se mostrar, nesta pesquisa, que a importância do ensino de história não se limita a compreender o passado, para compreender o presente e entender o futuro. Nesse ponto o historiador François Hartog, aponta:

Posteriormente, a História tem mantido e reformulado essa ambição no sentido de ser cada vez mais científica (portanto, mais realista ou verdadeira), por seu recurso aos grandes paradigmas do século XX, antes de investir nos primeiros computadores. Sem nunca ceder à crítica epistemológica, ela se mostrou cada vez mais preocupada com as condições de sua produção, além de mais consciente de que seus objetos não eram dados imediatos das fontes, mas produtos; para começar, impunha-se, sobretudo, que ela formulasse perguntas, aventasse hipóteses e construísse modelos, bem mais do que relatasse o que tinha acontecido (Hartog, 2013, p. 177).

O trecho supracitado demonstra como o conhecimento histórico passou a conceber novas concepções na sua própria estruturação enquanto ciência ao longo do tempo. Nota-se que há um delineamento no sentido da práxis, ou seja, a partir de então, a História não é somente uma produção epistemológica.

Assim sendo, é possível atentar-se na atualidade sobre como esse conhecimento está sendo aplicado, ou mesmo reproduzido, em ambientes educacionais. Nessa perspectiva, realço a importância dos professores de História.

No que tange à investigação das *fake news* e à História, pode ser feito, por exemplo, um trabalho de investigação de fontes e métodos para diagnosticar a autenticidade da fonte histórica. No entanto, essa tarefa que compõem o método de construção do conhecimento histórico precisa hoje ser ressignificado, principalmente com a utilização em grande escala da internet, primordialmente das redes sociais. Para Flávia Caimi:

[...] ensinar o ofício do historiador consistiria em construir com os alunos uma bagagem conceitual e metodológica que lhes permitisse compreender [...] os instrumentos e procedimentos básicos da produção do conhecimento histórico. Essa operação, além de fornecer meios para que os estudantes sejam capazes de ler o mundo historicamente, também contribui para uma melhor aprendizagem histórica (Caimi, 2008, p. 143-144).

É destacada a importância de ensinar aos alunos o trabalho do historiador, para além da transposição didática. Logo, o objetivo é desenvolver uma bagagem conceitual e metodológica que permita que os estudantes entendam os instrumentos e procedimentos básicos da produção do conhecimento histórico.

Vale acentuar que, muitas vezes, essa dimensão do trato com as fontes acaba não sendo aplicada no contexto escolar, o que acaba gerando uma relação dicotômica, entre Ciência da História e Didática da História, sobre isso o pesquisador Rafael Saddi aponta:

Esta separação entre Ciência Histórica e Didática da História é sustentada por uma concepção restrita da Ciência Histórica, por um lado, e por uma concepção não menos estreita da Didática da História, por outro. [...] Ocorre uma redução da Ciência Histórica à metodologia da pesquisa e da Didática da História à metodologia de ensino (Saddi, 2010, p. 62).

O autor argumenta que há uma tendência de se reduzir a Ciência Histórica apenas à metodologia de pesquisa e a Didática da História apenas à metodologia de ensino. Essa visão estreita, segundo ele, limita o potencial de ambas as áreas e ignora a complexidade e a profundidade de suas interações. Visando amenizar essa acentuação de diferenças, nas últimas

décadas o ensino de história vem sendo discutido com maior amplitude nas academias. Fruto disso é o próprio Profhistória, que veio com o propósito de evidenciar a teoria aliada à prática.

Outro ponto a se pensar é a distinção existente entre ser Historiador e ser Professores de história. Nesse ponto, as pesquisadoras Letícia Mistura e Flávia Caimi (2020, p. 93), em seu texto, *O ensino de história no Brasil e seus pesquisadores: breves notas sobre uma herança de tensões e proposições*, apontam que “era dos historiadores o dever de prover o conhecimento histórico, que assim ficaria à disposição dos professores de história, em dois processos higienicamente distintos”.

Nesse mesmo ideal, o historiador Rafael Saddi (2010, p. 2), afirma: “[...] também parece ser o caso do historiador que ridiculariza as questões de ensino e aprendizagem, tomando-as como baixas e mesquinhas, e ignora que elas compõem o ser da nossa própria profissão, a de produzir histórias”.

Caimi e Mistura, sugerem que os processos de produção e ensino do conhecimento histórico são higienicamente distintos, implicando uma hierarquia onde a pesquisa é vista, em muitas situações como uma atividade mais nobre e intelectual, enquanto o ensino é considerado um trabalho de menor prestígio. Rafael Saddi reforça essa crítica, ao destacar que alguns historiadores tendem a menosprezar as questões de ensino e aprendizagem, considerando-as “baixas e mesquinhas”. Percebe-se que esse preconceito pode levar a um descompasso entre a produção de conhecimento e sua transmissão, resultando em um conhecimento produzido que não alcança adequadamente os estudantes devido à desvalorização do ensino.

Essas discussões expressam a necessidade de se repensar a relação entre historiadores e professores de história. Isso é, ao se reconhecer a interdependência entre a produção e a transmissão do conhecimento histórico, pode-se promover uma prática mais integrada e enriquecedora. Tanto historiadores quanto professores desempenham papéis igualmente importantes na construção e disseminação do conhecimento histórico. Logo, é um ensejo do pesquisador, através desta dissertação, desenvolver um trabalho que visa a atingir a esse equilíbrio.

No dia 8 de janeiro de 2023, ocorreram ataques à sede dos três poderes que abalaram a democracia. De forma truculenta, uma minoria social invadiu a sede dos três poderes, depredou a estrutura do Supremo Tribunal Federal, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional. Além disso, saquearam artigos físicos e simbólicos pertencentes à História do Brasil. Veja como o fato é narrado no livro, *Democracia Inabalada*:

No dia 8 de janeiro de 2023, o símbolo da democracia foi palco de ataques que ficarão marcados na história do Brasil. Naquela tarde de domingo, a Praça foi tomada por vândalos contrários ao Estado Democrático de Direito. Os prédios-sede dos Três Poderes foram invadidos, destruídos e vandalizados. O primeiro a sofrer os ataques foi o prédio do Congresso Nacional, tanto o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados, em seguida, o Palácio do Planalto e, por fim, o Supremo Tribunal Federal (STF, 2023, p. 20).

Em sequência:

As cenas de terror transmitidas em tempo real por diversas emissoras de televisão e pelas redes sociais registraram a total depredação dos espaços públicos. Na Suprema Corte, andares inteiros foram devastados. O Plenário, que fica no térreo, foi completamente destruído; vidraças foram quebradas, estátuas derrubadas, poltronas arrancadas, móveis despedaçados e obras de arte vandalizadas. Janelas foram pichadas, e salas de áreas administrativas, que funcionam nos demais andares do edifício-sede, tiveram suas instalações devastadas (STF, 2023, p. 20).

No livro *Como não fazer um golpe de Estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro*, é também narrado:

Em 8 de janeiro de 2023 o povo brasileiro assistiu atônito à invasão e à depredação das sedes dos três Poderes em Brasília. A horda raivosa, oriunda das diferentes regiões do Brasil, avançou quebrando e destruindo tudo que encontrava pela frente, inclusive obras de arte, o que resultou num enorme prejuízo financeiro e artístico para o país. Para além disso tudo, o que assistimos naquele dia foi um atentado contra a democracia do Brasil, foi a tentativa de um golpe de Estado (Schuster; Silva, 2023, p. 13).

Recordar este dia é, sem sombra de dúvidas, um momento muito entristecedor. Muitas famílias tiveram a sua programação televisiva, em uma tarde de domingo voltada, na maioria das vezes, ao entretenimento, interrompida para acompanhar a balbúrdia ocorrida na Praça dos Três Poderes. Entretanto, sem sombra de dúvidas, esse dia não poderá ser esquecido, principalmente por nós, professores de história. Os trechos do livro revelam uma cena degradante, que demonstra que não somente os prédios da Praça dos Três Poderes ficaram destruídos, mas também houve uma mutilação a artefatos e obras de arte que integravam os prédios. Além disso, é possível destacar a influência das *fake news*, em especial desinformações que contestavam o resultado e apontavam possíveis fraudes nas eleições.

Nessa esteira, vale pontuar que as inverdades desempenharam um papel significativo na incitação e no planejamento dos ataques antidemocráticos. Mensagens e narrativas falsas foram disseminadas com o objetivo de semear a desconfiança nas instituições democráticas, difamar líderes políticos e mobilizar indivíduos que acreditavam nessas informações distorcidas. No site *Jus Brasil* é demonstrado também o impacto das *fake news*:

O episódio marcado como “dia 8 de janeiro de 2023” é um exemplo primário e oportuno do impacto das *fake news* nas sociedades modernas, visto que, notícias falsas de usurpação e manipulação dos resultados das urnas no processo eleitoral de 2022 se espalharam no meio urbano e instigaram nos cidadãos esse dever, mesmo falho, de “salvarem” a pátria brasileira dos ideais falsamente expostos como comunistas (Braga; Coelho; Soares, 2023).

A notícia destaca a conexão entre as mídias sociais e a propagação da desinformação, exemplificada pelos eventos ocorridos em Brasília. Esse episódio revela a profundidade do impacto das redes sociais na formação de percepções e na mobilização de ações baseadas em informações falsas. Ou seja, com ideias diferentes, justificativas diferentes, conforme foram demonstradas na pesquisa, as *fake news* incorporaram de forma negativa esse momento lamentável da História do Brasil. Por isso, o professor de história, redator deste texto, compreende que estudar história serve para entender a dinamicidade da vida humana, as diferenças culturais, as particularidades, e, principalmente, saber lidar com o trato das fontes históricas.

Logo, questionar as *fake news* não é somente um anseio pessoal, mas também uma forma de evidenciar o ensino de história, muitas vezes colocado à margem dentro das discussões referentes às problemáticas sociais. Assim, acreditar que os professores podem acabar com as inverdades seria uma grande utopia, mas a educação pode fazer um trabalho consciente para que essas sejam criticamente desconstruídas.

1.1 Caminhos do pensamento

Ser professor de história foi um sonho alimentado, paulatinamente, desde criança. Nesse ideal, hoje me sinto agraciado por estar em exercício neste ofício. A docência tem despertado em mim um olhar mais maduro e humano, não apenas no âmbito escolar, mas também nas minhas próprias vivências familiares e sociais.

Desde a conclusão da minha graduação em 2020, tenho trabalhado na Rede Estadual de Ensino. Apesar do pouco tempo, pude vivenciar diversas experiências em escolas variadas. Trabalhei em uma escola na zona rural, com a EJA (Educação de Jovens e Adultos), em escolas urbanas no sistema da APAC¹ (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado), e também

¹ A APAC é uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e à reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Ela ainda opera como entidade auxiliar do poder Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade. A APAC é composta de 12 elementos: 1. Participação da Comunidade; 2. Recuperando ajudando Recuperando; 3. Trabalho; 4. Espiritualidade; 5. Assistência jurídica; 6. Assistência à saúde; 7.

em uma escola dentro de um presídio.

Essas experiências me fizeram perceber que, em cada um dos contextos, são apresentados desafios únicos, e consequentemente requer abordagens pedagógicas distintas. Logo, vejo que isso está sendo muito importante, pois posso enriquecer o meu repertório profissional e consequentemente adaptar as práticas pedagógicas conforme o ambiente e as necessidades dos alunos.

Perambulando entre as múltiplas ideias que poderiam ser utilizadas para iniciar a minha dissertação, recorro inicialmente a pensar sobre o papel dos professores, em consonância com os dizeres de Rubem Alves em sua obra, *Ao professor com carinho: a arte do pensar e do afeto*:

Quando eu era menino, na escola, as professoras me ensinaram que o Brasil estava destinado a um futuro grandioso porque as suas terras estavam cheias de riquezas: ferro, ouro, diamantes, florestas e coisas semelhantes. Ensinaram errado. O que me disseram equivalia a predizer que um homem seria um grande pintor por ser dono de uma loja de tintas. Mas o que faz um quadro não é a tinta: são as ideias que moram na cabeça do pintor. São as ideias dançantes na cabeça que fazem as tintas dançarem sobre a tela (Alves, 2021, p. 95).

A consciência histórica dos indivíduos é construída nos diversos espaços que compõem a sociedade, em especial no núcleo familiar. Para Rüsen (2001, p. 78), o entendimento das operações da consciência histórica podem se expandir, de certa forma, para o entendimento de uma “teoria da historicidade da orientação da existência humana”. Ou seja, para ele a consciência histórica não é fruto da escolha humana; ela é algo universalmente humano. Para tanto, se enraíza na historicidade contida na própria vida prática dos homens (Rusen, 2001, p. 78). Nessa mesma trajetória, Luis Fernando Cerri, identifica ao analisar o livro *A consciência histórica cotidiana como fundamento da historiografia e da filosofia da História*, da autora Hagna Helles:

A consciência história é inerente ao estar no mundo (desde a percepção da historicidade de si mesmo, que se enraíza na ideia de alguém que estava aqui e não está mais, e de que eu estou aqui, mas não estarei mais, um dia) e é composta de diversos estágios, que indicam a inserção da consciência em diferentes contextos da trajetória da humanidade (Cerri, 2011, p. 28).

Na citação acima é referido que a consciência histórica já é inerente ao indivíduo desde que nasce. Para isso, ela faz alusão à capacidade de se reconhecer e se compreender a passagem

Valorização Humana; 8. Família; 9. O Voluntário e o curso para sua formação; 10. Centro de Reintegração Social – CRS; 11. Mérito; 12. Jornada de Libertação com Cristo (FBAC; 2024).

do tempo, tanto em nível pessoal quanto coletivo. Isso inclui a percepção de que pessoas e eventos estão sujeitos ao fluxo temporal, marcado pela transitoriedade da existência individual e coletiva. Além disso, a ideia de que a consciência histórica se enraíza na percepção de que alguém estava aqui e não está mais, e eu estou aqui, mas não estarei mais, um dia, reflete a consciência da finitude pessoal e da continuidade histórica.

Entretanto, é no espaço escolar, através da mediação dos professores, que os estudantes têm a oportunidade de navegar pelo mundo do conhecimento científico de forma mais verificável. Nesse sentido, Rubem Alves, utilizando-se de um recurso metafórico, ao comparar ferramentas e ideias, traz a visão de que o professor é uma figura importante na estruturação e promoção de conhecimento.

Contudo, em meio a tantas ferramentas tecnológicas, o trabalho pedagógico acaba se reestruturando, ou mesmo coloca-se de forma questionável a sua validação, para muitos jovens, que convivem de forma direta com as TIC's, Tecnologias da Informação e Comunicação, e na “era da inteligência artificial”.

Numa perspectiva mais educacional, vemos que o papel da escola tem, do mesmo modo, sofrido transformações, na medida em que a tecnologia, por um lado, proporciona a abertura de novos espaços de aprendizagem e, por outro, mudanças em resultado da cultura tecnológica de âmbito mais abrangente, enquanto suporte de uma sociedade globalizada, com todas as características que lhe estão associadas, nomeadamente: de mobilidade e flexibilidade; globalmente perspectivada; assente na reflexividade e adaptabilidade a um mundo onde a única certeza é a mutabilidade; na aprendizagem permanente, multiperspectivada através de uma multiplicidade de fontes, meios e modos de aceder à informação e reconstrução individual e social do conhecimento (Silva, 2009, p. 2).

Diante desse cenário, como um jovem professor, venho a repensar sobre qual é a minha funcionalidade diante desses recursos tecnológicos e como posso utilizá-los para conduzir o processo de ensino. Resistir seria a melhor forma?

Confesso que a concretude desses questionamentos ainda vaga nas diversas estratégias metodológicas que venho experimentando como forma de alcançar êxito naquilo que me propus ao me tornar professor de história.

Mas por que pensar o papel do professor em uma pesquisa que tem como foco o ensino de história como espaço para a conscientização e desconstrução de notícias falsas? Para responder a essa indagação, vou recorrer a um exemplo vivenciado no ano de 2023, em uma aula do 1º ano do ensino médio de Introdução aos Estudos Históricos.

Ao explicar como o conhecimento histórico se categoriza enquanto ciência e suas

marcas de especificidades e subjetividades em relação às outras ciências, me deparei com os seguintes questionamentos de um aluno: “Professor, se a História é mesmo uma ciência, como trabalhar as diferentes visões relacionadas à política? Qual lado é o correto?”.

Tomado pelo anseio de respondê-lo, sustentei como base argumentativa a noção de verdade e como ela é pensada de forma subjetiva pelo conhecimento histórico, conforme é sustentado no texto: *Os ideais de subjetividade e objetividade na História: o paradigma da verdade*.

É inegável que o historiador é parte da história construída. Entretanto, é preciso atentarmos para o fato de que existem dois tipos de subjetividade, a primeira é boa e a segunda é má. A boa subjetividade é aquela que provém da essência do conhecimento como relação subjetivo-objetiva e do papel ativo do sujeito na produção desse conhecimento. A má é a subjetividade deformante do objeto que é inserida por interesses particulares e parciais (Matos, 2016, p. 1).

Para exemplificar e sanar as dúvidas daquele estudante que questionou sobre política, tomei como ponto de exposição a invasão à sede dos três poderes em Brasília e como as narrativas foram construídas e validadas por aquele grupo de extrema direita almejando um golpe, em especial a validação do processo eleitoral que foi negado através de discursos negacionistas e fundamentados, em sua maioria, por *fake news*.

Nesse momento, não sendo diferente de outras situações já vivenciadas ao relatar certos assuntos relacionados à política, notei expressões faciais que demonstraram insatisfação por parte do estudante. E, consequentemente, o jovem professor, que tentou sustentar suas bases argumentativas, encontrou-se insatisfeito diante daquela situação e com várias indagações sobre como agir então.

Outros exemplos poderiam ser citados, mas confesso que esse me despertou mais a atenção e me fez atentar para o meu objeto de estudo, embasado nos ataques terroristas de 8 de janeiro de 2023.

1.2 As mídias digitais no ensino de história: uma breve reflexão

Tecnologia, redes sociais, informação, *fake news*, cultura digital, recursos educacionais, ensino remoto, todas essas palavras e expressões tornaram-se constância na vida de grande parcela populacional. Em lugares diversos, essa mesma sociedade é considerada por muitos como a sociedade do conhecimento. Mas há muito o que se pensar sobre essa alcançabilidade entre tecnologias digitais e a obtenção de conhecimento. No artigo *Educação nas sociedades*

do conhecimento: o uso de recursos educacionais abertos para o desenvolvimento de capacidades de ação emancipatórias, escrito pela tríade, segundo as pesquisadoras Larissa Cristina Pacheco e Viviane Aparecida Paiva: Marina de Freitas, Leonardo Albuquerque Heidemann e Ives Solano Araújo, é feita uma alusão a Adolf e Stehr:

Apesar de o nome ser “Sociedade do Conhecimento”, isso não significa que todas as pessoas têm igual acesso ao conhecimento. A maior difusão do conhecimento possibilitou que parcelas da sociedade se oponham às configurações de poder e que assegurem parte de seus interesses. Porém, o alto nível de complexidade científico-tecnológica dos sistemas que estruturam e organizam a sociedade dificulta a reflexão pública quanto às transformações sociais e culturais da sua própria realidade (Stehr, 2008). A popularização do acesso à internet promoveu a ilusão de que o conhecimento é igualmente produzido, que é disponibilizado democraticamente e que todo o conhecimento representa um benefício para a sociedade. Contudo, o desenvolvimento de conhecimento é desigual e depende de várias condições epistemológicas, indicadores sociais, ambições humanas, necessidades e desejos (Adolf & Stehr *apud* Albuquerque; Freitas; Solano; 2017).

Segundo as pesquisadoras Larissa Cristina Pacheco e Viviane Aparecida Paiva:

História e Educomunicação² estão muito mais próximas do que imaginávamos, as disciplinas interagem em seus princípios ideológicos e isso torna o processo muito mais fácil e sem conflitos de ser introduzido em sala de aula. Se reconhecemos que as mudanças tecnológicas modificaram o processo comunicativo, com implicações técnicas e éticas, alternando reações, diminuindo distâncias e mudando comportamentos, também reconhecemos que essas mudanças chegam nas salas de aula e que os alunos recebem diariamente notícias que circulam em redes sociais com falsa aparência de verdadeira (Pacheco; Paiva, 2022, p. 22).

Dessa forma, é preciso que professores se apropriem das tecnologias da informação no ensino de história de forma inclusiva e democrática. Essa é uma forma de adentrar no “universo” dos estudantes, bem como de nos apropriar dessas ferramentas para melhorar a metodologia das aulas. Com elas, podemos nos valer de recursos visuais e auditivos e assim alcançar melhor as nossas proposições. Nesse viés, é viável compreender como essas tecnologias podem influenciar na aprendizagem, conforme o pesquisador Romero Tori aponta:

Há muito tempo se discute a influência da mídia sobre a aprendizagem. Um desses debates teve início quando Richard Clark questionou as tentativas de atribuir à mídia

² A Educomunicação é uma área de conhecimento relativamente recente, a qual se fundamenta, sobretudo, na interface entre os campos da comunicação e da educação. De acordo com Ismar de Oliveira Soares (2011), as pesquisas na área remontam ao início do século XX, quando nos Estados Unidos e em alguns países da Europa os trabalhos com Media Literacy e Media Education ganharam força. Na América Latina, pesquisas e experiências práticas em Comunicação/Educação também começaram a conquistar espaço, a partir dos anos 1980, através de estudiosos como Paulo Freire, Jesús Martín-Barbero e Mário Kaplún. O educador brasileiro Paulo Freire é um dos pioneiros na inter-relação comunicação/educação, considerando a comunicação como um componente indispensável ao processo educativo (Soares, 2011).

a capacidade de contribuir para uma melhor aprendizagem, afirmando que as pesquisas claramente demonstravam ser nulo esse benefício. Clark afirma ainda que “mídia não influencia a aprendizagem sob quaisquer condições” e que ela é um mero veículo e, portanto, não pode influir na aprendizagem do aluno (Tori, 2010, p. 38).

Evidencia-se na citação acima que Richard Clark questionou a garantia de atribuir à mídia a capacidade de melhorar a aprendizagem. Logo, essa perspectiva de Clark pode trazer inúmeros debates dentro dos espaços educacionais, haja vista que professores em diversas escolas são incentivados a utilizarem instrumentos midiáticos como forma de tornar a aula mais interativa e atrativa. Isto é, há quem argumente que a mídia e a tecnologia podem ter um impacto indireto significativo na aprendizagem. Logo, Robson Victor Araújo, mostra:

As tecnologias da informação e comunicação oferecem recursos para potencializar as práticas de ensino-aprendizagem na área de educação, abrindo novas possibilidades para complementar o ensino formal. Esses novos instrumentos vêm ampliando a interatividade e a flexibilidade de tempo no processo educacional, por isso é possível fazer uso das redes sociais para contribuir no processo de ensino-aprendizagem (Silva; Cogo, 2007, p. 02 *apud* Araújo, 2018, p. 143).

Diferente de em Richard Clark, na citação anterior é visto que os recursos midiáticos, em especial as redes sociais, podem ser utilizados como forma de aprimorar a aprendizagem. Isso porque elas permitem interatividade e, muitas vezes, recursos visuais e sonoros atrativos.

Contudo, é preciso entender até que ponto as tecnologias devem ser utilizadas, ou são relacionadas, como recursos metodológicos, considerando que algumas aplicabilidades não são eficazes e/ou reproduzem metodologias “tradicionais”, mudando apenas o suporte de veiculação. Nesse caso, o estudo de Pereira (2002), em seu texto *Lembrança do presente: ensaios sobre a condição histórica na era da internet*, referência o historiador Koselleck (cf. 2014, p. 245-246): “A dificuldade em se conceituar o novo é que ele pode vir transvertido do velho ou ainda da repetição. Nessa perspectiva, o passado-presente se transforma em presente-passado”.

Os alunos, em algumas situações, estão em busca de respostas prontas, principalmente em aplicação de atividades, ou em muitas situações tornam a figura do professor indispensável, o que acaba prejudicando a aprendizagem. Sobre isso, a pesquisadora Paula Sibília aponta:

Trata-se de uma diferença crucial entre o aluno-leitor e o usuário midiático: este último não se funda a si mesmo na experiência da interpretação, mas se apoia na percepção, isto é, não se constitui em relação à televisão por via da consciência, mas por via do estímulo. A lógica característica do sujeito escolarizado presume que o aparelho perceptivo receba os estímulos e a consciência os reelabore, produzindo um sentido: não se pode ler, por exemplo, sem interpretar (Sibília, 2012, p. 90).

Ademais, basta ver a quantidade expressiva de informações falsas que os estudantes trazem, e, em muitos casos, negam interpretações críticas sobre elas. De modo semelhante, pode-se averiguar diversos fenômenos atuais circundantes ao cenário político brasileiro, a exemplo, o ataque terrorista à Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília. Esse acontecimento foi possibilitado, em grande parte, pela propagação de informações falsificadas na internet que acabaram tornando propícia a junção de ideologias negacionistas da extrema direita brasileira.

Isso não significa dizer que o ato de vandalismo não poderia ocorrer sem a utilização desses veículos, mas, sem sombra de dúvidas, houve uma potencialização ao serem utilizados como suporte de organização. Nessa linha de pensamento, Pierry Lévi aduz como esses recursos contribuíram para a formação de períodos sombrios na História mundial:

É este dispositivo ao mesmo tempo muito redutor e conquistador que fabrica o “público” indiferenciado das mídias de “massas”. Por vocação, as mídias contemporâneas, ao se reduzirem à atração emocional e cognitiva mais “universal”, “totalizam”. Também é o caso, de forma muito mais violenta, da propaganda do partido único dos totalitarismos no século XX: fascismo, nazismo, stalinismo. (Lévy, 1999, p. 118).

Nesse encaminhamento Sibília aponta:

Quando o jovem deixa de ser aluno por excelência e se converte, antes de mais nada, num usuário dos meios de comunicação e num consumidor mais ativo que muitos adultos, constata-se uma obviedade que não deveria sê-lo: a lógica do mercado se generalizou. Nessas circunstâncias não parece faltar à escola outro remédio senão entrar no jogo como a única coisa que poderia ser: um produto como inúmeros outros, que deve competir para captar a atenção de seus clientes potenciais caso queira conquistar adeptos e substituir (Sibília, 2012, p. 66).

Através dos apontamentos da autora, é possível ter um olhar mais crítico sobre como a dimensão da consciência histórica e o significado da história podem ser pensados em inter-relação com as consciências históricas dos discentes formados em espaços diversos e como esses espaços se apropriam desses sujeitos enquanto receptores de conhecimento.

Nessa perspectiva, é necessário investigar a interferência das tecnologias da informação, principalmente nas últimas décadas, e seus impactos para a disseminação das notícias falsas. Ou seja, através dessa reflexão, é possível ponderar de forma clara sobre a atuação profissional do professor de história, tal como sobre a necessidade da sua inserção no processo de ensino e aprendizagem. Seja na imersão desses profissionais nas produções teóricas, seja na sua

dimensão de práxis.

1.3 Estrutura da dissertação

A partir dos aspectos apresentados anteriormente, a estrutura desta pesquisa seguirá o seguinte padrão: introdução, mais três sessões e as considerações finais.

A segunda sessão será responsável por apresentar as definições conceituais sobre a história do tempo presente, notícias falsas e pós-verdade. Outro ponto fundamental dessa seção é destacar as características e intenções que guiam a produção de notícias falsas. Vale ressaltar que a desinformação não se limita apenas ao campo político, mas, para uma abordagem mais focada, a discussão se concentrará principalmente nesse contexto. Além disso, essa primeira parte irá explorar como ideias extremistas e negacionistas, influenciadas pelo contexto da pós-verdade, podem contribuir para a intensificação da propagação de *fake news*.

A terceira sessão será dedicada a problematizar o conceito de democracia e suas nuances ao longo do tempo, com atenção especial ao presente. Também nessa parte serão analisadas algumas *fake news* que tentaram questionar o resultado das eleições de 2022, e, com isso, serão feitos alguns comparativos entre essas falsas notícias e as características comuns e incomuns entre essas desinformações.

A quarta sessão irá refletir sobre como o ensino de história pode intervir para um trabalho de conscientização em relação à análise de *fake news*. Para isso, serão levantadas as seguintes proposições: o trabalho com as fontes históricas; interpretação dos eventos e compreensão em contextos históricos; a capacidade da história em promover reflexão sobre as complexidades sociais, políticas e culturais, que moldaram o mundo ao longo do tempo; o ensino de história para o estímulo e desenvolvimento do pensamento crítico; conscientização dos alunos sobre os impactos negativos das *fake news* na sociedade.

Também na quarta parte, serão apresentadas e analisadas as sequências didáticas, cujos objetivos são intervir na problemática, que é considerada a missão mais desafiadora e importante de um mestrado profissional. Trata-se de uma forma de concretizar e verificar de maneira prática a discussão teórica em curso. Com este propósito, o material pedagógico objetiva estabelecer contato com professores de história, especialmente do ensino médio. Logo, na sequência didática foram propostas discussões, análises de fontes e atividades para serem trabalhadas em sala de aula.

Vale ressaltar que o produto é direcionado aos docentes como orientação, mas os textos

e atividades foram escolhidos pensando diretamente na aplicabilidade aos alunos. Essa escolha foi feita especialmente devido às experiências do pesquisador como professor de história, cujas atuações em diferentes espaços escolares requerem certas adaptações. Como exemplo, enquanto professor de escola prisional, que conta com uma quantidade pequena de alunos, por vezes, um ou dois, fica impossibilitada a aplicabilidade de uma atividade em grupo. Além disso, as sequências didáticas incluem orientações detalhadas sobre como conduzir as atividades e guiar os alunos para uma melhor aplicação.

2 O PRESENTISMO E A NECESSIDADE DE FALAR SOBRE *FAKE NEWS* E A PÓS-VERDADE NA ERA DA (DES)INFORMAÇÃO

(...) o tempo presente tem sempre algo a dizer a historiadores, pesquisadores das humanidades, professores de história ou a qualquer estudioso que inclua a história como tema de reflexão. Isto porque, ao enunciar um discurso histórico (...) aquele que enuncia se dirige, inevitavelmente, a interlocutores de sua própria época (Pinha, 2017, p. 101).

2.1 História do tempo presente

Enquanto realizava esta pesquisa, ao tratar das noções de democracia no Ocidente, e em especial no Brasil, deparei-me com o seguinte questionamento de um estudante diante de uma questão proposta em uma avaliação: “Professor, o 8 de janeiro de 2023 já está na história?”. Esse questionamento despertou-me o anseio da discussão, em sala de aula, sobre as noções de historicidade e a sua importância em lidar com o tempo presente.

Além disso, há outras indagações que são constantes na vida de professores de história, como: Por que estudar o que aconteceu há muitos anos atrás? Por que estudar a história de quem já morreu? O que isso mudará na minha vida?

Diante de tais questionamentos, é comum nos prendermos a respostas mecânicas que acabaram enraizadas nas delongas do devir histórico e na prerrogativa de Cícero, que afirmava que a “História é a mestra da vida”. De maneira semelhante, é comum ouvir respostas que afirmam a impossibilidade de compreender o presente sem o estudo do passado.

Essa forma de perceber a História pronta, na qual a finitude é demarcada pelo que é antigo, ou melhor, pelo que ocorreu em séculos passados, acaba por colocar a história do tempo presente nos bastidores, ou, sequer, aparece em cena nas aulas de história, mas nem sempre foi assim. É preciso lembrar que a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como problemática. Conforme afirma a pesquisadora Marieta de Moraes Ferreira.

Na antiguidade clássica, muito ao contrário, a história recente era o foco central da preocupação dos historiadores. Para Heródoto e Tucídides, a história era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos. Não havia, portanto, nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa (Ferreira, 2000, p. 1).

Por esse espectro, é recorrente e urgente pensar na inserção de demandas atuais nos currículos escolares, em especial nas aulas de história. Isso não significa dizer que o pesquisador

desse estudo intenta discutir a eficácia, ou a falta dela, da aplicabilidade do presentismo nos currículos. Também não representa um anseio deste pesquisador a crítica aos parâmetros curriculares, mas sim ofertar um estudo complementar que possa suprir as demandas de um assunto atual, em especial aos docentes de história.

Em Elíbio (2021) é explicitado que, conforme mencionado por Jacques Le Goff no prefácio da obra, *Introdução à História*, Marc Bloch não concebia a História apenas como uma mera ciência do passado, mas como “o resultado do passado ao presente e do presente ao passado”. Ao considerar a História como a “ciência do tempo e da mudança”, Bloch, segundo Le Goff, prefere denominar o presente como “atual”. Para ele, o ponto de partida claro do trabalho do historiador é o presente, iniciando o processo essencial de “compreender o presente à luz do passado e, inversamente, entender o passado à luz do presente” (Bloch *apud* Le Goff, 2010, p. 18).

Com características argumentativas semelhantes, Eric Hobsbawn, citado por Ferreira, exprime:

A despeito de todos os problemas estruturais da história do tempo presente, é necessário fazê-la. Não há escolha. É necessário realizar as pesquisas com os mesmos cuidados, com os mesmos critérios que para os outros tempos, ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio (Hobsbawn *apud* Ferreira, 2000, p. 10).

De forma a sustentar a validação da história do tempo presente Roger Chartier, citado por Ferreira, elucida:

O pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história (Chartier, 1993 *apud* Ferreira, 2000, p. 10).

O trecho destacado enfoca a relação do pesquisador com o objeto de estudo na história do tempo presente, enfatizando a proximidade temporal entre o pesquisador e os eventos ou atores históricos que ele está analisando. Ao contrário de abordagens tradicionais que valorizam a distância temporal entre o historiador e o período histórico que está sendo estudado, esse trecho sugere que a falta de distância pode ser uma vantagem significativa. Nesse viés, reconhecendo que a proximidade temporal pode proporcionar uma compreensão mais profunda

e contextualizada dos eventos, essa é uma forma de enriquecer a mediação didática e, ao mesmo, aprofundar as concepções dos alunos. Levando-se em consideração que ambos os lados estão vivenciando aquele momento histórico.

Em outras palavras, estar imerso no mesmo ambiente cultural, social e político dos eventos históricos pode ajudar o historiador a compreender melhor as motivações, perspectivas e nuances dos atores históricos.

Todavia, segundo Marieta de Moraes Ferreira a história do tempo presente no século XIX, sofreu alguns questionamentos:

Mas quais são as razões das resistências? Por que, no século XIX, a história recente, então chamada de contemporânea, tornou-se um tema problemático? O ponto de partida para entender esse processo é a constatação do triunfo de uma determinada definição de história a partir da institucionalização da própria história como disciplina universitária. Essa definição, fundada sobre uma ruptura entre passado e presente, atribuía à História a interpretação do passado e sustentava que só os indivíduos possuidores de uma formação especializada poderiam executar corretamente essa tarefa (Ferreira, 2013, p. 21).

Em sequência:

A afirmação da concepção da história como disciplina que possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifrar documentos, implicou a concepção da objetividade como uma Revista História Hoje, vol. 2, nº 4 22 Lucilia de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira tomada de distância em relação aos problemas do presente. Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica. Acreditava-se que o trabalho do historiador só poderia começar verdadeiramente quando não existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços do passado pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Os historiadores de profissão deveriam, portanto, rejeitar os estudos sobre o mundo contemporâneo, uma vez que nesse campo seria impossível garantir a objetividade dos estudos (Ferreira, 2013, p. 21-23).

Conforme descrito por Ferreira, entendia-se que o que fundamenta a prática historiográfica é o distanciamento do historiador em relação ao passado e às fontes históricas. Ou seja, só assim a objetividade histórica poderia ser alcançada, garantindo a imparcialidade do conhecimento histórico. Ferreira (2000) também demonstra que havia a concepção de que o estudo do presente caberia à sociologia, enquanto o passado deveria ficar a cargo da História. Entretanto, na contemporaneidade, as instituições acadêmicas reconhecem a complexidade e a riqueza de estudar a história do tempo presente.

Existem definições diferentes para conceituar a história do tempo presente. Entre essas denominações estão história imediata, história contemporânea, história recente e história atual

(Delgado; Ferreira, 2013, p. 24). Do mesmo modo, designar uma única classificação de significado parece ser uma tarefa difícil para os profissionais da área das Ciências Humanas.

Para o historiador François Bédarida, citado por Lucília de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira, pode-se aplicar a seguinte caracterização:

Sua característica básica é a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos. O desdobramento desse argumento é que a história do tempo presente possui balizas móveis, que se deslocam conforme o desaparecimento progressivo de testemunhas (Bédarida *apud* Delgado; Ferreira, 2012, p. 109).

A visão do historiador francês parte do pressuposto de classificação da história do tempo presente, sob a visão de que as testemunhas, ou seja, os espectadores e vivenciadores de um determinado momento possuem o direito de se posicionar diante do que está sendo investigado. Logo, a história do tempo presente navega em meio à temporalidade e perpassa atores e espaços de uma determinada época que se sucede. Nesse ponto, o pesquisador encarregado de produzir a história recente assume a posição de testemunho. Para acrescentar o historiador Eric Hobsbawm, referenciado por Ferreira, alenta:

Como afirma Hobsbawm (1993; 1998), o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (Hobsbawm; *apud* Delgado; Ferreira, 2012, p. 23).

Por consequência disso, historicizar o presente requer do historiador um conhecimento cumulativo, ou comparativo, atentando-se sempre para a implacabilidade de anacronismos, um retorno ao que é considerado história do passado. Com isso, deve-se ter a percepção de que uma forma de construir o conhecimento histórico não anula outra, mas sim se complementam diante de situações relevantes.

Para Elíbio Júnior (2021), ao contrário de outros campos da pesquisa histórica, a história do tempo presente oferece uma riqueza de fontes documentais, abrangendo escritas, orais e visuais, que podem orientar o processo de construção de narrativas. No entanto, devido à natureza recente e muitas vezes sensível desses documentos, especialmente aqueles relacionados a eventos recentes e traumáticos ou sob custódia judicial, o acesso pode frequentemente ser um processo repleto de desafios.

Alinhada a essa ideia, portanto para credibilizar a cientificidade do objeto averiguado

e posto em prática no tempo presente, torna-se possível a autenticidade do mesmo, através do estudo de fontes (livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, reportagens de jornais) que vão corroborar o seu caráter científico, juntamente com um estudo de caso a ser definido *a posteriori*. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira:

No caso da história do tempo presente, a profusão de fontes agrega-se a possibilidade que tem o historiador de produzir, ele mesmo, fontes documentais para investigações, suas e de seus colegas pesquisadores. A título de exemplo, cabe ressaltar a metodologia de história oral e a produção de fontes iconográficas (Delgado; Neves, 2013, p. 28).

A afirmativa das autoras evidencia as novas possibilidades de se tratar a história do tempo presente, para isso, basta o historiador se apropriar de um cruzamento de fontes que possibilite credibilizar o objeto de pesquisa. No entanto, vários desafios circundam o tratamento com um fato que o pesquisador tenha presenciado. Assim sendo, a mestre em ensino de história, Domingues (2018), demonstra que a história do tempo presente, que por tanto tempo foi alvo de resistências e proibições, voltou à tona no Brasil, não apenas como campo de estudo acadêmico, mas também como um desafio para os historiadores, tanto do ponto de vista ético, político, quanto pedagógico. Mesmo na mídia, essa mudança na historiografia, apesar de um pouco tardia, não foi ignorada. Por exemplo, na matéria, *Crise política eleva o interesse pela chamada história do tempo presente*, mencionada anteriormente, nota-se uma mudança no campo profissional da história: a promoção da HTP, um ramo que se concentra em estudos do passado recente.

Uma das principais dificuldades de lidar com a história do tempo presente é a de distanciamento do pesquisador de suas concepções políticas, religiosas, e culturais de uma forma geral. Além disso, lidar com as fontes requer do pesquisador um trato minucioso para validar a veracidade das informações requeridas. Nesse viés, o pesquisador Fagno da Silva Soares aponta:

Para mais, a história do tempo presente pode ser influenciada por perspectivas políticas e ideológicas, tornando importante a busca por uma análise imparcial e equilibrada. Mas, para o historiador a imparcialidade para o profissional da história nada mais é do que uma quimera (Soares, 2015, p. 39).

Vale ressaltar que o trato sobre assuntos políticos é uma afinidade do escritor desta dissertação. Desse modo, lançar luz sobre uma proposta intitulada: *A influência das fake news*

nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023: reflexões para o ensino de história, parecia inicialmente uma missão fácil. Nessa lógica, o pesquisador Antônio Manoel Elíbio Júnior, aponta:

As paixões políticas e os ressentimentos, as sensibilidades, as pulsões de ódio, as simpatias e as aversões ao constituírem a vida política, influenciam as informações que tendem a despertar o interesse e/ou a indignação do historiador. Pierre Ansart ao estudar a “paixões políticas”, afirma que a dimensão afetiva da história foi negligenciada, mas cabe ao historiador do tempo presente retomar o estudo dos sentimentos políticos, localizar os agentes produtores das comunicações comoventes e dos bens simbólicos (Elíbio Júnior, 2020, p. 6).

De maneira parecida, o historiador Pierre Vilar, citado por Júnior, afirma:

O “testemunho” do historiador é marcado por seu envolvimento afetivo “diante dos acontecimentos”. Para Pierre Vilar, é evidente; é impossível, sobretudo quando se é historiador, não sentir os “acontecimentos”. Segundo Vilar não seríamos historiadores se não formulássemos para nós mesmos as perguntas suscitadas precisamente pelos grandes acontecimentos, os que abalam as condições gerais de uma nação, de um continente ou do mundo (Vilar, 1998 *apud* Elíbio Júnior, 2020, p. 6).

A citação acima cativa a ideia do historiador participante do processo de produção do conhecimento e fundamenta a ideia de que a História é a “ciência do homem no tempo”. De tal modo, é missão dos pesquisadores e dos professores de história fundamentar fatos de temporalidades diversas. Portanto, é missão dos pesquisadores e dos professores de história abordar eventos de diferentes temporalidades. Sem limite, o que parece claro é a necessidade de o professor dominar múltiplas linguagens e múltiplos conteúdos que ajudem o aluno a compreender processos e desenvolver um senso crítico. A história do tempo presente é um espaço privilegiado para esse exercício.

O pesquisador do presente estudo, apesar da afinidade com a temática, esbarrou-se com outras limitações, o que acredita ser comum a quem pesquisa assuntos do presente. Entre essas, é possível destacar, conforme publicado no estudo, *História do tempo presente e ensino de história*:

Além das dificuldades de delimitação temporal, outras questões também contribuem para uma significação própria do regime de historicidade do tempo presente, que supõe a consideração teórica e metodológica das seguintes variáveis: campo constitutivo e temporalidade, memória e retenção do passado e pluralidade de fontes e procedimentos metodológicos (Delgado; Ferreira, 2013, p. 24)

Por isso, é importante destacar que existem fontes digitais efêmeras, muitos registros

podem se perder ou se tornar inacessíveis rapidamente, o que representa um desafio. Além disso, o excesso de informações na era da informação gera um volume impressionante de dados e eventos em tempo real, tornando necessárias a determinação de quais eventos são realmente significativos a longo prazo.

Ferreira (2000) mostra que, na última década, foram registradas transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Buscou-se valorizar uma análise descritiva e multiétnica e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural, ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se o estudo do contemporâneo.

Nessa arguição, a integração do estudo do presente sob responsabilidade da História evidencia uma abordagem mais ampla do que se entendia sobre o que é a História. Dessa forma, a pesquisa histórica se torna mais inclusiva e capaz de dialogar com os desafios e questões atuais.

2.2 Caracterização das *fake news*

Para Hannah Arendt, “a liberdade de expressão é uma farsa, se a informação sobre os factos não estiver garantida e se não forem os próprios fatos o objecto do debate” (Arendt, 1967, p. 11). Nesse escopo, o pensamento da filósofa alemã, pode ser apropriado ao pensar na atual circunstância, na qual as *fake news* parecem se sobrepor ao que é factual, ou mesmo, de forma vulgarizada, elas tem incitado discursos de ódio e, na sua forma mais agressiva, venham a incitar ataques antidemocráticos e cruelmente limitar o direito à vida de muitos indivíduos.

Seria reducionista, por parte deste pesquisador, construir uma linha de argumentação que classificasse as notícias falsas como as únicas causadoras dos ataques à democracia no Brasil em 2023. Além disso, é importante observar que há uma relação de duplicidade, quando se analisa a utilização dessas inverdades no episódio de 8 de janeiro de 2023. Assim, pode-se apontar primeiramente as *fake news* enquanto causas. Por exemplo, esses dispositivos influenciaram que ocorressem os atos golpistas. Alternativamente, os próprios ataques podem ser vistos como um efeito, ou mesmo como uma *fake news*. Isto é, seria o 8 de janeiro uma encenação? Uma tentativa de convencer a sociedade de que haveria condições sociais e políticas para um golpe?

Nesse sentido, de modo a reafirmar a importância da investigação de fontes, as *fake news* serão aqui tratadas enquanto causas influenciadoras do 8 de janeiro de 2023. Essa escolha não desconsidera a outra hipótese. Entretanto, as fontes históricas apontam que havia de fato uma intenção de um golpe de Estado. Para isso, basta vermos que havia uma projeção registrada através de uma minuta que intencionava de fato ao movimento golpista. Observe como essa perspectiva é sustentada no livro *Como não fazer um golpe de Estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro*:

Descobertas e testemunhos recentes, incluindo a “Minuta da Comissão Civil-Militar” de intervenção no Tribunal Superior Eleitoral, mostram o que há muito se suspeitava: Bolsonaro e seus correligionários, incluindo seu ministro da Justiça Anderson Torres – no momento atual sob prisão determinada pelo STF – planejaram um golpe no Brasil. Seu atual partido, o PL e seus aliados, continuam, mesmo depois de 8/01 a acusar o STF de impedir o bom funcionamento do sistema de Três Poderes e de interferir nas atribuições do Chefe do executivo. Na “novilíngua” do fascismo, com violentas torções semânticas, a defesa da ordem democrática aparece na fala bolsonarista como “insuportável” ameaça à Liberdade. De fato, podemos dizer com segurança, agora, que o ex-presidente tentou quatro vezes derrubar o Estado de Direito no Brasil e implementar um simulacro do passado Regime Civil-Militar inaugurado em 1964 (Schuster; Silva, 2023, p. 13).

O trecho discute descobertas recentes, como a "minuta da Comissão Civil-Militar", que revelam planos de golpe por Bolsonaro e aliados, incluindo Anderson Torres, que foi preso por ordem do STF. Mesmo após os eventos de 8 de janeiro, o partido de Bolsonaro, PL, continua acusando o STF de interferir no sistema dos Três Poderes.

É válido ressaltar que o objetivo principal deste estudo é entender como a contribuição negativa dessas notícias incitou o ataque. Por isso, mais adiante serão analisadas algumas notícias que perpetuaram anteriormente e após o 8 de janeiro de 2023. No entanto, antes dessa investigação, é viável compreender de forma conceitual o que são essas inverdades.

Afinal, o que são *fake news*? Para começar a responder a essa pergunta é pertinente perceber primeiramente como o filósofo Jacques Derrida, define o que é a mentira:

A mentira não é um fato ou um estado, é um ato intencional, um mentir – não existe a mentira, há este dizer ou este querer-dizer que se chama mentir: mentir seria dirigir a outrem (pois não se mente senão ao outro, não se pode mentir a si mesmo, a não ser a si mesmo enquanto outro) um ou mais de um enunciado, uma série de enunciados (constativos e performativos) cujo mentiroso sabe, em consciência, em consciência explícita, temática, atual, que eles formam asserções total ou parcialmente falsas; é preciso insistir desde já nessa pluralidade e complexidade, até mesmo heterogeneidade. Tais atos intencionais são destinados ao outro, a outro ou outros, a fim de enganá-los, de levá-los a crer (a noção de crença é aqui irredutível, mesmo que permaneça obscura) naquilo que é dito, numa situação em que o mentiroso, seja por compromisso explícito, por juramento ou promessa implícita, deu a entender que diz

toda a verdade e somente a verdade (Derrida, 1996, p. 9).

E continua:

Santo Agostinho assinalava também: “não há mentira, apesar do que se diz, sem intenção, desejo ou vontade de enganar” (*fallendi cupiditas, voluntas fallendi*) (2). Tal intenção, que define a veracidade ou a mentira na ordem do dizer, do ato de dizer, permanece independente da verdade ou da falsidade do conteúdo, daquilo que é dito. A mentira depende do dizer e do querer-dizer, não do dito “... não se mente ao enunciar uma asserção falsa que cremos verdadeira e (...) antes mente-se ao enunciar uma asserção verdadeira que cremos falsa. Pois é pela intenção (*ex animi sui*) que se deve julgar a modalidade dos atos” (Derrida, 1996, p. 9).

Derrida argumenta que a mentira não é simplesmente um fato ou um estado, mas um ato deliberado de mentir. Ele ressalta que a mentira não é abstrata, mas sim sugestiva de intencionalidade de enganar o outro. Assim, para ele a mentira está vinculada à crença do outro, pois o sucesso da mentira depende da capacidade do mentiroso de persuadir o outro a acreditar na veracidade das declarações falsas. De tal modo, pode-se traçar um paralelo com as *fake news*, visto que as suas produções são feitas com a intencionalidade de enganar, persuadir, ou mesmo, vender uma determinada ideia.

Sob influência contemporânea estadunidense, o termo *fake news* é amplamente divulgado nos mais diversos lugares e veículos de comunicação. As inverdades podem ser facilmente compreendidas enquanto informações fabricadas ou distorcidas, projetadas para se assemelhar a notícias legítimas e enganar os leitores. No estudo publicado pelo escritor João Paulo Meneses *Sobre a necessidade de conceitualizar o fenômeno das fake news*. São pontuadas algumas definições sobre, entre elas:

Fake news representa informações de várias vertentes que são apresentadas como reais, mas são claramente falsas, fabricadas, ou exageradas ao ponto em que não mais correspondem à realidade; além do mais, a informação opera no interesse expresso de enganar ou confundir um alvo ou audiência imaginada (Reilly, 2018, *apud* Meneses, 2018, p. 49)

A estudiosa Ana Júlia Bonzanini Bernardi, em sua tese de doutorado, ao definir o conceito de *fake news*, esquadrinha a significação da nomenclatura em uma amplitude mais abrangente:

Em termos conceituais, diferentemente do português, que só tem a denominação “desinformação”, o inglês abrange duas diferentes expressões que diferenciam a intenção do ato. A palavra *misinformation* refere-se às informações falsas ou imprecisas difundidas de forma não proposital – como, por exemplo, em um erro de reportagem. Diferentemente, *disinformation* relaciona-se ao ato deliberado de espalhamento de informação mentirosa, propaganda com a intenção de ludibriar

usuários e se multiplicar pelas redes (Allcott; Gentzkow; Yu, 2019; Castro, 2018; European Commission, 2018; Marwick; Lewis, 2017, *apud* Bernardi, 2020, p. 57).

O que há em comum entre as duas definições é que notícias falsas geralmente são produzidas de forma intencional, com o objetivo de atingir um público específico e atingir determinados objetivos. Nesse sentido, a intencionalidade não deve ser confundida com situações em que ocorreu algum erro na produção de informações, ou mesmo em eventos nos quais houve subjetividade e influência cultural sobre um determinado assunto.

De modo diferente, Becker e Góes (2019) apresentam uma relação paradoxal existente no termo *fake news*. Os pesquisadores demonstram que não é possível existir uma notícia falsa, mas sim um texto com estruturas semelhantes ao que é considerado uma notícia. Logo, se as notícias em si não podem ser consideradas falsas, então as notícias falsas podem ser entendidas como uma combinação de gêneros jornalísticos, que estruturam o formato do texto mantido, buscando garantir a confiabilidade para despertar o interesse público, mas não cumprem princípios de investigação de incidentes e construção de eventos jornais. Esta hibridização não é apenas o resultado do desenvolvimento e a utilização da tecnologia digital, mas a disponibilidade do público para expressar as suas opiniões, abolindo assim a autoridade da imprensa como porta-voz. Nesse ponto, é imprescindível observar que jornalistas e veículos de mídia também podem produzir conteúdo que não cumpre os princípios básicos de apuração e verificação. Isso pode ocorrer por pressão comercial, ideológica ou até por negligência.

Na atualidade, com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC 's), as inverdades circulam de forma mais rápida. Nesse ponto, o estudioso Leandro de Araújo Crestani, citando Giuliano da Empoli, afirma:

Giuliano da Empoli (2020) aponta, em seu livro “Engenheiros do Caos”, o estudo realizado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), no qual foi demonstrado que uma falsa informação tem, em média, 70% a mais de probabilidade de ser compartilhada na internet do que uma notícia verdadeira: “[...] nas redes sociais a verdade consome seis vezes mais tempo que uma *fake news* para atingir 1.500 pessoas” (Empoli, 2019, p. 78).

Através de manchetes atrativas as *fake news* obtém seu “sucesso” de abrangência através de alguns fatores. No artigo *Fake news e os fatores que caracterizam sua disseminação*, são elencados alguns desses fatores:

Diferente da linguagem jornalística, que possui como principais características, segundo Sousa (2004), a objetividade e a imparcialidade, as *fake news* possuem

linguagem apelativa e emocional utilizada em manchetes e textos com a finalidade de chamar a atenção do leitor (TORABI & TABOADA). Tal fator pode ser observado em conjunto à baixa taxa de leitura de notícias completas entre os usuários (GABIELKOV). Em estudo desenvolvido pela Universidade da Columbia, pesquisadores descobriram que 60% dos usuários nas mídias sociais compartilham publicações sem ler o conteúdo da manchete (Souza; Raddatz, 2020, p. 02).

Além disso, é viável a compreensão de que o conceito presentemente é utilizado de forma consonante à propagação virtual, e vários são os fatores que tornam esse ambiente mais propenso para a circulação de desinformações. No estudo publicado, *O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto*, esses fatores são enumerados:

1. Possibilidade de qualquer pessoa criar um jornal independente e difundir informação nas redes;
2. Uso massificado de redes sociais como Facebook e WhatsApp como fonte primária de informação (Papo Digital: O cuidado das marcas com interações polarizadas no digital, 2018);
3. Interconexão massiva permitindo que várias pessoas sejam atingidas por uma publicação;
4. Anonimidade e distanciamento do outro garantido pela rede;
5. A polarização da esfera pública, que gera um contexto ideal para a aceitação sem grandes questionamentos de notícias que corroborem narrativas favoráveis à posição política do receptor (Ribeiro & Ortellado, 2018a, p. 79);
6. O fato de que, muitas vezes, a pessoa que envia uma notícia possivelmente falsa é um conhecido ou familiar. A proximidade e confiança pessoal com aquele que divulga a informação torna muito mais difícil o descrédito da notícia (Ribeiro & Ortellado, 2018)2;
7. O uso de *bot*³, que são sistemas autômatos que emulam comportamento humano e replicam ações básicas, como seguir determinadas pessoas, publicar mensagens em massa, direcionar mensagens e inserir *hashtags* ou *links*;
8. O funcionamento de uma economia da informação baseada na coleta em massa, no tratamento de dados e na criação de perfis individualizados, tornando possível o envio direcionado de informação para os mais variados fins, inclusive políticos (Alves; Maciel; 2020).

Todas as características acima estão correlacionadas diretamente com as TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação), ou seja, sobre como essas *fake news* são utilizadas nesses espaços. Outrossim, espalhar notícias falsas é uma prática que transcorre a diversos momentos e temporalidades no devir histórico Segundo Matthew D'Ancona:

A mentira é parte integrante da política, desde que os primeiros seres humanos se organizam em tribos. Os antropólogos assinalam a importância do engodo em sociedades primitivas, sobretudo, mas não exclusivamente, quando lidavam com forasteiros. Platão atribui a Sócrates a noção da “nobre mentira”: um mito que inspira

³ Um *bot* é um software aplicativo programado para executar determinadas tarefas. Bots são automatizados, ou seja, atuam por conta própria, sem que um usuário humano tenha que iniciá-los manualmente todas as vezes. Os *bots* costumam imitar ou substituir o comportamento de um usuário humano. Costumam executar tarefas repetitivas e podem executá-las muito mais rapidamente do que os usuários humanos (Cloudfare; 2024).

a harmonia social e a devoção cívica. No Capítulo XVIII de *O Príncipe*, Maquiavel recomenda ao governante ser “um grande fingidor e dissimulador” (D’Ancona, 2018, p. 32).

De modo a fazer uma alusão histórica, os escritores Marco Antônio Sousa Alves e Emanuella Ribeiro Halfeld Maciel, utilizam:

Mentiras e boataria com alta disseminação social não são um fenômeno novo. A prensa de Gutenberg permitiu a impressão em massa de livros em meados do século XV, dando asas ao sonho de um mundo cada vez mais esclarecido, com acesso ao conhecimento e às “verdades” da ciência. Mas, ao mesmo tempo, a inovação permitiu também que inúmeros panfletos espalhassem todo tipo de notícias falsas. Muito antes da Internet existir, as histórias de que “Elvis não morreu” ou de que o homem nunca pisou na Lua circulavam no coletivo social, sendo tomadas por verdade para parte da população (Mans, 2018 *apud* Alves; Maciel, p. 148, 2020).

Nota-se que a construção dessas “notícias” está interligada, na maioria das vezes, à manipulação em prol de afirmar uma determinada narrativa. Também, há a percepção de que nem sempre notícias falsas estão atreladas a fatos grandiosos, ou mesmo, que venham a mudar os rumos da história, o que pode ser evidenciado em teorias da conspiração⁴ sobre a morte de alguém.

Existem vários outros casos de utilização de ficção e informação manipulada no século XVIII, como panfletos que circularam antes da Revolução Francesa, que anunciavam um déficit orçamentário nacional e sugeriam que o governo estava falido; conteúdo afirmando que os índios nos Estados Unidos colaboraram com o então rei George II da Inglaterra durante a Revolução Americana; ou, pelo contrário, que o rei britânico enviaria tropas estrangeiras para “matar patriotas americanos”, com o objectivo de “fazer com que o povo se juntasse e apoiasse a causa revolucionária” (Soll, 2016 *et al.*, 2018, p. 19).

Também, segundo Silva (2022), as *fake news* serviram como verdadeiras armas de guerra, sendo utilizadas inclusive por Adolf Hitler durante o regimento do Nazismo na Alemanha. Assim como citado pelo professor especializado em livros sobre o Holocausto e política contemporânea, no New York Times:

[...] respondendo uma carta de um de seus soldados estudantes, Hitler definiu sua

⁴ Esse modo de interpretação parte do pressuposto de que existe uma realidade mais profunda que se encontra sob as enganosas aparências superficiais, e a tarefa do crítico consiste em detectá-la. De forma semelhante, as teorias conspiratórias partem do pressuposto de que nada é o que parece ser, nada acontece por acidente e tudo está conectado. Com frequência, as teorias da conspiração envolvem ilusões perigosas e, por vezes, a literatura conspiratória tem contribuído para causar esses danos.

atitude para com a questão dos judeus. Tudo que parece ser um objetivo superior (“religião, socialismo, democracia”) era para os judeus um meio de se fazer dinheiro. Judeus não deveriam ser tratados como companheiros, mas sim entendidos como um problema objetivo, como uma doença (“tuberculose racial”) que precisava ser resolvida (Snyder, 2019 *apud* Silva, 2022).

E continua:

A *Fake News* já serviu até mesmo como arma, quando nas mãos de alguns dos facínoras detentores de poder que conhecemos. Segundo o Correspondente de Segurança da BBC News, uma das mais conhecidas *Fake News* foi durante a Guerra Fria, quando a KGB culpou os EUA pela criação da AIDS. Na matéria supracitada, ainda segundo o historiador do Centro de História Militar do Exército dos EUA, “a campanha de desinformação da AIDS foi uma das mais notórias e das mais bem sucedidas campanhas de desinformação soviéticas durante a Guerra Fria”. Ainda seguindo essa pauta, de acordo com a redação de uma revista especializada em história da Editora Caras, a KGB inventou histórias ainda sobre a Apollo 11 ter sido uma farsa e sobre o presidente John F. Kennedy ter sido morto pela CIA (Silva, 2022, p 3).

Observa-se um papel alarmante das notícias falsas nas guerras modernas. A disseminação deliberada de informações enganosas ou distorcidas tem o potencial de inflamar conflitos, minar a estabilidade política e aprofundar divisões sociais. Em contextos de guerra, as *fake news* podem ser utilizadas como armas psicológicas, influenciando a opinião pública, radicalizando indivíduos e até justificando ações militares. Através das redes sociais e da rápida disseminação online, as notícias falsas podem espalhar-se como um rastilho de pólvora, aumentando a volatilidade de situações já tensas.

No Brasil, o fenômeno das *fake news* esteve presente em diversos momentos e, por vezes, tornarem-se parte de momentos políticos, basta ver a falsa ameaça comunista perpetuada através da criação do Plano Cohen⁵ por Getúlio Vargas, em 1937, para a sua manutenção no governo. De modo semelhante, pode-se pensar na falsa ameaça comunista que levou ao começo da ditadura civil-militar no Brasil.

Kieling (2017), citado por Jardim Zaidan (2018), diz que a mídia e a imprensa desempenharam um papel importante na promoção do golpe militar de 1964, mostrando o seu apoio ao governo militar através de propaganda e notícias partidárias. Embora existam histórias de empresas de comunicação social e jornalistas que tentaram minimizar, justificar ou negar o

⁵ Em 27 de setembro de 37, num encontro da cúpula militar, foi introduzido na pauta de discussão o Plano Cohen que, de acordo com GOES MONTEIRO, seria um Plano de ação judaico-comunista. E para obstruí-lo, as Forças Armadas necessitavam da concessão do “estado de guerra”. Terminada a reunião ficou aprovado que um novo regime deveria ser instituído. O qual não poderia ser caracterizado como uma ditadura militar, nem deveria privilegiar pessoalmente qualquer militar. Assim, GETÚLIO VARGAS passou a ser uma das peças essenciais no processo (Mezaroba, 1992, p.95).

seu apoio ao golpe, a maioria absoluta da imprensa hegemônica do Brasil em 1964 apoiou a deposição do Presidente João Goulart através de um golpe civil.

Através de um senso partilhado entre a maioria dos pesquisadores que desbravam esse assunto, incluindo o cientista político Da Empoli (2019), existe um entendimento sobre a aplicabilidade do termo em nível mundial a partir de 2016, quando o presidente dos Estados Unidos assume a Casa Branca, e tudo isso antes mesmo de sua contribuição importante para a eleição. No Brasil, o termo ganha relevância em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro.

Ambos os presidentes que compõem a agenda política de extrema direita, seguidos de uma tendência mundial, utilizaram-se das manobras de criação e divulgação de *fake news* com um dos fins para alcançarem seus objetivos políticos. Nesse ponto, Giuliano Da Empoli, aduz:

Os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades. Sua inexperiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade, as tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua dependência, e as *fake news* que balizam sua propaganda são a marca de sua liberdade de espírito (Empoli, 2019, p. 18).

Através do trecho, observa-se que as notícias falsas podem ser instrumentos poderosos para a consecução de objetivos políticos ou a promoção de ideias específicas. Atualmente, percebe-se que essas notícias falsas se disseminam rapidamente por meio das redes sociais e outras plataformas digitais, alimentando-se da propagação em massa e do compartilhamento irresponsável.

À vista disso, no livro, *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos, em tempos de fake news*, o autor destaca: “A ascensão dessa indústria traiçoeira coincidiu com a metamorfose maciça da paisagem midiática e com a revolução digital” (D’Ancona, 2018, p. 50). Nesse viés, o autor enfatiza a necessidade de se olhar para a verificabilidade da interferência negativa da criação da internet e principalmente das intenções de quem produz os conteúdos dispostos na web. Assim sendo, o escritor supracitado alenta:

No entanto, como todas as inovações transformativas, a web é um espelho da humanidade. Junto com seus muitos méritos, também permitiu e acentuou o pior do gênero humano, funcionando como universidade para terroristas e refúgio para trapaceiros (D’Ancona, 2018, p. 50).

Mais do que pensar no surgimento da internet, é viável recorrer às redes sociais nessa seara de discussões, uma vez que sua capacidade de alcance é maior do que meramente as

páginas da *web*, ou os jornais digitais. De tal modo, a pesquisadora Rosemary Segurado expõe:

As táticas de compartilhamento de desinformação por Facebook, WhatsApp, Telegram, Instagram, Youtube, entre outras plataformas, encontram eco nas crenças conservadoras presentes no campo social. Cada postagem é calculada para gerar o engajamento, mesmo que haja incoerência ou mentira na mensagem divulgada, demonstrando a falta de compromisso ético com os efeitos daquilo que se dissemina (Segurado, 2021, p. 53).

De modo similar, Ana Júlia Bonzanini Bernardi, em sua tese de doutorado, reafirma a potencialização da propagação de notícias falsas através do advento da internet, e destaca o papel das redes sociais:

Também o ambiente das redes sociais é mais propício para que as notícias falsas se espalhem, visto que elas têm o poder de alcançar pessoas que não são tradicionalmente interessadas sobre política e que, portanto, estão mais sujeitas a acreditar em inverdades por não terem conhecimentos básicos sobre o funcionamento das instituições (Lazer et. al., 2017 *apud* Bernardi, 2021, p. 58).

Através do direcionamento do autor é possível perceber que as *fake news* tendem a uma maior alcançabilidade àquelas pessoas que muitas vezes possuem um grau educacional instrutivo menor, haja vista, a ausência de capacidade e letramento político e digital para interpelar a veracidade, ou não, de uma determinada informação. Não sendo distante, é perceptível que as notícias falsas venham a consolidar a narrativa daqueles que carregam ideias extremistas, principalmente no plano político. Conforme apresentado por Rosemary Cansado:

A extrema-direita explora sistematicamente as dinâmicas emocionais para mobilizar a população no sentido de ampliar sua força política e ganhar a disputa de narrativa. Para tanto, adota práticas discursivas capazes de atingir os afetos individuais e coletivos. Utiliza de técnicas para compreender os sentimentos, a raiva, o ódio que passam a ser trabalhados e apresentados sob a roupagem da autenticidade (Segurado, 2021, p. 59).

Nessa mesma direção, o ensaísta italiano Giuliano Da Empoli (2022), destaca que, na internet, os principais propagadores de informações são os extremistas, que operam por meio de sites, blogs e páginas de Facebook. Eles desempenham um papel fundamental na criação de narrativas que têm um grande impacto nas bases de apoio de figuras políticas como Trump, Orban e Salvini.

As consequências das notícias falsas são vastas e impactam vários setores da sociedade. Na política, as notícias falsas podem influenciar eleições, difamar candidatos e minar a confiança pública nas instituições democráticas. Nas áreas de meio ambiente, ciência e

tecnologia, as *fake news* podem distorcer a percepção pública, negar evidências científicas e prejudicar a tomada de decisões informadas.

No campo da saúde, informações falsas podem levar à propagação de teorias da conspiração, à hesitação em relação a vacinas e à adoção de tratamentos ineficazes ou perigosos. A julgar pelo período recente marcado pela crise de saúde e sanitária da COVID-19. A pandemia foi agravada pelo compartilhamento de notícias falsas. No Brasil essa situação é evidenciada no livro *Desinformação e Democracia*:

Como prática de estratégia bolsonarista de disseminar a desinformação quando alguma polêmica era difundida pelo presidente, imediatamente sua rede de apoiadores era acionada para ampliar o impacto de sua narrativa. E, em boa parte dessas situações, o instrumento utilizado por esses grupos são as notícias falsas, distorcidas e sem base em fatos. Além da mensagem circular nas redes sociais, a mesma informação foi compartilhada pela Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) da Presidência da República, afirmando que a cloroquina era o tratamento com maior eficácia para o combate da Covid-19 (Segurado, 2022, p. 24).

Além disso, na área da saúde, informações errôneas disseminadas através de notícias falsas podem ter consequências graves, como a promoção de tratamentos ineficazes, o aumento da hesitação em relação às vacinas e até mesmo a perda de vidas humanas.

Na Educação, os impactos também são bastante expressivos. Assim, observa-se que educadores podem enfrentar desafios ao tentar corrigir informações erradas que os alunos trazem de fontes externas. Isso consome tempo valioso que poderia ser dedicado ao ensino de novos conteúdos. Além disso, pode haver a perda de credibilidade do conhecimento científico em diversas áreas e idades. Nesse sentido, é preciso compreender como os professores(as) e estudantes do Brasil obtêm acesso à informação e também à desinformação. Nesse sentido, serão interpretados alguns dados que vão revelar essas informações. Segundo estudo revelado pelo Cetic.br, há um recorte de idade, dos 9 aos 17 anos, de usuários que acessam à internet:

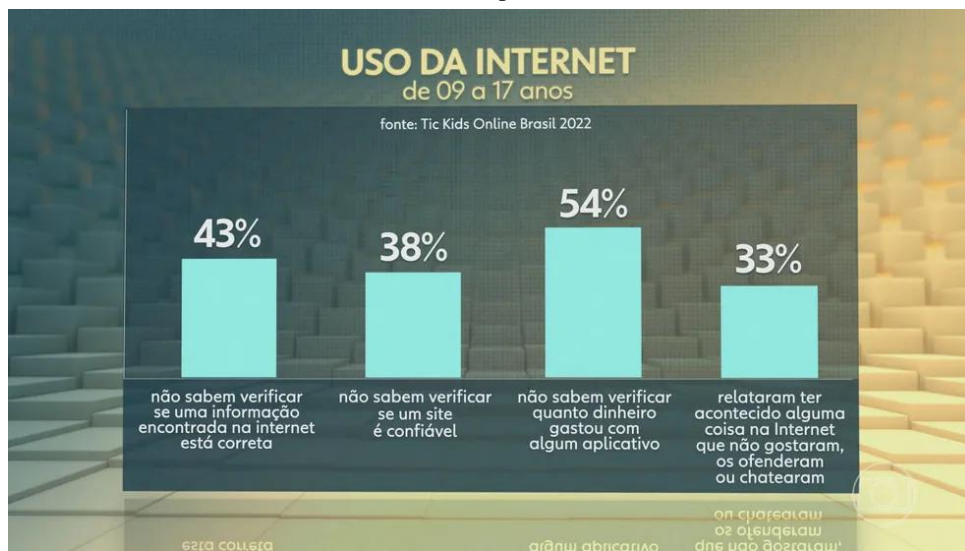
O estudo, conduzido pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), apontou que 93% das crianças e adolescentes do país entre 9 e 17 anos são usuárias de internet, o que corresponde a cerca de 22,3 milhões de pessoas conectadas nessa faixa etária (CETIC, 2022).

Esse número revela que a maioria dos jovens brasileiros, entre 9 e 17 anos, está conectada à internet. Isso revela que é preciso que as escolas criem meios de dialogar com essa realidade e promover uma educação voltada à conscientização de se utilizar esses dispositivos de modo consciente. Afinal, essa alta concentração de usuários pode fazer com que *fake news*

se espalhe rapidamente.

Logo, no que se diz respeito à coleta de dados sobre como jovens lidam com as inverdades o Comitê Gestor da Internet no Brasil divulgou uma pesquisa em parceria com a Unesco, no ano de 2023 revelando os seguintes dados:

Gráfico 1 - Uso da internet entre pessoas de 09 a 17 anos



Fonte: TICS online, 2022.

As informações do gráfico revelam que, quanto à verificação de informações, percebe-se que 43% dos jovens não sabem verificar se uma informação encontrada na internet está correta. Quanto à confiança em sites, nota-se que 38% dos jovens não sabem verificar se um site é confiável. Quanto ao controle de gastos, revela-se que 54% dos jovens não sabem verificar quanto gastaram com algum aplicativo. Observando as experiências negativas online, esse dado evidencia que um terço dos jovens já teve experiências negativas online, como ofensas ou situações desagradáveis.

Fica evidente no gráfico a urgência de tratar sobre esses temas e que eles geram desafios importantes enfrentados pelos jovens no uso da internet, como a verificação da veracidade das informações, a confiança em sites, o controle financeiro em aplicativos e as experiências negativas online. Esses pontos enfatizam a necessidade de uma educação digital mais robusta e abrangente para capacitar os jovens a navegar na internet de maneira segura e informada.

No artigo científico *O impacto das “fake news” na educação dos jovens do Brasil*, é demonstrado o impacto das inverdades na educação infantil:

O impacto das fake news para as crianças ganhou mais evidência depois da publicação do relatório da pesquisa Tic Kids Online Brasil: Pesquisa sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil (2017), que mostrou que 24,3 milhões de crianças e adolescentes são usuários de internet, sendo que desse, 31% disseram que não são capazes de verificar se uma informação encontrada na rede é correta ou não. É, pois neste cenário preocupante que tem surgido diversos estudos mostrando algumas estratégias pedagógicas para diminuir o impacto das fake news sobre as crianças (Silva, 2021, p. 617).

No Ensino Médio, é revelado:

Se para os pequenos a fake news podem causar grandes problemas, para os jovens com idade do ensino médio pode ser mais perigoso ainda, pois além deles mesmos sofrerem, eles podem ser agentes propagadores de notícias falsas. Com efeito, algumas pesquisas comprovam que os jovens são mais susceptíveis a acreditar e espalhar fake news, como aponta pesquisadores do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) e publicada na revista Science, ao revelar uma notícia falsa tem 70% mais chance de ser compartilhada (Silva, 2021, p. 617).

E continua:

Outra pesquisa realizada pela DNPontocom e apresentada por reportagem do site Neo Mundo (GERAÇÃO Z, 2018), mostra que os jovens são os mais propensos a compartilharem fake news, uma vez são usuários mais ativos e também aqueles que menos checam as informações do conteúdo. Esta pesquisa mostrou ainda que a geração Z, isto é, aqueles nascidos entre 1990 e 2010, leem apenas o título das informações, antes de compartilhar. Já a geração Y, aqueles nascidos entre 1980 e 1990 possui maior cuidado e checam as fontes antes de compartilhar. Por sua vez, a geração X, os nascidos até o início dos anos 1980, são menos influenciados e, por conseguinte, são menos propagadores de fake news, pois são mais influenciados por intelectuais e sempre leem a notícia completa (Silva 2021, p. 617).

O estudo revela a necessidade de uma alfabetização digital em todos os níveis de ensino. Isso porque, desde a educação infantil até o ensino médio, a falta de alfabetização digital impacta negativamente a vida dos estudantes. Esse fato também demonstra que o compromisso com a alfabetização digital deve ser reafirmado por toda a sociedade, especialmente pelo poder público. Para tanto, é necessário pensar na criação de Projetos de Lei (PL) e políticas públicas que gerem impactos significativos.

Outrossim, nesse debate sobre as *fake news* pode-se observar, com os avanços das IA (Inteligências Artificiais), o aprimoramento da manipulação de informação através das *deep fakes*. Desse modo, os pesquisadores Adriano Cezar Molina e Orlando Leonardo Berenguel, citam:

Os avanços da inteligência artificial e o surgimento de novas técnicas como deepfake possibilitam a manipulação e criação de novos conteúdos falsos de vídeos, áudios e

imagens muito semelhantes ao conteúdo original, apesar de trazer diversos benefícios, seu uso indevido é preocupante, as deepfake se tornaram uma ferramenta poderosa para influenciar ou distorcer a verdade, seja no âmbito político ou social, usada dessa forma a tecnologia passa a ser uma extensão das *fake news*. (Berenguel; Molina, 2022, p. 02)

O trecho destaca os desafios contemporâneos trazidos pelos avanços da inteligência artificial e pelo surgimento de técnicas como deepfake. Essas tecnologias permitem a criação e manipulação de conteúdos falsos, como vídeos, áudios e imagens, que são extremamente similares aos conteúdos originais. Outros autores também informam que as *deep fakes* podem também ser uma grande ameaça às democracias:

De acordo com Atheniense (2019) as deepfakes podem ser uma grande ameaça à democracia, e com o ritmo em que a tecnologia avança tornará o combate ainda mais difícil, pelo fato de distinguir o que é real e o que é falso. “Se a gente já tem esse hábito em relação à disseminação de notícias falsas, quando você tem uma inovação tecnológica como deepfake, essa automação só potencializa aquele ato anterior que já existia” (Atheniense, 2019 *apud* Berenguel; Molina, 2022, p. 02).

No estudo *O impacto da inteligência artificial na democracia*, do pesquisador Francisco de Assis Costa Filho, também é demonstrada uma visão semelhante:

A proliferação da Deepfake pode gerar polarização, conflitos e até mesmo afetar processos democráticos, uma vez que as pessoas podem ser levadas a tomar decisões com base em informações incorretas (Lima, 2020). Além disso, a rapidez com que as notícias se espalham na internet amplifica o impacto de notícias falsas, tornando desafiador conter sua disseminação e corrigir informações equivocadas (Lima, 2020, *apud* Costa Filho, 2024).

Diante do exposto, é observado que através da manipulação de imagens, falas e vídeos podem ser manipuladas falsas informações. Consequentemente, isso pode ser utilizado de forma estratégica para a manipulação de ideias, até mesmo extremistas. Além disso, elas podem ser utilizadas para minar a confiança das pessoas quanto às instituições responsáveis por gerir a sociedade. Desse modo, é urgente que os países criem projetos de regulamentação, visando conter essa problemática.

Nessa discussão, vale analisar também que atualmente outra problematização é a disputa das *fake news* com as informações verdadeiras. No intento de demonstrar essa realidade, a pesquisadora Marcella Costa, citada por Alex Conrado Ghelli, diz: “[...] todos parecem ter propriedade para falar de tudo, especialmente de Educação e de História, sem que, contudo, tenham recorrido ao acúmulo de conhecimento científico/acadêmico produzido nessas áreas para fundamentar suas concepções” (Costa, 2021, p. 22 *apud* Ghelli, 2023, p. 21).

Em sequência:

Nessa esteira, as professoras Fernanda Bruno e Tatiana Roque (2019, p. 14) acrescentam que “a confiança está sendo minada nas redes sociais, com novas crenças e novos valores que contestam o método científico e desafiam consensos há tempos estabelecidos”. As autoras argumentam que talvez o modo como averiguamos a verdade esteja em crise, pelo modelo científico atual usar evidências inacessíveis às pessoas comuns. No entendimento delas, isso acaba levando a um questionamento do modelo de verdade utilizado pela ciência, pois essa transferência de autoridade em que as pessoas comuns não participam do processo de produção de conhecimento vem perdendo validade (Ghelli, 2023, p. 21).

É possível observar no trecho acima a presença de certo estigma em relação ao estabelecimento da noção científica na atualidade. Isso ocorre porque a ideia de verdade já foi contestada nas ciências de base. Ou seja, pode-se pensar na mudança temporal em que ocorrem esses questionamentos, mas não na sua marcação temporal enquanto fenômeno exclusivo do presente.

Em todos os ambientes, as *fake news* podem alimentar teorias da conspiração prejudiciais e polarizar ainda mais a sociedade. Portanto, compreender a natureza dessas notícias falsas e suas ramificações é fundamental para combater seu impacto negativo e promover uma informação mais precisa e confiável. Além disso, Fernanda Bruno e Tatiana Roque argumentam que nas redes sociais isso é ainda mais acentuado. Isso acaba reverberando em novas crenças que acabam contestando o método científico estabelecido e desafiam consensos consolidados há muito tempo. Nessa perspectiva, a próxima parte deste estudo irá tratar sobre a correlação entre *fake news* e pós-verdade.

2.3 *Fake news* e a era da pós-verdade

Tomo como ponto de partida a discussão sobre a pós-verdade, a análise e Michel Foucault sobre a concepção de verdade.

A “verdade” era produzida através da investigação de documentos escritos e oficiais que contavam a história dos grupos dominantes. Seguindo essas proposições, pode-se entender a “verdade” como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, distribuição e funcionamento dos discursos. “A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e a confirmam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (Foucault, 1999, p. 14).

O filósofo francês remete à ideia de como o conhecimento histórico apropriou-se da concepção de verdade, em épocas passadas. Para ele, a verdade está atrelada a um nível

hierárquico e a uma situação de dominação entre os micropoderes existentes na sociedade.

A convicção do estudioso, em uma obra produzida na década de 1970, parece remeter-se à atualidade, com estruturas e poderes diferentes. Ou seja, o que muda são as “figuras” e os espaços sociais. Em meio à modernidade líquida⁶, a internet é hoje um grande palanque para afirmação de poder de “verdades”, negacionistas, machistas, brancas e elitistas. De tal modo, é viável recorrer sobre como essa “verdade” contemporânea é configurada em contexto de propagação em massa de notícias falsas.

O segundo eixo deste capítulo dedicou-se a tratar exclusivamente sobre as notícias falsas e algumas caracterizações sobre as mesmas. Dentre essas descrições, houve um ponto em que foi explicitado sobre a diferença de temporalidade de produção das notícias falsas. Dessa forma, houve a compreensão de que sempre existiriam *fake news*, mas que essas se fortaleceram com o advento das redes sociais.

Entretanto, pensar na *web* e nas redes sociais como fontes únicas e catalisadoras de notícias falsas seria uma forma reducionista de avaliação temática. Por esse motivo, é preciso avaliar os pormenores que permeiam o contexto e a tendência de narrativas políticas, econômicas e sociais que vigoram no momento de criação de uma falsa narrativa. Por conseguinte, é preciso entender que há interconexões causais entre os países, e, principalmente, entre aqueles que estão na regência de partidos de tendências políticas semelhantes.

Não obstante, no evento analisado neste estudo, o ataque terrorista de 8 de janeiro de 2023, se assemelha à invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021. Semelhanças essas que serão esboçadas de forma mais aprofundada no segundo capítulo. Mas o que não se pode negar é a verossimilhança entre as prerrogativas criadas em diversos contextos, por indivíduos variados, que visam a sustentar certas argumentações, não respaldadas em uma responsabilidade comprobatória, ou, até mesmo, isentas de um respaldo científico, com intenções políticas, econômicas e culturais.

⁶ Segundo Bauman (2001), as inúmeras esferas da sociedade contemporânea (vida pública, vida privada, relacionamentos humanos) passam por uma série de transformações cujas consequências esgarçam o tecido social. Tais alterações, de acordo com o sociólogo polonês, faz com que as instituições sociais percam a solidez e se liquefaçam, tornando-se amorfas, paradoxalmente, como os líquidos. A modernidade líquida, assim, é tempo do desapego, provisoriedade e do processo da individualização; tempo de liberdade ao mesmo tempo em que é o da insegurança. Como resposta a esta possibilidade de liberdade (Bauman, 1998, 2000, 2001), os homens deste tempo, no anonimato das metrópoles, têm a sensação de impotência sem precedentes, já que, no anseio por esta liberdade, os mesmos encontram-se por sua própria conta e risco em meio ao concreto. A responsabilidade é deixada às energias individuais, favorecendo a solução biográfica das contradições sistêmicas. Desta forma, como todos estão sem tempo, e preocupados com inúmeras atividades assumidas, poucos são aqueles que têm tempo e disponibilidade para dar o ombro amigo para o próximo; o vizinho é um desconhecido (Silva; Tfouni, 2008).

Nesse viés, autoridades, blogueiros, e principalmente representantes líderes da sociedade civil, validam suas ideologias e criam para seus “seguidores”, as melhores justificativas para afirmarem seus interesses pessoais. Outrossim, em uma maior complexidade, as proposições infundadas tornam-se cruciais para a manutenção de certos governos. Para isso, as *fake news*, tornam-se balizadoras deste processo de falseamento de uma verdade. Para Empoli (2019), o fluxo que caracteriza a nossa era, sob o conceito da “pós-verdade”, está fortemente ligada ao surgimento, evolução e interconexão de desinformação, teorias conspiratórias e algoritmos⁷.

Por consequência, alguns pesquisadores deram-se conta da necessidade de criar o neologismo, pós-verdade, como forma de se referir às estruturas que sustentam as dinâmicas desse processo, e, assim, melhor compreender as consequências de falseamento de concepções, ideologias e negação de um conhecimento válido.

Segundo Nietzsche, “Há espíritos que enturvam suas águas para que pareçam mais profundas”, essa afirmativa sustenta o que Berckemeyer (2017) abraça, ao argumentar sobre a pós-verdade enquanto um neologismo que está na moda. De tal modo, há uma adaptação contemporânea de algo que já existia. Dessa maneira, o pesquisador acredita que é um termo utilizado por especialistas de áreas distintas das ciências humanas para enfatizar, de forma mais exclusiva, o seu conhecimento. Contudo, para uma melhor agnição, ou mesmo, para evitar a utilização de um anacronismo, o termo será requerido no presente estudo.

Para o estudioso D’Ancona, não por acaso, em 2016, o Oxford Dictionaries escolheu ‘pós-verdade’ como sua palavra do ano. Definindo-a como forma abreviada para circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal (D’Ancona, 2018, p. 20). Logo, pode-se observar que o conceito exprime como as crenças individuais, construídas e embasadas, muitas vezes, por discursos que venham a negar o que é científico, acabam tornando-se uma verdade para aqueles que argumentam com falsas narrativas. Mais adiante, D’Ancona sobrepõe outra ideia:

Sua exata etimologia é contestada, embora haja um consenso geral de que foi utilizada pela primeira vez em 1992, na revista *The Nation*, em um artigo do escritor sêrvio-norte-americano Steve Tesich. Segundo Tesich, os norte-americanos estavam tão traumatizados com Watergate, o caso Irã-Contras e outros escândalos, que começaram a dar as costas para a verdade e conspirar exaustivamente por sua supressão. (D’Ancona, 2018, p. 20).

⁷ O algoritmo é o conjunto de instruções e regras que um programa de computador (mas não apenas ele) possui para executar suas funções. O conceito é bastante simples e mesmo tarefas simples podem ser descritas na forma de algoritmos, até mesmo as do dia a dia (Gogoni, 2018).

A partir da perspectiva apresentada pelo autor, é possível formular a hipótese de que a pós-verdade pode servir como um mecanismo estratégico para proteger sentimentos, preservar relacionamentos ou até mesmo criar narrativas que possam inspirar esperança ou motivação em situações desafiadoras. Percebe-se que há um jogo psicológico que pode tornar a propagação de uma ideia criada justificável. No entanto, essa mesma sensação de estímulo positivo pode não ser experimentada em relação ao que é científico. Como afirma Frederico Osanan Amorim Lima:

Uma das características dessa nossa condição histórica diz respeito exatamente à percepção de que programas políticos, ciência e coerência são elementos desprovidos da capacidade de emocionar. O ódio, a cólera, os extremos, as teorias da conspiração e o medo são os elementos cujo “novo sistema político” consegue manobrar para, ao mesmo tempo, manter em alerta a sociedade e capitanear a atenção para a suposta novidade na política. (Lima, 2021, p. 8).

Nessa mesma direção, D’Ancona (2020) pontua que estamos nos tornando rapidamente exemplos de uma sociedade na qual os regimes totalitários podem sonhar sem dificuldade. Até então, os ditadores precisavam se esforçar para silenciar a verdade, mas agora, por meio de nossas ações, estamos indicando que essa supressão não é mais necessária. Demonstramos que possuímos um mecanismo espiritual que é capaz de esvaziar o significado da verdade. Em uma mudança bastante drástica, como uma sociedade que valoriza a liberdade, escolhemos voluntariamente viver em um mundo de pós-verdade.

Entretanto, esse esvaziamento e libertação de sentimentos revestidos pela mentira parece não medir os danos a longo prazo, ocasionados pela propagação de ideias falseadas, que são utilizadas, por exemplo, como justificativas para afirmações de governos ditatoriais e, conforme visto, no Brasil em 2023, para propor ações golpistas à democracia. À vista disso, D’Ancona (2020, p. 34) relata que, “por séculos, e com certeza desde o Iluminismo, houve uma suposição incontestada de que mesmo a democracia mais sólida sofre danos quando seus políticos têm o hábito de mentir”.

Em continuidade, D’Ancona 2020 pontua:

As mentiras, as manipulações e as falsidades políticas enfaticamente não são o mesmo que a pós-verdade. A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência. A mentira é considerada regra, e não exceção, mesmo em democracias. (D’Ancona, 2020, p. 34).

Portanto, o que o pesquisador afirma reverbera em compreender que a pós-verdade atinge uma complexidade muito maior do que meramente uma mentira. Ou seja, mais do que o pronunciamento ou posicionamento, esse contexto necessita de uma validação coletiva construída muitas vezes por estratégias populistas. Assim sendo, Matthew D’Ancona, pontua o exemplo de como a pós-verdade contribuiu para a eleição de Trump:

Trump nunca foi um candidato *simpático*. As pesquisas de opinião mostraram que os norte-americanos estavam perfeitamente conscientes de suas falhas de caráter. No entanto, Trump passou para eles uma empatia brutal, enraizada não em estatísticas, empirismos ou informações meticulosamente adquiridas, mas em um talento desinibido para a fúria, impaciência e atribuição de culpa. A afirmação de que ele era “franco” não significava no passado - “ele está falando a verdade”. Em 2016, queria dizer: “Esse candidato é diferente e, talvez, resolva minhas ansiedades e esperanças” (D’Ancona, 2020, p. 37).

É possível perceber que o fenômeno se apropria de falsas promessas, que de certo modo arrebanham uma gama populacional relevante. De forma parecida, o fenômeno do bolsonarismo no Brasil alcança, por meio de narrativas emocionais e polêmicas, justificadas às vezes por símbolos da pátria, religiosos e militares. Nesse viés, as *fake news*, de forma sintomática, servem para a manutenção das ideologias extremistas.

Outro ponto que deve integrar a discussão sobre a pós-verdade, é que ela se torna um negócio lucrativo para as empresas produtoras de redes sociais. Desse modo, Matthew D’Ancona, disserta:

A pós-verdade também vende. Aquelas a quem Tim Wu, professor da Universidade Colúmbia, denominou “mercadores da atenção” competem pelo nosso tempo e o comercializam como um produto de alto valor. Fazem quase tudo para nos distrair e nos envolver. Eles se deram conta de que William James tinha razão: “Minha experiência é aquilo a que eu resolvo prestar atenção” (D’Ancona, 2020, p. 54).

O termo “mercadores da atenção” se refere às empresas e plataformas que competem pela constante atenção dos usuários. Isso é muito evidente nas redes sociais, cujos algoritmos são projetados para manter as pessoas engajadas, muitas vezes mostrando conteúdos sensacionalistas, polêmicos ou personalizados. Essas empresas lucram com o tempo que passamos em suas plataformas, vendendo publicidade direcionada com base em nossos dados e interesses.

Nesse ponto, é preciso fazer a seguinte pergunta. Será que professores(as) conseguem competir com esses “mercadores de atenção”? Ou será essa uma missão impossível? O autor dessa pesquisa acredita que lidar diretamente com esse mercado é um grande desafio, ou uma

“disputa” quase injusta. Mas o que podemos fazer é regularizar um trabalho de conscientização para, quem sabe, termos estudantes mais conscientes.

De forma similar, Carlos Alberto Ávila Araújo evidencia ao enfatizar as redes sociais, enquanto característica da pós-verdade:

As redes sociais se tornaram um ambiente privilegiado, a partir do qual as pessoas recebem notícias e informações do mundo. E elas são construídas a partir de algoritmos que selecionam o que provavelmente as pessoas querem ou o que concorda com o ponto de vista delas, em um fenômeno conhecido como “efeito bolha”. Outra questão é a inexistência de redes sociais em que mensagens são disparadas em massa diretamente para os aparelhos das pessoas, sem que se possa monitorar ou contrapor a elas, em uma lógica “subterrânea” de disseminação de informação (Araújo, 2020, p. 38).

Sob outro enfoque, é possível compreender como o negacionismo se relaciona com a pós-verdade. Segundo o mestre em ensino de história, João Jorge de Martini Moraes:

A conceituação do negacionismo histórico é uma tarefa intrincada, dada esta origem relativamente recente, e a ambiguidade que tais discursos geram ao tentar se identificar como estudos historiográficos revisionistas, ainda que, a despeito disso, a literatura que vem se dedicando ao seu estudo atualize-se gradativamente nas últimas décadas (Moraes, 2022, p. 23).

Em sequência:

Uma das referências mais antigas ao negacionismo (e, principalmente, aos negacionistas) é a já citada obra *Assassinos da Memória: um Eichmann de papel e outros ensaios* do historiador Pierre Vidal-Naquet. Desde o término da Segunda Guerra Mundial, as produções que relativizam a Shoah cresceram gradativamente até o ponto de negar sua ocorrência. Dentre os discursos mais comuns estavam o de considerar que o número de judeus mortos teria sido muito menor do que apontam as estatísticas, que a morte dos judeus ocorreu essencialmente pelas condições da guerra, que os campos de trabalho forçado dos nazistas eram práticas comuns a outros países que travaram guerras e, portanto, não se destinavam à - Solução Final - chegando a defender, com base em análises tendenciosas de documentos, que esta ordem de extermínio sequer fora dada (Moraes, 2022, p. 23).

O excerto aponta que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, houve um crescimento gradual das produções que relativizam ou negam o Holocausto. Isso é um fenômeno alarmante, pois o Holocausto é um evento historicamente documentado e amplamente reconhecido. Nesse ponto, a Segunda Guerra Mundial serve como um pano de fundo para se ver a utilidade negativa do negacionismo na História. Entretanto, vários outros momentos históricos se valeram da utilização de negar o que é factual.

No Brasil, alguns momentos históricos políticos são marcados por negacionismos. Conforme Macêdo (2022), pode-se presumir que, ao se discutir revisionismo ou negacionismo sobre a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), enfrenta-se uma revisão ou negação completa de tudo que se discute sobre esse período. No entanto, nota-se que alguns tópicos específicos ganham maior destaque entre os revisionistas. Dentre os aspectos mais significativos estão: o golpe, a suposta ameaça comunista, o respaldo popular aos militares, a censura, a tortura, a corrupção e o cenário econômico.

Isso mostra que a Ditadura Militar, um dos períodos mais difíceis da História do Brasil, é negligenciada por muitas pessoas, e a forma como é interpretada tem implicações profundas na compreensão da história e na identidade nacional. Portanto, negar as atrocidades desse período pode trazer graves consequências. Um exemplo disso foi o golpe antidemocrático do 8 de janeiro de 2023, no qual muitas pessoas desejavam um golpe semelhante ao que ocorreu em 1964. Assim sendo, o negacionismo, concomitante à *fake news*, e o revisionismo servem como estratégias para a justificativa do que é condicionado à pós-verdade.

Para encerrar este capítulo, o pesquisador remonta à *Alegoria da caverna* de Platão. A *Alegoria da Caverna* de Platão é uma metáfora que descreve a busca humana pelo conhecimento e a maneira como interpretamos a realidade ao nosso redor. Dessa forma, as redes sociais podem ser metaforizadas enquanto grandes cavernas do século XXI, onde muitas pessoas estão acorrentadas por *fake news*, negacionismo e revisionismo. De tal forma, é imprescindível que a educação, em especial o ensino de história, abra caminhos e que a luz desta grande caverna se faça brilhante por meio da racionalidade, criticidade e, principalmente, da cientificidade. Para isso, é importante se questionar algumas bases do próprio ensino de História, que em determinados contextos incitou notícias falsas, paixões nacionais e patriotismo.

3 DEMOCRACIA (IN)ACABADA: COMPARATIVO ENTRE OS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DO 8 DE JANEIRO DE 2023 E A INVASÃO DO CAPITÓLIO: ANÁLISE DE *FAKE NEWS*.

“A democracia nunca é um conceito fechado. Sendo algo em permanente transformação, ela é um resultado das disputas políticas colocadas em uma sociedade” Fernando Perlatto.

3.1 A fragilidade da ordem democrática no Brasil

Discorrer sobre a democracia brasileira requer um grande desafio, levando em consideração a fragilidade da pauta e as constantes mudanças no processo histórico. Para a percepção dessa realidade, bastaria a construção de uma linha do tempo que demonstrasse as ameaças e constituições de golpes que circundam o cenário político do país. Conforme descrito pela pesquisadora da UFRJ, Elaine Vieira Bento da Silva:

A história republicana no Brasil é repleta de rupturas, e desde a Proclamação República em 15 de novembro de 1889 vivemos poucos períodos de efetiva democracia no país. Nossa trajetória é repleta de golpes, conspirações, eleições suspensas e governos ditatoriais. E os 21 anos de regime militar certamente deixaram graves feridas no Brasil. Nossa atual fase democrática se iniciou após a abertura política, com a promulgação da Constituição de 1988, fruto da articulação de diversos setores da sociedade e da grande participação popular (Silva, 2021, p. 16).

Entretanto, a maior simbologia dessa estabilidade autoritária, enquanto Estado-nação, foi a manutenção, por mais de vinte anos, de uma ditadura militar, um dos períodos mais truculentos e violentos da história brasileira, que se reacendeu em faíscas e culminaram nos ataques antidemocráticos do 8 de janeiro de 2023.

Segundo Perlatto (2021), democracia não é de forma alguma um conceito fechado, nem está aberto a mudanças constantes, como resultado de conflitos políticos que ocorrem na sociedade. Nesse processo de construção, foi possível chegar a alguns consensos, que se tornaram, de certa forma, permanentes, como a questão da separação de poderes, da existência de partidos políticos etc. De modo semelhante, Carlos Alberto Torres, alenta:

Os regimes democráticos diferem entre si, dependendo de sua organização. Podem ser classificados de acordo com sua implementação jurídico-condicional (por exemplo, presidencialista ou parlamentarista), com a articulação dos partidos políticos na implementação jurídico-institucional (por exemplo, presidencialista ou parlamentarista), com a articulação dos partidos políticos na implementação do regime democrático (por exemplo, sistema bipartidário versus sistema

pluripartidário), com a fragmentação da cultura política (por exemplo, culturas políticas centrífugas versus centrípetas), ou, como na tipologia de Robert Dahl (1956) em seu Preface to Democratic Theory, como os modelos madisoniano, populista e poliárquico (Torres, 2001, p. 166).

Por razões explicitadas, é pertinente compreender que a significação de democracia sofre variações em decorrência do lugar em que está sendo aplicada, ou mesmo das intenções de quem está no poder. Atualmente, o conceito é facilmente apregoadado ao ato dos cidadãos poderem participar do plebiscito eleitoral, o que, na sua simbologia maior, significa a participação das pessoas em um governo que deveria ser para todos e todas. Assim sendo, é apontado por Guillermo O'Donnell:

A democracia está consolidada quando existe um "consenso processual" mínimo com relação às instituições poliárquicas, quais sejam, o voto secreto, o sufrágio universal, eleições regulares, competição partidária, acesso e reconhecimento das associações e accountability do Executivo. Nessa definição processual, a democratização das relações sociais, para além da esfera política, não é condição, mas consequência eventual do funcionamento habitual e do fortalecimento das instituições poliárquicas (O'Donnell, 1992, p. 49).

Ou seja, o conceito está alinhado à percepção de uma democracia participativa indireta, respaldada na seguridade de direitos previstos constitucionalmente. Porém, nem sempre o vocábulo assumiu essa conotação. No governo militar, por exemplo, houve uma ressignificação do termo, com amplitude para atender aos interesses dos militares. Nesse ponto, Maria José de Rezende, categoriza:

Desde os primeiros momentos após o golpe de 1964, o regime tentava conseguir adesão ao seu projeto de organização social insistindo, arduamente, em que seus desígnios e ações estavam fundados no objetivo de instaurar o que ele denominava de “verdadeira democracia” no país. As pressuposições em torno desta democracia perpassa todo o regime militar, inclusive nos momentos mais repressores como, por exemplo, de 1968 a 1973 (Rezende, 2013, p. 1).

Isto é, a constituição de democracia para os militares respaldou-se, primeiramente, no livramento do país das falsas ameaças cultuadas por um possível governo comunista que poderia vir a se instalar no Brasil, e, *a posteriori*, possuía como objetivo o culto às forças armadas como agentes únicos e responsáveis por reger a sociedade. Para isso, é preciso notar o quanto as notícias falsas foram instrumentalizadas para a garantia desses intentos, sendo

possível destacar as seguintes: 1 - só foi torturado quem era terrorista⁸; 2 - não tinha corrupção⁹; 3 - a educação pública era melhor¹⁰; 4 - as ruas eram mais seguras¹¹; 5 - na ditadura o Brasil desenvolveu a economia¹².

A Ditadura Militar de 1964 ratifica o quanto a influência do militarismo é recorrente em momentos em que a democracia está sob ameaça. Logo, esses grupos ressurgem esporadicamente como supostos salvadores da pátria, para atender aos anseios de grupos conservadores e golpistas. Não é à toa que nosso regime republicano presidencialista nasce a partir de um Golpe Militar e fortifica a chamada República da Espada. Portanto, assim como em 1964, o 8 de janeiro foi uma tentativa estapafúrdia de resgatar a memória e promover a ascensão dos militares ao poder executivo. Nesse sentido, é apontado no site Brasil de Fato:

Para a professora e pesquisadora Ana Penido, que investiga políticas de Defesa e atuação das Forças Armadas no país, além da incapacidade dos militares para coordenar políticas públicas que deveriam estar a cargo de civis especializados, existe um problema de corrosão da própria democracia, por causa da incompatibilidade entre o funcionamento da caserna e o ambiente democrático republicano (Vilela, 2021).

Em sequência:

⁸ Segundo relatório da Comissão da Verdade, entre as centenas de pessoas mortas estavam estudantes que protestavam contra alimentos caros, padres que conheciam esquerdistas e até militares que discordavam das torturas. Para ser censurado, perseguido, torturado e morto pela repressão do regime militar, bastava contestar o governo, independente da linha ideológica. Na verdade, bastava o governo pensar que a pessoa contestava, mesmo sem provas. Ou pensar que a pessoa conhecia alguém que contestasse (Pesciotta, 2023).

⁹ Quem disse foi o próprio general Estevão Taurino de Rezende, o militar responsável pela Comissão Gerais de Investigações (CGI): “O problema do comunismo perde expressão diante do problema da corrupção administrativa”. Entre 1964 e 1986 havia corrupção, o que não tinha eram conselhos fiscalizatórios fora do controle dos militares nem acompanhamento do Congresso, até porque o Congresso foi dissolvido em 1968. Era tudo acobertado (Pesciotta, 2023).

¹⁰ Pelo contrário. O governo militar reduziu drasticamente os investimentos em Educação e liberou a venda de ensino por instituições privadas. Foi a partir daí que o ensino público perdeu qualidade e a classe média passou a pagar pelo serviço em escolas particulares. A Emenda Constitucional número 1 desobrigou o Estado a gastar um mínimo de 12% com a área. O percentual caiu de 7,6%, em 1970, para 4,31% em 1975 e ficou em 5% em 1978 (Pesciotta, 2023).

¹¹ Podia-se andar tranquilo desde que se fosse branco, rico e estivesse em bairros nobres. A Polícia Militar, criada neste período, passou a ficar livre para punir pobres trabalhadores sem provas. Sem falar nos grupos de extermínio, que atuavam com liberdade para torturar e matar qualquer um que considerassem suspeitos. A prática de “segurança” da época cometeu alguns crimes contra a humanidade como recolher menores abandonados em um ônibus e despejá-los nus no meio da estrada de madrugada (Pesciotta, 2023).

¹² Depende para quem. Com o “milagre econômico”, o PIB brasileiro chegou a crescer 10% por ano. Mas essa realidade não bateu na porta dos trabalhadores. No auge do crescimento, em 1974, um salário mínimo tinha menos poder de compra do que em 1960. Em 1980, os 10% mais ricos acumulavam metade da riqueza do País, enquanto os 10% mais pobres ficavam só com 12% de toda a riqueza nacional. Essa conta piorou em relação a 1960, quando os mais ricos tinham 38% e, os mais pobres, 18%. Quer dizer, foi o período que mais aumentou o fosso entre pobres e ricos (Pesciotta, 2023).

Militar, em teoria, é uma questão antagônica à democracia. É hierarquia, disciplina, ordem, segredo. Tudo isso faz parte da cultura militar e não faz parte da democracia. Na democracia, os grupos políticos se organizam para disputar ideias, políticas e recursos. A maior preocupação que a gente deve ter, sem dúvida, é com a democracia (Vilela, 2021).

Desse modo, percebe-se a ineficácia do militarismo e a incompatibilidade com a ideia de um governo representativo para a população. Da mesma forma, percebe-se a disparidade entre democracia e cidadania, que deveriam convergir em agendas responsáveis pela definição de direitos e deveres. Logo, o 8 de janeiro é um fator mais simbólico que reaviva um passado que parecia estar apagado após a redemocratização.

Além disso, os ataques antidemocráticos consolidam uma sequência de eventos que se desenrolaram no cenário político brasileiro e que, mais uma vez, testaram a força da democracia no Brasil. Em vista disso, a bacharel em Direito, Elaine Vieira, alerta:

Depois de um período de aparente consolidação dos valores democráticos, a insatisfação, a desconfiança e o ressentimento da população com a incapacidade da democracia brasileira em promover os ideais constitucionais começou a ser vista com toda a clareza, a partir das manifestações populares que se iniciaram em 2013. O que começou como um protesto contra o aumento das passagens de ônibus intensamente reprimido pela polícia foi ganhando grande adesão popular e uma pluralização das demandas. A cada ato se somavam reivindicações, críticas ao governo Dilma Rousseff, gastos com megaeventos esportivos, a precariedade na prestação de serviços públicos de segurança, saúde e educação (Vieira, 2021, p. 16).

As manifestações de 2013 tiveram um impacto significativo na política brasileira e contribuíram para a polarização e a instabilidade política que o país experimentou nos anos seguintes, incluindo o processo de deposição golpista de Dilma Rousseff. Pois isso, segundo Vieira (2021), ao contrário da acusação de Fernando Collor, que foi aceita pela sociedade, como sinal do fortalecimento da nossa democracia em 1992, o processo de impeachment da Presidente Dilma condensou o debate sobre os termos de sua destituição e aumentou a polarização política no Brasil e desconfiança nas instituições democráticas.

Também, houve uma queda na confiabilidade no governo petista que vigorou no Brasil entre os anos de 2003 e 2016. Para isso, escândalos econômicos e investigações, como a Lava Jato, abriram brechas para o desmantelamento das pautas progressistas, muitas vezes alinhadas aos princípios democráticos. Isso abriu caminho para a entrada de ideias conservadoras que, em alguns casos, compõem agendas antidemocráticas. Nessa linha de pensamento, o historiador, Fernando Perlatto, expressa o seguinte pensamento:

Até alguns anos atrás, tínhamos a crença de que a democracia brasileira estava avançando – e, de fato, ela estava – mas que esse processo seria somente para frente. E eu acho hoje que com esse choque que estamos vivendo, não só do ponto de vista do governo, mas ao percebermos que vários setores da sociedade defendem abertamente pautas autoritárias, o desafio que nós temos é construir uma cultura política democrática. Ou seja, uma cultura que valorize, sobretudo, uma agenda de direitos humanos, o respeito aos direitos básicos (Perlatto, 2021).

Por consequência disso, eleito através do voto popular, inicia-se no Brasil o governo Bolsonaro. Desse modo, é considerado por muitos estudiosos como um dos maiores retrocessos no pós-redemocratização. A afirmação se justifica nas pautas defendidas pelo governo, que atacam direitos fundamentais em um estado democrático de direito.

Não bastassem os quatro anos de barbárie institucionalizada com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, agora vivenciamos constantes ataques à Constituição Federal e à nossa ainda fragilizada democracia, balzaquiana, em processos e retrocessos de construção histórica. O país-continente sofreu uma regressão sem precedentes desde 2016, quando ocorreu o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff (Stutz, 2023).

Por isso, vale ressaltar que o Brasil, nesse contexto, acompanha um cenário mundial de retrocessos, que levaram ao poder governos antidemocráticos. Nesse ponto, o historiador Pierre Rosanvallon revela em entrevista concedida ao Ateliê de Humanidades:

A democracia brasileira está em perigo, da mesma forma que a democracia esteve muitas vezes em perigo na Europa. Na Hungria de Órban, na Polônia de Morawiecki, nos Estados Unidos de Trump, nas Filipinas de Duterte, em todos esses países, vemos hoje que a democracia vacila, que ela se mostra muito frágil. No entanto, em cada caso vemos que isso apresenta traços específicos porque características gerais do populismo se fundem com culturas políticas específicas, com histórias e tradições que são diferentes. Em alguns casos, o populismo pode se associar, como foi o caso da história da Europa em outros tempos, com o posicionamento de extrema direita deveras violento, e esse me parece ser o caso das eleições do Sr. Bolsonaro (Rosanvallon, 2018).

O trecho afirma que, embora o populismo¹³ tenha características comuns, ele se adapta

¹³ “A ascensão do populismo (de direita) é o resultado, é a consequência, de uma democracia inacabada e do desenvolvimento das desigualdades no mundo. O populismo é a resposta demagógica, é a resposta ilusória a essas duas questões – a da justiça social e da democracia -, portanto, é urgentíssimo, hoje, para enfrentá-lo, definir o que seria a democracia refundada, uma democracia melhorada, e para isso é preciso partir do fato central de que a democracia não se limita às eleições. A democracia pode estar a serviço de toda sociedade, ela não é simplesmente a vontade da maioria. A democracia é, também, o reconhecimento de cada indivíduo em sua integridade, ou seja, o reconhecimento de seus direitos. Podemos dizer que os direitos são o poder de qualquer pessoa na democracia e qualquer pessoa deve ser reconhecida como tendo importância na democracia. Diante da maneira pela qual a eleição coloca o poder majoritário, é necessário encontrar as instituições que distribuam o interesse geral da sociedade e isso é papel de instituições independentes. O problema de todos os regimes populistas é que eles parecem exercer o poder majoritário e não considerar essas duas outras figuras centrais da democracia que é o poder que qualquer pessoa tem através do reconhecimento dos direitos individuais e, também,

às características culturais e históricas de cada país. O texto argumenta que a eleição de Bolsonaro no Brasil mostra uma tendência de extrema direita violenta, semelhante ao que já aconteceu na história europeia e indicando preocupação global com a fragilidade da democracia.

Além disso, percebe-se que a ascensão desses governos alimenta um projeto político democrático liberal que busca direcionar o funcionamento da sociedade em direção a uma sociedade capitalista e elitista, com Estados e governos fracos. Logo, a exclusão passa a ser símbolo desses projetos democráticos. Assim, Carlos Alberto Torres, aponta:

Concebido, assim, como um sistema administrativo de dominação política, o estado pode ser entendido como a totalidade da autoridade política em uma sociedade, não importando o nível (nacional, provincial ou local em que ele atue. Com suas políticas dirigidas para constituições e a reprodução do capitalismo, o estado democrático protege das ameaças o sistema de produção de mercadorias e orienta sua transformação. Ao mesmo tempo satisfaz as necessidades e disputas setoriais ou faccionais de curto prazo entre os capitalistas individuais ou os grupos corporativos (Torres, 2001, p. 170).

De acordo com essa lógica, a democracia pode ser moldada por intenções econômicas, que buscam atender às demandas de um mercado consumidor. Portanto, o texto ressalta que o Estado democrático desempenha um papel na proteção e na reprodução do sistema de produção de mercadorias, bem como na orientação de sua transformação. Essa perspectiva está alinhada com teorias políticas e econômicas que veem o Estado como desempenhando um papel fundamental na regulação e no direcionamento da economia.

Em decorrência disso, as eleições de Jair Bolsonaro reduziram de forma significativa a proteção dos direitos humanos de algumas pessoas e evidenciaram a aplicação de uma agenda econômica liberal. A maior expressão disso foi a sua ineficiência e irresponsabilidade durante a gestão da COVID-19, ameaçando princípios básicos do que é considerado uma sociedade democrática. Nesse ponto, Rosemary Segurado afirma:

As cidades com maior presença de eleitores bolsonaristas apresentam as menores taxas de isolamento. Na opinião dos pesquisadores, os dados são capazes de mostrar que o discurso de lideranças políticas produz grande impacto na forma como as pessoas reagem à pandemia. O poder discursivo de um presidente exerce força frente à população, porém não é somente o que ele fala, mas sua conduta cotidiana, seus movimentos, seus gestos. São em momentos tão dramáticos quanto os de uma pandemia que podemos reconhecer as qualidades de um líder na condução dos desafios de caráter, político e sanitário (Segurado, 2021, p. 25).

podemos dizer, o poder universal da sociedade através das instituições independentes e das Cortes Constitucionais” (Rosanvallon, 2018).

Além disso, no que se refere às concepções culturais, o ex-chefe de Estado demonstrava negligenciar o reconhecimento de um Estado democrático, diante das representatividades de gênero, orientação sexual e religiosa. Ao falar da laicidade do estado, Bolsonaro expressa:

“Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (Carta Capital, 2018).

Desse modo, segundo Silva (2021), esta história barulhenta e sectária se confunde completamente com o texto da Constituição e causou grande repercussão em alguns setores da sociedade. Isso foi visto em Bolsonaro implementando demandas que a política tradicional não conseguia atender. Abaixo, o slogan, "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", ganhou apoio, principalmente entre membros e líderes de denominações religiosas pentecostais e neopentecostais.

Essas e várias outras atitudes representam ameaças à constitucionalidade do Estado Democrático e, sem sombra de dúvidas, alimentaram o seu mandato. No entanto, é no processo de tentativa de reeleição que essas ideologias excludentes à democracia se tornaram latentes. Por isso, é viável observar como o modelo tripartite que sustenta a democracia brasileira é ameaçado ao deslegitimar o Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, foi noticiado no Jornal Correio Braziliense: “Bolsonaro ataca ministros do STF e TSE e ameaça: “Que isso custe a minha vida!”:

O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a atacar, nesta quarta-feira (10/8), os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo o candidato à reeleição, ele não perderá o pleito para narrativas e completou que os magistrados “se acham deuses”. “Sou o chefe da Nação e não vou chegar a 2023 ou 2024 e falar ‘o que eu não fiz lá atrás para o Brasil chegar nesta situação’. Que isso custe a minha vida! Nós somos a maioria. Nós somos pessoas de bem. Nós, de verdade, trabalhamos. Vamos perder para narrativas? Para três ou quatro aí que assumiram o cargo e se acham deuses?”, questionou, durante Encontro Nacional do Agro, em Brasília (Soares, 2022).

Veja outra crítica ao STF, noticiada pelo site Human Rights Watch - Brasil: "Bolsonaro ameaça os pilares da democracia”.

Presidente ataca o Supremo Tribunal Federal, ameaça eleições, viola a liberdade de expressão. O presidente Jair Bolsonaro está ameaçando os pilares da democracia brasileira, disse a Human Rights Watch hoje, no Dia Internacional da Democracia.

Ele buscou intimidar o Supremo Tribunal Federal (STF) e tem ameaçado cancelar as eleições em 2022 ou, de alguma outra forma, negar aos brasileiros o direito de eleger seus representantes, ao mesmo tempo em que viola a liberdade de expressão daqueles que o criticam (Vivanco, 2021).

Pois bem, vê-se que o bolsonarismo conseguiu transpor os seus pensamentos a uma corrente fervorosa e radical, com artifícios ideológicos e, sobretudo, negligentes. Por isso, a próxima subsessão será destinada a analisar, de maneira mais alusiva, a estratégia das *fake news*, para corroborar as suas ideias. Isto posto, as eleições de 2022 foram uma oportunidade de restabelecimento do curso pela democracia, bem como das lutas de um país que sofre com a exclusão social. Assim, por uma vantagem minoritária, o Bolsonarismo é derrotado nas urnas.

3.2 Estudo de caso: um comparativo entre Estados Unidos e Brasil

O século XXI é permeado pelo contexto da globalização, caracterizado, na maioria das vezes, por pontos positivos que engendram o apreço pela agilidade na transmissão de informações, promovendo a conexão de pessoas em diferentes lugares e tempos. Um acontecimento ocorrido em outra parte do planeta é facilmente noticiado e interpretado por pessoas diversas, o que não pode ser considerado um fator negativo.

Por outro lado, essa mesma fusão, que entrelaça as nações, às vezes, serve como um molde de inspiração para a conspiração de atitudes e/ou eventos negativos. Nessa perspectiva, a presente pesquisa irá discorrer em sua segunda parte sobre como as nuances que levaram aos atos antidemocráticos ocorridos em 6 de janeiro de 2021, nos Estados Unidos, podem ter servido como inspiração para o 8 de janeiro de 2023 no Brasil. Para isso, serão analisadas, neste capítulo, notícias e informações falsas divulgadas em diversas páginas da *web*.

Vale ressaltar que os recortes, que se inserem enquanto *fake news*, são retirados de *sites* que visam a desconstruir essas inverdades. Nesse sentido, não é intenção do produtor deste texto enfatizar o trabalho daqueles que disseminam essas falsas notícias.

Na reportagem divulgada no site BBC News, essa ideia é explicitada de forma evidente: sem invasão do Capitólio, não haveria o 8 de janeiro, diz cientista político americano. Assim sendo, a jornalista Mariana Sanches, afirma:

As cenas de invasão de bolsonaristas na Praça dos 3 poderes em Brasília e as imagens da insurgência de trumpistas no Capitólio em Washington D.C., dois anos antes, não são eventos desconectados. A primeira se forma a partir de “um efeito imitativo profundo” da segunda e em um contexto em que ao menos parte das direitas de Brasil e Estados Unidos desistiram da competição democrática e lançaram mão da violência

política. Esta é a interpretação do cientista político americano Scott Mainwaring, da Universidade Notredame (Sanches, 2023).

Nota-se que a repórter estabelece uma conexão entre causa e efeito, atribuída à criatividade dos Estados Unidos e ao mimetismo da América Latina. Essa perspectiva pode ignorar a habilidade histórica de indivíduos como Bolsonaro, cujo percurso político e militar demonstra competências estratégicas para manipular narrativas e explorar vulnerabilidades institucionais. Portanto, menosprezar suas habilidades golpistas é ignorar um elemento essencial de sua atuação, que se apoia em conhecimentos especializados sobre as dinâmicas políticas e militares do país, além de explorar as particularidades culturais e sociais locais.

Sobre os eventos, o Jornalista Lourival Sant'Anna aponta notícia com o título de chamada *Saiba as semelhanças das invasões ao Capitólio e às sedes dos Três Poderes no Brasil*, divulgada no site CNN Brasil conecta os eventos:

Os atentados deste domingo (8) em Brasília alcançaram o triplo da abrangência da invasão do Capitólio em Washington há dois anos, porque tiveram como alvo as sedes dos Três Poderes. Já do ponto de vista do momento político e institucional, o que ocorreu no dia 6 de janeiro de 2021 foi muito mais grave e representou muito mais riscos para a estabilidade do país. O estado de ânimo dos terroristas (explicarei o uso da palavra mais adiante) era o mesmo. Era claro o desejo de aparecer nas redes sociais num ato de suposta coragem, heroísmo e patriotismo, temperados por uma atitude frívola, de divertida molecagem (Sant'Anna, 2023).

E continua:

A semelhança também é notável no que diz respeito à forma como os atentados foram preparados nas redes sociais e nas plataformas de mensagens. Entretanto, existem duas diferenças fundamentais, que tornam a invasão do Capitólio mais consequente, do ponto de vista institucional (Sant'Anna, 2023).

Em ambas as informações, recorre-se, como ponto comum, às tendências partidárias e políticas dos movimentos, enfatizando, dessa forma, um núcleo duro ou radicalista integrante da direita. Também, nos textos, é destacada a necessidade de estressar a noção democrática que baliza o processo de validação de um sistema eleitoral.

A mídia internacional também destacou traços paralelos entre os eventos. Nesse sentido, o site UOL compilou como o 8 de janeiro foi noticiado em algumas partes do mundo. Desse modo, foi enfatizada a seguinte manchete: *Mídia internacional compara ações terroristas em Brasília à invasão do Capitólio*.

Com chamada na página principal do site, o jornal francês Le Monde publicou: "as imagens impressionantes, que lembram a tomada do Capitólio dos Estados Unidos,

mostram uma verdadeira maré humana fluindo em direção ao Congresso". ...

Na mesma linha, a agência de notícias Reuters classificou os ataques deste domingo como "um eco da invasão ao Capitólio em 2021". A matéria destaca ainda que milhares de manifestantes invadiram os prédios e foram vistos na televisão quebrando móveis dentro da Suprema Corte e do Congresso.

Já o argentino Clarín, que conta com transmissão ao vivo de Brasília, aponta uma "explosão de fúria e caos no Brasil", enquanto também compara com o incidente do Capitólio. O texto aponta a manifestação como violenta, motivada por pedidos de intervenção militar para derrubar o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, uma semana após sua posse.

Ao citar as semelhanças entre os ataques em Brasília e Washington, a BBC ressalta que Donald Trump e Bolsonaro são aliados. "Os manifestantes quebraram janelas, enquanto outros pularam em assentos e usaram bancos como escorregadores", relata ainda a publicação.

Para o New York Times, manifestantes protestam contra o que "falsamente acreditam ter sido uma eleição roubada". "Foi a culminação violenta de incessantes ataques retóricos do Bolsonaro e seus apoiadores contra os sistemas eleitorais do País", complementa.

O site da emissora americana ABC News, por sua vez, noticiou que os apoiadores de Bolsonaro se recusam a aceitar sua derrota eleitoral. Segundo a matéria, um movimento desse tipo já vinha sendo alertado por analistas políticos e autoridades há meses (UOL, 2023).

O relato dessas fontes internacionais sobre os recentes acontecimentos em Brasília mostra o impacto das ações dos manifestantes no cenário internacional. A comparação com a invasão do Capitólio dos Estados Unidos em 2021 é notável, destacando a dimensão da manifestação e a violência envolvida. A opinião pública internacional enfatiza a semelhança entre os protestos no Brasil e nos EUA, indicando uma preocupação com a radicalização política e a desconfiança no sistema eleitoral. A menção aos laços entre o ex-presidente Donald Trump e o presidente Jair Bolsonaro como aliados é relevante, uma vez que ambos têm sido ligados a alegações infundadas de fraude eleitoral.

Nesse ponto, o site Jusbrasil aponta como as *fake news* balizam momentos de fragilidade democrática, como ocorrido em 8 de janeiro de 2023:

As *fake news* impactam na escassa prática de direitos constitucionais e atos antidemocráticos, [...] visto que, desde longos tempos da civilização humana, notícias falsas induziram e induzem massas a praticarem atos que ferem suas determinadas Constituições e, primariamente, burlam direitos básicos que foram desenvolvidos e, em tese, praticados ao longo de toda a história humana, como o exercício preliminar da democracia (Braga, 2023).

Seguidamente:

O episódio marcado como o "dia 8 de janeiro de 2023" é um exemplo primário e oportuno do impacto das *fake news* nas sociedades modernas, visto que, notícias falsas de usurpação e manipulação dos resultados das urnas no processo eleitoral de 2022 se espalharam no meio urbano e instigaram nos cidadãos esse dever, mesmo falho, de

“salvarem” a pátria brasileira dos ideais falsamente expostos como comunistas (Braga, 2023).

Por esses motivos, os pilares de sustentação das falsas argumentações foram enraizados na crença de que resultados falsos levaram à ascensão de Joe Biden à Casa Branca e Lula ao Palácio do Planalto. Destarte, na obra, *Desinformação e democracia*, é informado:

Grupos de extrema-direita utilizam a desinformação para disputar a opinião pública e corroer os pilares básicos da sociedade democrática promovendo a ascensão do ultraconservadorismo. O mais preocupante é que estamos perdendo a democracia como um valor fundamental para as sociedades (Segurado, 2021, p. 66).

Para isso, a infodemia de notícias falsas foi propagada em ambos os eventos. Na página *Aos Fatos*, especializada na checagem de notícias, é mais bem exemplificado um fato ocorrido nos EUA.

Vídeo em que mesários inserem votos falsos em urnas foi gravado na Rússia, não nos EUA. Não foi gravado nos Estados Unidos o vídeo em que mesários eleitorais inserem votos falsos em urnas. O registro, que vem sendo compartilhado nas redes para sugerir a existência de uma fraude no último pleito, na verdade foi feito na Rússia durante as eleições de 2018. Segundo relatos da imprensa, o vídeo mostra uma votação fraudulenta em Lyubertsy que foi anulada após o vazamento das imagens (Menezes, 2020).

De forma similar, o resultado das eleições foi colocado em evidência no Brasil. Ou seja, parte da ala bolsonarista acreditou que as eleições foram forjadas e manipuladas. Para tentar justificar esse ideário, foram criadas falsas acusações. Nessa perspectiva, veja como o Tribunal Eleitoral Regional de Mato Grosso (TRE-MT) invalida uma desinformação sobre possíveis fraudes nas urnas.

Dois policiais militares do Distrito Federal gravaram um vídeo sobre uma ocorrência de supostos problemas técnicos na urna eletrônica. De acordo com eles, o equipamento teria votos já gravados em sua memória antes de receber votos dos eleitores. A informação dos policiais militares é falsa e foi desmentida pela Polícia Federal, que investigou o fato. Os PMs estavam acompanhando um eleitor, levado à Polícia Federal, onde ele iria denunciar suposto problema na urna. Enquanto o eleitor conversava com os policiais federais, os policiais militares gravaram um vídeo na porta do prédio. Ocorre que a própria Polícia Federal informou que, após colhido o depoimento, não houve comprovação de fraude. O eleitor apenas fez uma interpretação errada acerca da emissão da zerézima e do boletim de urna, procedimentos padrão e necessários à transparência e lisura do pleito (Tribunal Regional Eleitoral MT, 2023).

Semelhantemente, foi divulgado pela Justiça Eleitoral:

Alerta de golpe: votos das Eleições 2022 divulgados por site são falsos- Importante lembrar que voto é sigiloso, inviolável e não pode ser vinculado a eleitores; nem mesmo a Justiça Eleitoral identifica em quem o eleitor votou. Mais um boato circula na internet para tentar manchar a legitimidade e a lisura das Eleições 2022. Desta vez, tem sido amplamente divulgado um link de um site chamado Veja Seu Voto que, segundo afirmam nas redes sociais, revelaria em quem a pessoa teria votado nas eleições. A simulação afirma que supostos votos dados ao candidato Jair Bolsonaro (PL) teriam sido contabilizados para o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo a mensagem que circula nas redes sociais, para saber o candidato no qual a pessoa votou, bastaria entrar na página e digitar o CPF e o voto apareceria em seguida. Ocorre que aparece um voto qualquer, uma vez que a página não utiliza nenhum tipo de informação proveniente da Justiça Eleitoral (Justiça Eleitoral, 2023).

Percebe-se que esse tipo de boato e desinformação é extremamente prejudicial para o processo eleitoral e a sociedade como um todo. É importante destacar que as eleições são processos altamente regulamentados e seguros, com várias camadas de proteção para garantir a integridade e a confiabilidade dos resultados. No entanto, para um efeito de contradição, narrativas fantasiosas são criadas, e evidentemente tentam minar a confiabilidade democrática. Vale ressaltar que o sistema eleitoral brasileiro, que funciona por meio de urnas eletrônicas desde 1996, é reconhecido pela comunidade internacional por sua eficácia e confiabilidade. Em vista disso, o Tribunal Superior Eleitoral enfatiza:

Embaixada dos EUA afirma em nota que eleições brasileiras são exemplo para o mundo-"Os Estados Unidos confiam na força das instituições democráticas brasileiras", afirma a unidade diplomática americana: Em nota pública divulgada na terça-feira (19), a assessoria de comunicação da Embaixada dos Estados Unidos (EUA) afirmou à imprensa que as eleições brasileiras são exemplo a ser seguido por outros países. "As eleições brasileiras, conduzidas e testadas ao longo do tempo pelo sistema eleitoral e instituições democráticas, servem como modelo para as nações do hemisfério e do mundo", diz a nota. "Como já declaramos anteriormente, as eleições do Brasil são para os brasileiros decidirem. Os Estados Unidos confiam na força das instituições democráticas brasileiras. O país tem um forte histórico de eleições livres e justas, com transparência e altos níveis de participação dos eleitores", acrescenta. "Estamos confiantes de que as eleições brasileiras de 2022 vão refletir a vontade do eleitorado. Os cidadãos e as instituições brasileiras continuam a demonstrar seu profundo compromisso com a democracia. À medida que os brasileiros confiam em seu sistema eleitoral, o Brasil mostrará ao mundo, mais uma vez, a força duradoura de sua democracia", conclui o comunicado enviado aos jornalistas pela unidade diplomática americana (Tribunal Superior Eleitoral, 2022).

Antes de 2022, o presidente Bolsonaro já alimentava a desconfiança em relação às urnas eletrônicas, reiterando a necessidade do voto impresso. Segundo, Adriano Machado:

Entretanto, em 2021, houve uma tentativa de voltar à apuração manual, em razão de críticas a urnas eletrônicas e, consequentemente, acusações de fraude ao sistema eleitoral. Um cenário como esse pode deixar os eleitores exaltados e, principalmente, incrédulos quanto ao sistema que, até então, mostra-se confiável (Luciano, 2022, p. 42).

Por isso, para Luciano (2022), pode-se dizer que tal crítica é infundada, pois até o momento não há indícios de fraude na urna eletrônica. Tais discussões só são úteis para prejudicar o processo eleitoral e complicam o trabalho do tribunal eleitoral. Também, esses ataques afetam a credibilidade do tribunal eleitoral, sendo considerados justificados por pessoas desinformadas que não conhecem os procedimentos de controle e auditoria, ou cujo objetivo é desviar a atenção.

Além disso, é manifesto o paralelo entre Washington e Brasília, a teoria de que os atos de vandalismo foram cometidos por infiltrados dos opositores políticos. Diante disso, foram alimentadas notícias falsas de que foram apoiadores de Joe Biden e Lula que depredaram o patrimônio público.

Para Empoli (2019), por trás do aparente absurdo das notícias falsas e das teorias da conspiração, uma lógica muito sólida está oculta. Da perspectiva dos líderes populistas, também é pertinente observar que os próprios veículos de comunicação, que deveriam prover informações, são muitas vezes responsáveis por disseminar a desinformação. Isso pode ocorrer com o objetivo de promover uma determinada ideia ou devido a interesses puramente econômicos. As verdades alternativas não são uma simples ferramenta de propaganda. Ao contrário do conhecimento real, elas são um enorme vetor de coesão. “Do ponto de vista de muitos, o absurdo é uma ferramenta uma organização mais eficaz que a verdade”, escreveu um blogueiro de direita alternativa americana, Mencius Moldbug.

A página Intercept Brasil (2023) afirmou que, assim como em Brasília, já se anunciava a iminência de possíveis invasões, devido à permanência dos acampamentos golpistas no pós-eleição e às nuances de ameaça. No relatório final do 8 de janeiro de 2023, a formação desses acampamentos é citada como um evento relevante para a compreensão dos fatos:

Após a proclamação do resultado da eleição presidencial, no dia 30 de outubro de 2022, diversos grupos, contrários ao presidente eleito, passaram a realizar manifestações contrárias ao resultado, com o acirramento de ânimos em diversos locais. Essas manifestações recrudesceram a partir do dia 31 de outubro de 2022, com bloqueios de rodovias federais e a instalação de acampamentos em frente às unidades militares em algumas cidades do país. (Relatório sobre os fatos ocorridos do 8 de janeiro de 2023, 2023).

Mais adiante, esse mesmo documento demonstrará o quanto esses acampamentos cresceram exponencialmente até o dia 8 de janeiro, e a ordem sucessiva de eventos.

Tabela 1: Sucessão de eventos que culminaram no 8 de janeiro de 2023

Dia	Descrição
02NOV22	Registro de ocorrências policiais acerca de “vias de fato” e “ameaça, injúria”.
15NOV22	Hostilização à equipe de reportagem que tentava acompanhar a manifestação que ocorria no local.
22NOV22	Pichações em diversos prédios da Esplanada dos Ministérios realizadas por integrante do acampamento.
12DEZ22	Após a diplomação e prisão de indígena que integrava o acampamento, ocorreram atos de vandalismo com depredação/incêndio de veículos particulares e ônibus.
21DEZ22	Agentes da Polícia Federal foram hostilizados no acampamento, sendo necessária a intervenção da Polícia do Exército para garantir a saída dos mesmos com segurança.
24DEZ22	Localização de artefato explosivo na via de acesso ao Aeroporto Internacional de Brasília.
25DEZ22	Acesso indevido de indígenas à área do STF, transpondo barreiras/gradis instalados. Reclamavam sobre a ausência de informações do indígena preso no dia 12DEZ22 e solicitavam providências por parte do STF
25DEZ22	Manifestantes tentaram se aproximar da Praça dos Três Poderes e, durante abordagem policial, constatou-se que estavam de posse de rádios de transmissão, bolas de gudes e arma branca (faca).
29DEZ22	Agente de Vigilância Ambiental foi hostilizado do acampamento, quando tentava realizar trabalho de combate à dengue; - Agentes do DF Legal foram hostilizados e expulsos do acampamento.
30DEZ22	Hostilização a repórter que tentava realizar cobertura sobre a manifestação na área do acampamento.
07JAN23	Ânimos exaltados devido ao impedimento de entrada de veículos no acampamento; - Bloqueios desfeitos por manifestantes; - Interdição da via N1/Eixo Monumental.
08JAN23	Indivíduo portando rojões, máscaras, vinagre, estilingue; - Enfrentamento com as forças de segurança (barreira de revista); - Agressões físicas dirigidas aos policiais; - Atos de violência: depredação e invasão às sedes dos Três Poderes.

Fonte: Relatório sobre os fatos ocorridos do 8 de janeiro de 2023, 2023.

Através da tabela acima, percebe-se que a cronologia dos eventos deveria ter sinalizado

a necessidade de medidas de segurança para conter os avanços. Em Washington, não havia a montagem de acampamentos, mas também havia sinais de que isso poderia ocorrer. No entanto, em ambos os locais, esses sinais foram ignorados pela polícia:

INVASÃO DO CAPITÓLIO FOI ABERTAMENTE PLANEJADA, MAS IGNORADA PELA POLÍCIA- Apesar dos bilhões de dólares gastos em inteligência e vigilância, as forças de segurança dos EUA permitiram que uma multidão armada pró-Trump saqueasse o Capitólio. POUCAS HORAS DEPOIS de se tornar o cenário de um cerco histórico, o cenário fora do Capitólio dos Estados Unidos era assustador, mas calmo. Não havia mais multidões e o gás lacrimogêneo já havia se dissipado. O único som nas ruas era de uma ocasional sirene ao longe. Desde as viaturas da polícia até as SUVs escuras, quase todos os veículos nas ruas pertenciam a alguma agência de policiamento. Algumas dezenas de âncoras de TV enviavam suas notícias do lado sudoeste do Capitólio. Atrás deles, funcionários de governo camuflados e de afiliação obscura andavam de um lado para outro, realocando seus escudos e outros equipamentos táticos. Mais perto do prédio, uma coluna de policiais de choque vestidos de preto se arrastava pelas sombras, visíveis apenas pelo brilho de seus capacetes. A presença da polícia na quarta à noite, como a usada contra manifestantes na posse de Donald Trump em 2017 e nos protestos do Black Lives Matter em 2020, foi um lembrete de que a capital do país mais poderoso do mundo não carece de forças de segurança. Como um corpo coletivo, as agências são abundantes e bem armadas, e contam com um aparato de compartilhamento de inteligência de um bilhão de dólares. Não que o comício de quarta-feira fosse algum segredo, nem seu desfecho fosse imprevisível. A manifestação que precedeu a tomada do Capitólio foi exaltada por semanas, inclusive pelo próprio presidente, que nos últimos quatro anos teve uma relação direta com muitos atos de violência de extrema direita (Devereaux, 2023).

O trecho mostra que havia a presença de uma grande e bem equipada força policial. Essa discrepância levanta a questão de as forças de segurança não conseguirem impedir a invasão, apesar de terem consumido um alto gasto em inteligência e vigilância. Agora, observe como a passividade policial no Brasil é noticiada pelo jornal Correio Braziliense:

Os registros mostram cerca de 22 policiais inertes ao avanço dos bolsonaristas. Imagens mostram que os policiais chegaram a se abrigar em ônibus enquanto golpistas seguiam para o STF. O Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou, nesta quarta-feira (25/1), imagens captadas pelas câmeras de segurança da sede da Corte, na Praça dos Três Poderes, que mostram a ação de bolsonaristas extremistas que depredaram prédios públicos da capital federal, em 8 de janeiro. Nos registros, é possível perceber um recuo de agentes da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) no esforço de conter os golpistas (Souza, 2023).

A reportagem descreve uma situação preocupante, em que cerca de 22 policiais não agiram para bloquear o avanço de manifestantes bolsonaristas que estavam se dirigindo ao Supremo Tribunal Federal (STF) e atacando prédios públicos. A imagem de policiais se abrigando em ônibus, enquanto os manifestantes seguiram em direção ao STF, é alarmante e aponta para uma aparente falta de ação, por parte das autoridades de segurança no momento.

Outrossim, no estudo *O combate à desinformação sobre a tentativa de golpe*, de autoria

de Thiago Cury Luiz, é sequenciada uma série de fontes que revelam as inverdades sintomáticas do 8 de janeiro de 2023. Veja:

Tabela 2: *Fake news* que envolveram o 8 de janeiro de 2023

DATA	CHECAGEM	REFERÊNCIA
09/01/2023	Vídeo mostra manifestação no 7 de setembro de 2021, não no ato golpista recente	(FAUSTINO, 2023a)
09/01/2023	É mentira que sobrinho de Zeca do PT atuou como infiltrado em atos terroristas em Brasília	(FAUSTINO, 2023b)
10/01/2023	É falso que idosa morreu em ginásio da Polícia Federal em Brasília	(FAUSTINO, 2023c)
10/01/2023	É falso que vídeo mostra integrante do MST infiltrado quebrando vidraças em Brasília	(LEITE, 2023a)
10/01/2023	Dona de grupos bolsonaristas é acusada de ser infiltrada após defender sítio a Brasília	(FAUSTINO, 2023d)
11/01/2023	Funcionário do Banco do Brasil é falsamente associado a homem que teria defecado no STF	(FAUSTINO, 2023e)

Tabela 1. As unidades de análise do caso estudado, coletadas entre 8 de janeiro e 6 de abril de 2023. Fonte: O autor.

11/01/2023	É falso que mulher chamada Nilma Marson morreu em ginásio da PF em Brasília	(FAUSTINO, 2023f)
12/01/2023	Não é verdade que Alexandre de Moraes está mandando matar bolsonaristas detidos em Brasília	(FAUSTINO, 2023g)
13/01/2023	CNN Brasil não noticiou que esquerda pagou black blocs para vandalizar Brasília	(FAUSTINO, 2023h)
13/01/2023	É falso que Putin declarou apoio a atos golpistas em Brasília	(FAUSTINO, 2023i)
13/01/2023	É falso que pessoas saindo de buraco de elevador sejam terroristas infiltrados em Brasília	(LEITE, 2023b)
16/01/2023	Não há indícios de que invasor do Congresso que agradeceu doações em vídeo seja infiltrado	(FAUSTINO, 2023j)
16/01/2023	Foto de criança deitada em bandeira do Brasil é de julho de 2022, não recente	(LEITE, 2023c)
17/01/2023	Relógio quebrado por golpistas estava parado há anos e horário não prova tese de infiltrados	(MENEZES, 2023a)
17/01/2023	Dona Ilda, conhecida por orar no QG do Exército em Brasília, não morreu	(FAUSTINO, 2023l)
19/01/2023	Posts mentem ao relacionar membro do MST a golpista que destruiu relógio no Planalto	(FAUSTINO, 2023m)
19/01/2023	É falso que desembargador mandou soltar presos por atos golpistas de 8 de janeiro	(LEITE, 2023d)

20/01/2023	Vídeo mostra prisão de traficante, não de golpista que sentou na cadeira de Alexandre de Moraes	(LEITE, 2023e)
20/01/2023	É falso que interventor no DF disse que havia infiltrados em atos golpistas de 8 de janeiro	(RIBEIRO, 2023a)
17/02/2023	Tribunal internacional não determinou soltura de golpistas presos por ataques de 8 de janeiro	(RIBEIRO, 2023b)
24/02/2023	Empresa alugou ônibus para petistas irem à posse de Lula e para bolsonaristas no dia 8	(FAUSTINO, 2023n)
08/03/2023	Vídeo não mostra libertação de idosa presa por atos golpistas no DF	(FAUSTINO, 2023o)
17/03/2023	Ativista Raul Santiago não é golpista preso após sentar na cadeira de Alexandre de Moraes	(FAUSTINO, 2023p)
22/03/2023	Imagem de drone não prova tese de infiltrados nos atos golpistas de 8 de janeiro	(FAUSTINO, 2023q)
30/03/2023	Vídeo mostra visita de senador à PF em janeiro, e STM não determinou soltura de golpistas	(MENEZES, 2023b)

Tabela 1 (continuação). As unidades de análise do caso estudado, coletadas entre 8 de janeiro e 6 de abril de 2023. Fonte: O autor.

Fonte: Luiz, 2023.

Nas tabelas, é possível observar que as *fake news* não somente estiveram presentes até 8 de janeiro de 2023, mas também nos eventos sucessivos a ele. Ou seja, a influência dessas inverdades continuou a ensinar o intuito de desacreditar algumas pessoas sobre a gravidade daquele evento, ou mesmo de responsabilizar terceiros por ele.

No desenrolar deste capítulo, foi possível notar que a democracia brasileira ainda é sensível ao toque de ameaças extremistas e elitistas, carregando fortemente os resquícios de uma história fragilizada por sua temporalidade. Entretanto, na atual circunstância, é preciso prestar atenção, de modo significativo, ao papel das mídias digitais, em especial, à propagação de inverdades:

Na era do narcisismo de massa, a democracia representativa está em risco de se ver mais ou menos na mesma situação que os gatos pretos. De fato, seu princípio fundamental, a intermediação, contrasta de modo radical com o espírito do tempo e com as novas tecnologias que tornam possível a desintermediação em todos os domínios. Assim, seus tempos – forçosamente longos por se basearem na exigência de elaborar e firmar compromissos –, suscitam a indignação de consumidores habituados a ver suas exigências satisfeitas em um clique (Empoli, 2019, p. 97).

Desse modo, a presença das comunicações digitais e sua capacidade de influenciar diretamente as decisões políticas criam um contraste com os processos tradicionais da democracia representativa, que frequentemente envolvem procedimentos demorados e

negociações.

Assim, foi possível ver que as *fake news* não levaram isoladamente à invasão do Capitólio e ao 8 de janeiro de 2023, mas foi perceptível que, substancialmente, junto a outros fatores, elas foram armas poderosas. Nessa lógica, a pesquisa, na quarta sessão, irá apresentar a História como meio paliativo para a formação crítica dos indivíduos e, conseqüentemente, como sua instrumentalização, na prática, pode ser eficaz para que tenhamos cidadãos mais críticos, através da proposta de uma sequência didática.

4 ENSINO DE HISTÓRIA, AÇÃO E REFLEXÃO: ANÁLISE E PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

4.1 Qual caminho seguir? O ensino de história em perspectiva

“Já assisti a diversos filmes relacionados ao passado; poderia ser um professor de História!”. Essa foi uma das frases recorrentes que ouvi, que denunciavam o senso, muitas vezes o imaginário comum, sobre o que significa ser um professor de História, um “narrador do passado”. À primeira vista, lecionar História pode parecer algo relativamente fácil. Afinal, ler e transmitir um conhecimento já produzido não requer grande complexidade, mas será tão simplista a missão do professor de História? Indo além, indago: Qual é a missão social do professor de História ao ensinar a disciplina? Será que podemos realmente influenciar no presente para termos efeitos futuros? Ou, quem sabe, contribuir para que os acontecimentos atuais não sejam tão prejudiciais à sociedade?

Inicialmente, ao buscar responder aos questionamentos, é prudente recorrer a Paulo Freire, cuja obra, *Pedagogia do Oprimido*, explora de forma eloquente o papel dos professores.

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto (Freire, 1970, p. 55).

O trecho de Paulo Freire ressalta a importância do diálogo e da compreensão mútua na prática da democracia. Nesse sentido, é possível estabelecer uma análise com o professor de História e o ensino de História. A disciplina não se limita à mera transmissão de fatos históricos, mas busca, também, promover uma compreensão mais profunda das transformações culturais e políticas ao longo do tempo. Nessa mesma concepção, sobre as perspectivas do ensino de História no Ensino Fundamental, a Base Nacional Comum Curricular aponta:

[...] espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive (BNCC, 2018, p. 397).

Na BNCC do Ensino Médio, essa concepção é fortalecida:

Os jovens intensificam os questionamentos sobre si próprios e sobre o mundo em que vivem, o que lhes possibilita não apenas compreender as temáticas e conceitos utilizados, mas também problematizar categorias, objetos e processos. Desse modo, podem propor e questionar hipóteses sobre as ações dos sujeitos e, também, identificar ambiguidades e contradições presentes tanto nas condutas individuais como nos processos e estruturas sociais (BNCC, 2018, p. 548).

Dessa forma, a narrativa histórica feita aos estudantes é complementada por ambientes de conversa e análise, nos quais diversas perspectivas e interpretações podem ser compartilhadas e debatidas. Essa participação ativa dos alunos permite o desenvolvimento de um olhar mais crítico, que vai além da análise do professor. Como resultado, os estudantes podem ser capacitados a se tornar cidadãos mais conscientes. Consequentemente, isso pode contribuir de forma significativa para a construção de uma sociedade mais justa.

Para apontar a funcionalidade de uma aula de História, Durval Muniz alenta que “aula de História, como a de qualquer disciplina, proporciona ao estudante a capacidade de transcender as suas essências e, conjuntamente, confrontar-se com diversas formas de ser humano, em outras dimensões como a política e social” (Albuquerque Jr, 2016, p. 26).

Sobre essa visão, acredito que lidar com as inverdades e suas interferências no cenário político do país é uma forma de cumprir as demandas éticas que são inerentes ao papel de um professor de História. Portanto, abordar esse tema requer dos professores um "olhar sensível", atuando como guias e questionadores das narrativas prévias que os alunos trazem de diferentes contextos.

De maneira semelhante, Rosali Fernandez de Souza e Rodrigo Aldeia Duarte pontuam:

Os historiadores precisam adaptar-se aos deslocamentos sísmicos na comunicação e às novas formas pelas quais as pessoas comunicam-se via TV, web edispositivos móveis. Os historiadores precisam conquistar quotas no mercado de ideias e no mercado da atenção do público –e para fazê-lo será necessário modificar como e onde comunicamos nossa produção intelectual, ao mesmo tempo que aplicamos nosso conhecimento através de múltiplos meios e liberando-o das barreiras econômicas do acesso pago (Souza; Duarte, 2021, p. 344).

E continua:

Numa era em que constantes demandas colocam-se sobre o tempo, as mentes e os globos oculares das pessoas, as regras de mercado infelizmente aplicam-se à História. E historiadores acadêmicos têm uma porcentagem muito pequena da fatia do mercado de informação nos EUA. Wikipedia, Google, Glenn Beck, Michael Beschloss e @HistoryInPics têm mais – e tomados em conjunto têm consideravelmente mais.

Para reconquistar as quotas, os historiadores devem comunicar conteúdo de maneira apropriada ao meio e que dialogue com audiências além da academia. Mais significativamente, toda uma geração de nativos digitais necessita que lhes seja demonstrado de que consiste a boa História. É preciso mostrar a eles que o conhecimento bom e honesto, que interpreta criticamente os eventos passados, vale seu tempo e atenção – e que se ocupar deste material os fará mais espertos, mais bem informados e mais aptos a tornar o mundo melhor. Tal é a espantosa tarefa com que se deparam agora os historiadores (Souza; Duarte, 2021, p. 344).

O trecho enfatiza a importância de os historiadores se adaptarem às grandes transformações na comunicação contemporânea, especialmente devido à tecnologia. Destaca-se a necessidade de os historiadores não apenas se adaptarem, mas também se estabelecerem nos meios de comunicação modernos, como a internet, a televisão e os dispositivos móveis. Garantir que o conhecimento histórico não fique restrito aos círculos acadêmicos é essencial.

No entanto, acredito que a concepção desses pesquisadores acerca do papel público dos historiadores se afasta consideravelmente do conceito de democratização do saber, como sugerido por Paulo Freire. Aqui, ela assume um papel mercadológico, hierarquizando, como se o historiador fosse o portador da verdade a ser divulgada/vendida pela sociedade. Isso reforça uma concepção de educação bancária.

Além disso, na era do consumo, o historiador tende a perder espaço no mercado consumidor da informação. Isso ocorre principalmente devido à presença de plataformas como Wikipedia, Google e diversas inteligências artificiais.

Nesse contexto, destaca-se que essa realidade também se reflete nos ambientes educacionais, muitos dos quais são influenciados por uma cultura neoliberal, marcada pelo distanciamento de um ensino crítico e pela banalização da figura do professor em determinadas situações. Isso faz com que, em alguns casos, os estudantes prefiram buscar informações por meio desses canais, mesmo com a presença do professor em sala de aula. Portanto, é importante que os professores de História também utilizem esses recursos para compreender as fontes de informação dos estudantes, incluindo aquelas que podem disseminar desinformação.

Diante destas dificuldades, os docentes de História podem desenvolver estratégias para conduzir suas aulas. Nesse sentido, o autor Durval Muniz sugere direcionamentos que um professor de História pode adotar ao planejar suas aulas:

O professor de história pode escolher tornar a suas aulas momento da liberdade no pensar, no fazer, no escrever, um momento de aprendizagem da liberdade pelo exercício do afastamento das verdades e poderes de seu tempo, pelo questionamento dos discursos e instituições que conformam a ordem que nos encontramos, como pode escolher fazer de suas aulas um momento de exercício da ordem, da disciplina, da autoridade, do pensamento dominante. A aula de história pode ser um espaço de

contra hegemonia ou um lugar de reposição de costumes e valores pertencentes a tempos muito recuados (Albuquerque Jr, 2016, p. 29).

No excerto acima, é possível perceber que o autor aponta dois caminhos à prática docente. O primeiro deles atenta a um “modelo participativo congruente”, através do qual a relação docente e discente se complementa, de modo a alcançar a aprendizagem através do diálogo. Similarmente, percebe-se na obra, *Pedagogia do Oprimido*:

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada (Freire, 1987, p. 46).

Já a outra percepção é carregada por uma simbologia de valores que se assemelham aos moldes da educação bancária. Sobre essa segunda visão, Paulo Freire alenta:

Enquanto, na concepção “bancária” – permita-se-nos a repetição insistente – o educador vai “enchendo” os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos, na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (Freire, 1987, p. 46).

Observa-se que, na educação bancária, os educadores simplesmente inserem conteúdos metódicos em seus alunos. Isso anula, muitas vezes, experiências ou questionamentos dos estudantes. Consequentemente, em muitas situações, eles absorvem passivamente informações, sem realmente entenderem o contexto ou a aplicação prática do que estão aprendendo. Em contraposição, a abordagem baseada nas vivências busca envolver os alunos de forma ativa no processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, as proposições que se seguirão nas próximas partes do enredo se encaminharão à primeira via apresentada por Durval Muniz e à criticidade proposta por Paulo Freire. Ou seja, a perspectiva é a do ensino de história enquanto disciplina da liberdade de pensar e debater comportamentos que instituem a realidade dos estudantes. E também a de Paulo Freire, baseada nas problematizações.

Por isso, ao responder à problemática de pesquisa, sobre como as *fake news* podem ser debatidas em sala de aula, o pesquisador acredita que o professor deve se atentar sempre a um trabalho baseado na análise de fontes, na discussão política e, principalmente, na promoção da

cidadania. Fatores esse que serão demonstrados na proposição didática sugerida, enquanto produto do Profhistória. Além disso, essa percepção do pesquisador parte, não somente de uma análise metodológica, mas sobretudo de sua experiência profissional como professor da escola pública.

4.2 Cidadania e política: habilidades discursivas para o ensino de história

Conforme explicitado acima, o ensino de história encaminha-se diretamente a uma responsabilidade social na promoção da cidadania. Além disso, essa percepção se altera de acordo com o delineamento temporal em que é aplicado. Isso porque, em certos períodos da História, esse ensino era voltado ao atendimento dos interesses das classes sociais detentoras de poder aquisitivo, político e/ou religioso.

Nesse ponto, um breve recorte temporal pode ser explicitado como exemplo, o período da Primeira República e o período da Ditadura Militar. Sobre o primeiro recorte temático, a pesquisadora, Thaís Nívea Fonseca, citada por Letícia Mistura e Flávia Caimi em seu texto, *O ensino de História no Brasil e seus pesquisadores: breves notas sobre uma herança de tensões e proposições*, afirma:

Os conhecimentos da História que viriam a ser disciplinados em um conjunto sistematizado, organizado e de contornos definidos estão marcados, mesmo em sua dispersão de origem, pelo manejo e instrumentalização institucional. Da Igreja medieval aos Estados-nação, a trajetória de disciplinarização da história ocidental é pautada por domínios narrativos, por meio dos temas e das abordagens pertinentes às suas naturezas. O mesmo aconteceu com os saberes históricos escolares (Fonseca, 2003, p. 95).

Observa-se no excerto acima a objetividade do ensino de história no Ocidente, a julgar por sua instrumentalização por intermédio da igreja e da formação dos Estados nacionais distintos. No Brasil, esse cenário é resguardado principalmente pela criação, no ano de 1837, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, IHGB, e sua interferência no ensino de história durante a Primeira República, conforme explicitado pela pesquisadora, Rebeca Gontijo, em seu artigo, *Historiografia e ensino da história na primeira república*:

Nas primeiras décadas republicanas a principal referência organizacional para os estudos históricos era o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. Ao longo do século XIX, sua tarefa havia sido estabelecer uma história da nação brasileira capaz de lhe garantir uma identidade própria em relação ao conjunto das Nações civilizadas (Gontijo, 2006, p. 5).

Percebe-se que o colégio, criado e financiado pela coroa portuguesa, tinha como principal objetivo atender aos interesses das nações europeias. Em sequência, é viável analisar o ensino de história no período da Ditadura Militar no Brasil, segundo Letícia Mistura e Flávia Caimi.

Também durante o Regime Militar (1964-1985) a história escolar é modelada ao sabor conjuntural, tendo sido, em diversos estados do país, eliminada do currículo do ensino fundamental, sendo substituída, junto à geografia, pelos “Estudos Sociais”. Apesar de e juntamente com o peso da tensão entre a emergência da escrita da história marxista e o poder da censura que marca o período, há medidas políticas concernentes à formação docente: as licenciaturas são encurtadas e a atuação dos professores é vigiada (Mistura; Caimi, 2020, p. 100).

A citação acima evidencia a desvalorização da História, enquanto disciplina autônoma, bem como a sua apropriação frente aos interesses de um determinado grupo social. *A posteriori*, no período da redemocratização, o ensino de história toma evidência nos cenários de discussões acadêmicas e profissionais, bem como nas próprias produções historiográficas. Nessa ótica, Letícia Mistura e Flávia Caimi evocam Ernesta Zamboni e Emília Viotti da Costa:

O ensino de história emerge como objeto de pesquisa inserido no contexto da Redemocratização, impulsionando o movimento crítico que se tornou signo da reflexão sobre as práticas de ensino da história na década de 1980. É entre as décadas de 1980 e 1990 que viria a gestar-se um espaço de produção para os interessados em refletir, analisar e investigar o ensino de história (Fonseca, 1989/1990; Zamboni, 2000/2001, 2009; Costa, Oliveira, 2007 *apud* Mistura; Caimi, 2020, p. 102).

Por essa ótica, pretendo destacar a importância do ensino de história na atualidade, assim como os fatores externos que acabam, de certa forma, limitando a aplicabilidade deste. Nesse ponto, Letícia Mistura e Flávia Caimi expõem:

Durante a década de 1980, os trabalhos voltam-se à crítica dos diversos problemas do ensino de história – muitos, novamente, provenientes das tensões entre escola e universidade e da própria dinâmica de mudanças epistemológicas e ampliação no campo da escrita da história e da historiografia brasileira. Já nos anos 1990 passam da crítica às diversas propostas – curriculares, de abordagens, de temas, de objetos, de recortes, que povoam o campo do ensino de história (Mistura; Caimi, 2020, p. 100).

O excerto acima, além de evidenciar críticas entre as tensões universidade *versus* escola, faz críticas aos currículos e abordagens do ensino de história. Por esse ângulo, não pode deixar de ser sobre a interferência dos PCNS, Parâmetros Curriculares Nacionais, criados em 1998 e a futura implantação da Base Nacional Comum Curricular. Ambas as propostas objetivam programar e, de certa forma, padronizar o ensino de história. Contudo, há muitos pormenores a

se repensar.

O primeiro deles é sobre a desconsideração de singularidades culturais e a prevalência de uma História positivista e eurocentrada. A historiadora, Selva Guimarães Fonseca (1993, p. 128), demonstra que “a escola fundamental torna-se o espaço privilegiado para a difusão de conteúdos e categorias simplificados e unitários. Em nome da objetividade e da verdade histórica, acabam consagrando estas “operações” e impondo uma dada memória”.

À vista do exposto, é na atualidade um grande desafio ressignificar o ensino de História e torná-lo uma ferramenta de inclusão, bem como de promoção ao exercício da cidadania. Mas, afinal, de onde vem o conceito de cidadania? Na perspectiva ocidental, o conceito remonta à Grécia Antiga. O conceito de cidadania surge no que hoje definimos por Grécia, a partir da organização do seu território em cidades-Estado. No momento em que se busca definir os sujeitos detentores de direitos, a valorização da vida urbana e a organização social (Martins, 2010, p. 17).

Segundo Martins (2010), o conceito de cidadania nasce da necessidade da explicação do mundo de uma forma racional. Isto é, surge como fruto dos questionamentos da mitologia enquanto explicação para tudo que geria as cidades-Estado Gregas. Logo, esse termo se referia aos direitos e deveres daqueles que moravam nas cidades da Grécia antiga. Todavia, é importante lembrar que o exercício da cidadania estava diretamente ligado à posse de bens.

O caminho evolutivo da compreensão sobre o que é ser cidadão, inicialmente, estava diretamente atrelado à participação dos indivíduos na vida em comunidade. Com o passar do tempo, essa noção foi expandida, abrangendo diferentes esferas e múltiplos países que consideram essencial a prática da cidadania, incluindo entre esses o Brasil.

Segundo José Murilo de Carvalho (2002), a cidadania consiste no pressuposto de que os direitos civis, políticos e sociais coexistem na sociedade. Nessa perspectiva, a sociedade só pensa em cidadania plena quando expressa os direitos civis, políticos e sociais.

Para Pinsky:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais (Pinsky, 2008, p. 9).

O trecho de Pinsky aborda a cidadania de maneira abrangente, destacando a

interdependência entre os direitos civis, políticos e sociais para a concretização de uma cidadania plena. Melhor dizendo, a cidadania só é alcançada quando se têm garantidos os direitos civis, políticos e sociais, evidenciando a importância da inclusão e da participação ativa dos cidadãos na sociedade para a consolidação da democracia.

De maneira similar, as pesquisadoras da Universidade Federal de Goiás, Anna Paula Alves Mendes, Carolina da Mata Barbosa, Gislene Aparecida Martins Queiroz e Luciana Sérgio da Silva, afirmam na pesquisa, *O ensino de história e sua influência na formação para a cidadania*:

Na escola, o conhecimento científico tem um papel importante de estimular o desenvolvimento da criança; ético e cultural. Contribui diretamente na formação social de um indivíduo consciente enquanto sujeito social e autônomo. Entender a história diante deste contexto é reconhecer o aluno em todas suas bases; reconhecê-lo em sua capacidade, como um todo. O papel da história na formação da cidadania faz com que o próprio aluno se veja como sujeito de capacidade múltiplas, onde seu saber relativo não é ignorado, pois é o que o constitui como ser social, é o que o forma como cidadão (Barbosa, Mendes; Queiroz; Silva, 2023, p. 8).

Averigua-se que o trecho destaca a importância do conhecimento científico e da História no desenvolvimento integral dos alunos, abordando aspectos éticos, culturais e sociais de sua formação. Observa-se que a cientificidade contribui diretamente para a formação social do indivíduo. Ou seja, permite que estudantes se tornem conscientes de seu papel como cidadão.

Por esse viés, compreender a História dentro desse contexto significa reconhecer o aluno em sua totalidade, valorizando suas capacidades e entendendo que seu conhecimento relativo é parte essencial de sua formação como cidadão. Por isso, a História desempenha um papel crucial na formação da cidadania ao empoderar o aluno, fazendo com que ele se perceba como um sujeito participante da sociedade.

Também a historiadora Circe Bittencourt, citada por Selma Reis Magalhães e Márcio Augusto Santos Dórea, no artigo, *Os desafios do ensino de História na construção da cidadania: uma estratégia de ensino e aprendizagem com uso da intermediação tecnológica*, afirmam:

A relação da História escolar com a cidadania está na formação política na qual o professor promove uma leitura que permita aos estudantes a apropriação de conhecimentos básicos, mas também a tomada de consciência quanto ao seu papel como agente histórico. O estudante para se tornar crítico é preciso que esteja formado politicamente e o papel da História como disciplina é a formação do cidadão político. Dentro de um contexto histórico e político são responsáveis também pelas mudanças de valores, atitudes e posturas da sociedade em que vivem (Bittencourt, 2004 *apud* Dórea; Magalhães, p. 2).

É ressaltada a relação entre o ensino da história e a promoção da cidadania, destacando a importância do professor e da disciplina na formação de um pensamento crítico e político nos alunos. Além disso, para que os estudantes se tornem críticos, é preciso que possuam uma formação política. Dessa maneira, é fundamental que a educação histórica abarque o desenvolvimento de competências que possibilite o questionamento, interpretar e avaliar informações de modo autônomo.

Selva Guimarães Fonseca também aborda a importância para uma educação cidadã:

A educação cidadã arregimenta saberes, conhecimentos, espíritos, sem reserva e sem escrúpulos. Fazer os jovens aderirem a instituições que a razão legítima e justifica, argumentar sobre os valores que as fundamentam e a força dos direitos do homem, não suscita, à princípio, maiores objeções. Mesmo que tal oposição tenha se tornado hoje bastante obsoleta e as dimensões sociais, éticas e políticas de toda ciência humana e social sejam largamente reconhecidas, não temos certeza de que ela tenha verdadeiramente abandonado os manés (no sentido romano antigo, de culto aos antepassados) (Guimarães, 2016, p. 30).

O fragmento destaca a importância de motivar os adolescentes a se envolverem com organizações reconhecidas pela lógica e discutirem sobre os princípios que as embasam, assim como sobre os direitos fundamentais. Apesar de parecer uma ideia simples, a escritora aponta que ainda há controvérsias em relação a isso, mesmo com a notoriedade das vertentes sociais, éticas e políticas das ciências humanas e sociais.

Selva Guimarães (2016), enfatiza a necessidade de uma revisão na forma como, tradicionalmente, se encara a formação do cidadão na escola pública, sobretudo em uma sociedade democrática. Para isso, ela sugere que, dada a evolução da ciência e outras razões, é crucial rever a ideia de que a formação do cidadão é a primeira função da escola pública. De tal modo, a autora destina dar prioridade às habilidades e demandas fundamentais para essa formação cidadã. Consequentemente, ela exprime três funções em que o ensino de história pode contribuir para o desenvolvimento dessas habilidades:

- a capacidade de “historicizar” nossas experiências, quer dizer, de as compreender numa dimensão temporal, entre continuidade e ruptura, permanência e mudança, de pensar a duração como fator de inteligibilidade do humano e condição da ação;
- a complementação e, igualmente importante, a capacidade de contextualizar, de situar todo fenômeno humano e social num tempo, num lugar, numa sociedade para, ao mesmo tempo, restituir-lhe o que tem de específico e irreduzível a toda outra experiência humana e como ela só tem sentido com o uso de conceitos e categorias gerais, com a possibilidade suficientemente aberta de a colocar em relação com outros fenômenos, outras experiências;
- a construção de conceitos e daquilo que o coloca em relação construída de compreensão e significação, os conceitos mais especificamente ligados à história e a seu modo de construção da realidade, como o de acontecimento, e os conceitos que servem para analisar uma sociedade e a ação humana. Esses são então amplamente

compartilhados com outras ciências sociais (Guimarães, 2016, p. 47).

A primeira habilidade citada por Selva Guimarães leva à compreensão de que o ensino de história pode ser um importante fator no entendimento de experiências dentro de uma dimensão temporal. Isso porque reconhece as rupturas ou permanências e a mudança ao longo do tempo. O que o torna um espaço primordial para pensar na duração como elemento para entender o humano em sua capacidade de ação.

Já a segunda dimensão demonstra a importância de se contextualizar qualquer fenômeno humano e social em uma situação específica de tempo, lugar e sociedade. Isso permite não apenas compreender sua singularidade, mas também estabelecer relações com outras experiências humanas.

Na terceira habilidade, a autora destaca a necessidade de se construir conceitos específicos relacionados à História e ao modo como ela permeia a realidade, como o conceito de acontecimento.

Selva Guimarães também aponta a necessidade de promover uma interseção entre os termos, a formação dos jovens e as práticas sociais, para isso ela analisa, por exemplo, como os jovens atualmente se envolvem com a política.

Uma vez que está em questão favorecer o encontro entre esse projeto de cidadania e os valores que ele sustenta, ultrapassar as tradicionais abordagens das instituições políticas e dar uma outra dimensão a essa referência política, um breve conhecimento sobre as pesquisas referentes às concepções que os jovens têm desse universo político se impõe. Por exemplo, eles manifestam tanto interesse quanto no passado pela política, mas a forma e as referências desse interesse mudaram. O domínio político está ali não para transformar a sociedade, mas para assegurar proteção e garantia dos direitos elementares (Guimarães, 2016, p. 39).

Percebe-se a necessidade de modernizar e adaptar a educação cívica para refletir as mudanças nas atitudes e interesses dos jovens em relação à política. A educação e a formação dos estudantes devem ir além das abordagens tradicionais das instituições políticas, incorporando práticas sociais que se alinhem com as realidades e valores atuais dos jovens.

Segundo Guimarães (2016), os jovens continuam interessados na política, mas suas formas de envolvimento e as referências que usam se modificaram. Eles não veem o controle político como uma maneira de transformar a sociedade, mas sim para assegurar da proteção e da garantia dos direitos fundamentais.

Nesse sentido, o termo política¹⁴ ganha novas nuances na dimensão escolar e desamarra a concepção vertical comumente aplicada ao termo, ou seja, a de uma relação em que há responsabilização para gerir uma determinada sociedade, e não uma relação mútua. Por isso, é importante que os espaços educacionais estejam preparados para essa discussão política e para que isso ocorra é necessário que a máxima, “Política não se discute”, muitas vezes implementada dentro dos espaços escolares, seja quebrantada. Essa é uma visão também encontrada no livro, *Educação política: reflexões e práticas democráticas*:

[...] se vivemos a política porque não reconhecemos como política o que fazemos? Para essa pergunta há muitas respostas. As mais populares atribuem ao governo, ou à esfíngica figura do sistema, o desinteresse e até mesmo a interdição a tal consciência e reconhecimento. Em nossa perspectiva, uma resposta imediata é que a política não faz parte de nosso processo educativo, porque não temos o letramento político como uma das funções básicas da escola. As razões que determinam a inexistência, desaparecimento ou pouco espaço dedicado à educação política nas escolas merecem um estudo aprofundado (Cosson, 2010, p. 14).

O trecho sugere que a política está inerentemente presente na vida das pessoas, mas que, muitas vezes, elas não o entendem como tal. Isso levanta a questão da conscientização política e da capacidade das pessoas de identificar e compreender as ações e decisões políticas que impactam suas vidas. Nesse sentido, o autor segue em direcionamento ao buscar os porquês desse desconhecimento, e encaminha o seu direcionamento ao espaço escolar:

Ainda que não seja um consenso entre os estudiosos da área, é certo que a educação, sobretudo a partir do século XIX, deixou de ser progressivamente uma ação política, e a escola deixou de ser um espaço de formação do cidadão para ser instrumento da preparação para o trabalho. É o que se observa no eterno e falacioso debate entre formação técnica e formação humanística, esta última entendida cada vez mais como adorno da primeira (Cosson, 2010, p. 14).

Percebe-se no excerto que, apesar da falta de consenso entre os especialistas, há uma percepção de que a educação tenha sofrido uma mudança significativa em seu propósito e função, a partir do século XIX. Originalmente vista como uma ferramenta política e um meio de formação cidadã, a educação passou a focar mais na preparação dos indivíduos para o

¹⁴ A política para Aristóteles é essencialmente associada à moral. Isto porque a finalidade última do estado é a virtude, ou seja, a formação moral das pessoas e o conjunto de meios necessários para que isso ocorra. Segundo Aristóteles (*apud* SILVEIRA, 2001, p.46), “o estado é um organismo moral, condição e complemento da atividade moral individual, e fundamento primeiro da suprema atividade contemplativa”. A política, no entanto, é diferente da moral, porquanto a moral possui como objetivo o indivíduo, e a política, a coletividade. Assim, ética é uma doutrina moral individual, e a política é uma doutrina moral social (Gomes, p. 6).

mercado de trabalho.

Conjuntamente, é explícito o debate entre a educação técnica, muito presente na atualidade, e a educação humanística. Nesse ponto, é possível perceber que a formação técnica visa preparar os alunos com habilidades específicas para o mercado de trabalho, enquanto a formação humanística procura desenvolver o pensamento crítico, a criatividade, a compreensão cultural e ética. Além disso, Rildo Cosson apresenta uma segunda perspectiva sobre o porquê dessa ausência de discussão política:

O segundo aspecto, mais específico, está relacionado à possibilidade que sempre pesou sobre a educação política de ser transformada em doutrinação. O caso da disciplina Educação Moral e Cívica instituída como estudo obrigatório durante o período ditatorial mostra bem o fundamento de tal receio (cf. Abreu e Inácio Filho, 2006; Vaidergorn, 1987). Por essa razão, projetos, ações e criação de disciplinas escolares nessa área costumam ser vistos no mínimo com reserva por todos os envolvidos, quer sejam autoridades, pais quer professores. Todos temem, não sem razão, que o espaço disciplinar seja transformado em proposta ideológica, uma tentativa não de discutir e esclarecer a vida política, mas sim de doutrinar os alunos para esta ou para aquela posição político-partidária (Cosson, 2010, p. 15).

É destacado que projetos, ações e criação de disciplinas na área de educação política muitas vezes são vistos com receio por todas as partes envolvidas, incluindo autoridades, pais e professores. Isso reflete o temor de que o ambiente escolar possa ser usado como um espaço para doutrinar agendas políticas específicas, em vez de fornecer uma educação informativa.

Todavia, embora haja receio de doutrinação, é importante pensar em uma educação política robusta. Isso requer a implementação de políticas e práticas que garantam o pluralismo no ensino de questões políticas, permitindo que os alunos formem suas próprias compreensões e entendam certos eventos que permeiam esse campo cotidianamente. Nesse mesmo direcionamento, Cosson encaminha:

O grande benefício do letramento político na escola é proporcionar o empoderamento dos alunos “para participar efetivamente na sociedade como cidadãos ativos, informados, críticos e responsáveis” (QCA, 1998, p. 9, tradução nossa). Tal objetivo se justifica, ainda, porque essa proposta de educação política tem como diagnóstico a apatia, o cinismo e a ignorância dos cidadãos, sobretudo os jovens, a respeito da vida política. Daí a importância para a sociedade de “uma cidadania ativa e politicamente letrada” com os cidadãos convencidos que “podem influenciar o governo e as questões de sua comunidade em todos os níveis” (Cosson, 2010, p. 16).

Nessa perspectiva, é plausível pensar em como o ensino de história pode ser fundamental nesse debate. Assim, será discutido nesta parte como a temática política pode ser abordada, sob a perspectiva do 8 de Janeiro de 2023. Para isso, é necessário compreender como

os agentes temporais influenciam os eventos históricos, neste caso, as *fake news*. Na BNCC, em alguns momentos, é destacada a necessidade de se trabalhar com a dimensão política.

Ao longo de toda a Educação Básica, o ensino das Ciências Humanas deve promover explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas capazes de potencializar sentidos e experiências com saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza. Dessa maneira, a área contribui para o adensamento de conhecimentos sobre a participação no mundo social e a reflexão sobre questões sociais, éticas e políticas, fortalecendo a formação dos alunos e o desenvolvimento da autonomia intelectual, bases para uma atuação crítica e orientada por valores democráticos (BNCC, 2018, p. 356).

Nas citações acima encontradas na BNCC, atenta-se sobre a necessidade e até mesmo a importância de se trabalhar sobre política, principalmente nas suas perspectivas de variedades que visam a resguardar uma sociedade plural, na qual há diferentes representatividades políticas. Por isso, debater e discutir temáticas e problemáticas contemporâneas, como as *fake news*, é uma forma de atender à demanda por cidadania e política.

Nesse ponto, é essencial compreender que essas desinformações alteram o funcionamento da sociedade e afetam diretamente os direitos civis e políticos. Ao integrar essas habilidades ao currículo de História, os educadores podem contribuir significativamente para a formação de cidadãos conscientes, capazes de participar ativamente da vida democrática e combater a propagação de informações falsas.

Logo, o pesquisador percebe que há a necessidade de ampliar esse conceito em recortes temáticos específicos e, principalmente, concretizá-lo em um recorte temático atual, sobretudo, destacando-se a necessidade de concretizá-lo na realidade brasileira.

Desse modo, o 8 de janeiro de 2023 pode ser debatido em sala de aula pelas mais diversas instâncias políticas que impactaram à sociedade. Bem como, pode-se interpelar sobre a utilização de *fake news* conjugadas, de forma crucial a esses interesses, como meio de tentativa de assegurar um possível golpe de Estado. Ou seja, este evento refletiu a complexidade da política em sua totalidade, não se limitando apenas às ações de governo, mas também abordando as dinâmicas de poder, a mobilização social e a disseminação de informações falsas.

Nesse sentido, o ensino de história tem um papel fundamental em promover essa discussão, ajudando a obter a conscientização e o letramento político das pessoas, permitindo uma compreensão mais profunda e crítica dos acontecimentos políticos e suas implicações na vida coletiva. Ou seja, o professor de História pode discutir e debater com os seus discentes as estratégias das *fake news*, enquanto manutenção de coercitividade de um determinado grupo social, bem como estratégia para mudar o cenário político do país, em vista da tentativa de golpe.

Consequentemente, pode ser demonstrado que as notícias foram utilizadas como uma estratégia política crucial para tentar justificar e legitimar o golpe do 8 de janeiro. Isso, porque grupos e líderes políticos disseminaram uma série de inverdades e informações enganosas, com o objetivo de semear desconfiança e descontentamento em relação às instituições democráticas, especialmente sobre a legitimidade das eleições. Essas *fake news* incluíam alegações infundadas de fraude eleitoral, teorias conspiratórias e acusações contra figuras públicas, criando um ambiente de medo e revolta entre os seguidores.

4.3 Interrogando as fontes históricas

O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade (Le Goff, 1996, p. 91).

Quando a problemática desta pesquisa foi levantada, a primeira possibilidade considerada foi a de trabalhar com a análise de fontes históricas. Afinal, essa é a atividade principal realizada por todos os historiadores(as) e, segundo Le Goff (1996), para redigir obras históricas, é essencial ter acesso a diversas fontes e possuir uma gama de conhecimentos. Além disso, segundo *Le Goff* na obra, *História e memória*, a análise de fontes históricas é o que a caracteriza enquanto conhecimento científico.

A história tornou-se científica ao fazer a crítica dos documentos a que se chama "fontes". Paul Veyne disse [1971] que a história devia ser "uma luta contra a ótica imposta pelas fontes", que "os verdadeiros problemas de epistemologia histórica são problemas de crítica", e que o centro de toda a reflexão sobre o conhecimento histórico deveria ser o seguinte: "O conhecimento histórico é o que dele fizeram as fontes" (Le Goff, 1996, p. 90).

Dessa maneira, é possível observar que, além da averiguação de fontes históricas, é necessário a aplicação de métodos que possibilitem a crítica aos documentos históricos. Isso significa que, antes desse desenvolvimento crítico, a História poderia ter sido vista mais como um relato narrativo ou uma coleção de histórias, sem o mesmo rigor científico.

Além disso, ao citar o historiador francês Paul Veyne, sugere-se que o historiador não deve somente interpretar as fontes, mas também deve resistir à "ótica imposta pelas fontes". Isso significa que as fontes históricas carregam seus próprios vieses e perspectivas. Logo, o trabalho do historiador é identificar e superar essas limitações, para alcançar uma compreensão

mais crítica dos eventos passados e da realidade que o cerca.

Por isso, segundo Veyne, a crítica aos fatos históricos é algo problemático. Isso indica que a principal preocupação do estudo do conhecimento histórico é avaliar e criticar a confiabilidade e a perspectiva das fontes, em vez de apenas aceitá-las como verdadeiras ou precisas. Para complementar essa análise, Le Goff cita:

Veyne acrescenta, aliás, a esta constatação a nota que "não se pode improvisar historiadores... é preciso saber que questões devem ser levantadas, que problemáticas estão ultrapassadas; não se escreve história política, social ou religiosa com as opiniões respeitáveis, realistas ou avançadas que temos, em privado, sobre este assunto" [ibid.] (Le Goff, 1996, p. 90).

Paul Veyne enfatiza que os historiadores não podem ser formados sem planejamento. Ele acredita que os historiadores devem estar cientes dos problemas que já foram resolvidos e saber quais problemas devem ser abordados. Ele adverte contra a tentação de escrever histórias com base em opiniões pessoais, sejam elas respeitáveis, realistas ou progressistas. A historiografia depende de rigor acadêmico e objetividade.

Nesse escopo, Flávia Eloisa Caimi e Letícia Mistura asseguram a importância da cientificidade, enquanto problematizações que se estabelecem na sociedade.

A prática científica ocupa, portanto, um lugar central no enfrentamento de visões absolutistas e de posições relativistas que alimentam cotidianamente a produção de *fake news*, *fake History* e autoverdade. Isso porque a ciência busca estabelecer uma linguagem universal, fundada em conceitos, métodos e técnicas para a compreensão dos fenômenos, processos e relações (MINAYO, 2006). Discorrer sobre práticas científicas, então, remete-nos necessariamente a abordar métodos e técnicas de investigação (Caimi; Mistura, 2021, p. 153).

O trecho sublinha que a prática científica é fundamental para enfrentar as distorções e falsificações da verdade, que são comuns na disseminação de *fake news* e *fake history*. Ao aderir a métodos, a ciência oferece um contraponto às informações enganosas e distorcidas, além de tornar-se importante aliada às Competências Críticas da Informação¹⁵ (CCI). Além disso, é observado que a ciência procura estabelecer uma “linguagem universal”, o que implica em criar um sistema de diálogo claro que possa ser compreendido por diversas pessoas.

¹⁵ A origem da Competência Crítica em Informação (CCI) indica as razões da insistência em se incluir e manter o termo crítica, diferenciando-a da Competência em Informação (Coinfo) e de outras literacias, letramentos e alfabetizações. Mesmo existindo aproximações com estas outras, a crítica é um ponto fundamental e abrangente para a CCI. A inclusão da crítica na definição de Coinfo no *Framework for Information Literacy for Higher Education*³ (ACRL, 2016) suscita dúvidas sobre a necessidade da continuidade do uso de CCI. Mas se trata da mesma crítica (Brisola, 2021, p. 357)?

Nesse sentido, a proposição da discussão desta sessão é ponderar um trabalho de análise de fontes em um evento que compõe a História recente do Brasil, e permitir ao discente o contato direto com os documentos trabalhados, ou seja, as próprias *fake news*. Nesse ponto, Circe Bittencourt pontua no seu livro *Ensino de história: fundamento e métodos*:

As justificativas para a utilização de documentos nas aulas de história são várias e não muito recentes. Muitos professores que os utilizam consideram-nos um instrumento pedagógico eficiente e insubstituível por possibilitar o contato com o “real”, com as situações concretas de um passado abstrato, ou por favorecer o desenvolvimento intelectual dos alunos, em substituição de uma forma pedagógica limitada à simples acumulação de fatos e de uma história linear e global elaborada pelos livros didáticos (Bittencourt, 2008, p. 325).

Nota-se que o uso de documentos na educação histórica promove o desenvolvimento intelectual dos alunos de maneira mais crítica, enriquecendo o aprendizado para além da memorização de fatos e levando-os a questionar as informações contidas. Por conseguinte, possibilita uma maior aproximação com o “real”, ou seja, eles podem ver com maior clareza o que se quer informar.

Entretanto, Bittencourt (2008) afirma que o estudante não pode ser visto nesse processo de análise de fontes enquanto um “pequeno historiador”. Isso porque, para o historiador, os documentos têm outra função, ou seja, são as suas principais ferramentas de trabalho, utilizadas para escrever histórias. Já para o estudante, elas serão validadas enquanto fontes de obtenção de aprendizagem. De modo semelhante, Carlos Guimarães Monti, na obra, *Saberes compartilhados: reflexões sobre educação e ensino de história*, afirma que:

Outra perspectiva importante na utilização das fontes para o ensino de história é a concepção de História na academia e no ensino escolar. Os documentos podem ser trabalhados em ambos os espaços, entretanto é importante ter em vista que, cada ambiente demanda uma abordagem diferente, já que cada um apresenta um objetivo de trabalho diferente (Monti, 2022, p. 323).

Em sequência:

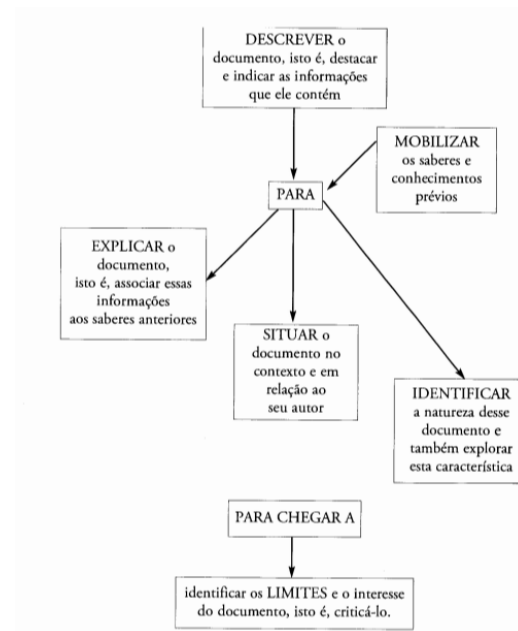
O uso dos documentos da História na academia é muito mais de produzir contribuições para as discussões historiográficas, enquanto na escola a História parte do pressuposto de colaborar para a formação dos alunos como cidadãos, ou seja, a escola não pretende formar historiadores (Monti, 2022, p. 323).

Então, o trecho destaca a importância de reconhecer que a utilização das fontes históricas deve ser adaptada ao contexto em que são empregadas. Na academia, o foco está na

contribuição para discussões historiográficas, enquanto no ensino escolar, o objetivo é a formação cidadã dos alunos. Essa diferenciação é crucial para garantir que os objetivos específicos de cada ambiente sejam atendidos adequadamente.

Bittencourt (2008) mostra que o documento pode assumir a condição de “situação-problema”. Isto é, ele pode servir enquanto fonte de informação, para identificar um determinado fato histórico, ou pode, ainda, ser somente utilizado enquanto fonte de ilustração, para expressar uma determinada ideia. Isto é, a funcionalidade do documento não se limita a somente a pura análise da interpretação. Nessa acepção, a autora propõe as seguintes funcionalidades:

Figura 1 - Esquema de análise de fontes



Fonte: Bittencourt, 2008.

Apresenta-se no esquema acima seis vertentes funcionais dos documentos, isto é: descrever, mobilizar, explicar, situar, identificar e limitar. Nesse escopo, trabalhadas de forma conjunta, é uma forma dos docentes demonstrarem aos alunos que uma análise de uma fonte requer etapas e indagações para depois haver a culminação de um possível resultado. Nesse ponto, o historiador Keith Jenkins afirma:

Assim o que está em pauta nunca são os fatos em si, mas o peso, a combinação e a importância que eles trazem com referência uns aos outros na elaboração de explicações. Essa é a inevitável dimensão interpretativa, a problemática, quando os historiadores transformam os acontecimentos do passado em padrões significantes que nenhuma representação literal desses acontecimentos como fatos pode produzir

(Jenkins, 2007, p. 60).

O trecho de Jenkins sugere que a essência da História não reside nos fatos isolados, mas na maneira como esses fatos são interpretados e relacionados entre si para criar explicações significativas. Essa forma de trabalho sublinha a dimensão interpretativa inevitável do trabalho histórico, onde os fatos ganham relevância e coerência através da análise e da narrativa construída pelos historiadores. Em suma, a História não é uma mera coleção de fatos, mas uma construção intelectual que busca entender o passado de forma mais profunda e complexa.

E quanto às *fake news*, como o ensino de história pode interpretá-las?

É preciso evidenciar como o uso de *fake news* pode ser utilizado enquanto fontes documentais, ou seja, como podem ser apropriadas enquanto estratégias pedagógicas. O grande problema que se encaminha é que, normalmente, se espera que um documento utilizado em sala de aula seja provedor de informações, por meio do qual os alunos vão interpretá-las e, a partir daí, obter um certo conhecimento. Mas, o cerne da discussão é: e quando esses documentos são providos de desinformação?

Ao incorporar exemplos de notícias falsas, os educadores podem ensinar os estudantes a identificar características de desinformação, analisar a intenção e o contexto dessas notícias, e compreender seu impacto na sociedade. Nessa mesma acepção, no estudo, *Fato e fake: desconstruindo as fake news através do ensino de história*, observa-se:

Este talvez seja um dos pontos principais na realidade das salas de aulas, o de preparar alunos para uma leitura crítica dos meios de comunicação, especificamente para as fakes news disseminadas em redes sociais. Preparar os alunos para o exercício de seus direitos e ensiná-los a receber, da forma mais proveitosa possível, o bombardeio de informações que estão expostos através do diálogo, respeitar os pensamentos e as decisões individuais, aprender a olhar uma matéria jornalística, por exemplo, e ter argumentos que sejam positivos ou contrários, ter uma relação mensageiro-receptor mais saudável, este seria o casamento perfeito entre o professor de História e a Educomunicação (Pacheco; Paiva, 2022, p. 11).

Verifica-se que essa abordagem não apenas enriquece a compreensão histórica, ao demonstrar como a manipulação da informação pode influenciar eventos e percepções, mas também prepara os alunos para serem consumidores de informação mais críticos e conscientes. Ao comparar notícias falsas com fontes históricas verificadas, os alunos podem aprender a valorizar a importância da veracidade e da precisão na construção do conhecimento, promovendo uma atitude cética e investigativa frente às informações que consomem diariamente.

Circe Bittencourt, em seu livro, *Ensino de história: fundamento e métodos*, discorre sobre a importância de se trabalhar com a Imprensa escrita nas aulas de história:

As possibilidades de utilizar jornais como fontes históricas são múltiplas: a análise dos conteúdos das notícias (políticas, econômicas, culturais, etc), da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias, etc e de como esse conjunto de informações está distribuído nas diversas partes do jornal, entre outras (Bittencourt, 2008, p. 334).

Por esse ângulo, Bittencourt (2008) revela que um fator primordial para a análise de jornais é a observação quanto à sua autoria, observando dessa forma como o jornalista discute ou se posiciona diante dos fatos históricos. Nesse ponto, é importante observar que os jornais, atualmente, são objetos capitalistas, onde muitas vezes, no tocante à reportagem, tende a querer "vender" uma determinada ideia.

Esse ponto de vista pode ser relacionado às *fake news*, pois nas notícias falsas frequentemente se têm intenções de comercializar uma ideia que vise a atender agendas e pautas diversas. Muitas vezes, também se visa influenciar a opinião pública para obter ganhos financeiros ou manipular eventos para atender a certos interesses.

Arelado ao ensino de história, pode-se pensar em um trabalho interdisciplinar, conforme explicitado no site *Educa+Brasil*, ao se demonstrar a experiência da Finlândia ao utilizar *fake news* enquanto estratégia pedagógica:

Saiba como a Finlândia usou aulas de Matemática e História para acabar com as fake news. No Brasil, 43% das pessoas afirmam que já compartilharam notícias falsas [...] A Finlândia é uma referência mundial no combate às fake news, sendo considerada como o país mais resistente à desinformação entre as nações da Europa, segundo o estudo anual do Instituto Open Society. Isso se deve à solução encontrada na educação. Desde 2016, a alfabetização midiática faz parte do currículo escolar na Finlândia e é ensinada em todas as disciplinas da educação básica. Assim, crianças e adolescentes aprendem na escola a identificar notícias falsas. O objetivo é desenvolver o pensamento crítico. Com as aulas de Matemática, os alunos aprendem como as estatísticas podem ser distorcidas. Na matéria de História, campanhas de propaganda são mostradas e os professores explicam como o uso de determinados elementos são usados para influenciar uma população, como palavras, imagens e metáforas. Como exercícios, os alunos são desafiados a se tornar “detetives digitais” para aprender por meio de pesquisas sobre determinados temas e apresentar fontes sólidas. Eles examinam alegações encontradas em vídeos e postagens veiculadas em redes sociais e investigam como a desinformação ataca as emoções dos leitores. Como resultado, a inclusão da educação midiática no currículo escolar finlandês tem conseguido fazer com que a sociedade não aceite todas as informações de forma passiva (Cherolet, 2022).

O exemplo da Finlândia no combate às *fake news* através da educação é um modelo prático, que poderia ser adotado por outros países, incluindo o Brasil. Ao integrar a

alfabetização midiática no currículo escolar desde 2016, a Finlândia ensina seus alunos a identificar e questionar informações falsas, desenvolvendo um pensamento crítico. No entanto, estamos comparando realidades socioeconômicas diferentes. Logo, é preciso repensar como a educação é gerida no Brasil e o quanto a sociedade e governantes estão dispostos a incorporar estratégias que formem cidadãos mais críticos.

Pois bem, ao ensinar aos estudantes como examinar criticamente as fontes históricas, podemos instruí-los a aplicar essas habilidades na avaliação das inverdades. Nesse sentido, a sequência didática, desenvolvida enquanto resultado desta dissertação, virá a concretizar essa possibilidade.

4.4 Averiguando o produto

Para oferecer uma intervenção pedagógica na educação básica e proporcionar novas abordagens para os professores de história, o produto desenvolvido para abordar o tema discutido nesta dissertação foi um manual didático composto por duas sequências didáticas. Dessa forma, o desígnio principal é orientar os professores para se apropriarem de forma adaptada do enredo proposto neste presente texto, ou seja, tornar possível o diálogo entre o ensino de história e o evento ocorrido em 8 de janeiro de 2023, estabelecendo um olhar crítico sobre como as *fake news* influenciaram esse evento.

A escolha de produzir sequência didática partiu da visão do pesquisador, enquanto professor da rede pública de ensino desde 2021. Através de algumas experiências, e especialmente por lecionar há dois anos em uma escola prisional, estou ciente das limitações econômicas e estruturais enfrentadas por algumas escolas.

Muitas delas não têm acesso a computadores e, mesmo as que têm, podem enfrentar problemas de conectividade à internet. Ou mesmo, conforme foi a minha realidade dentro do âmbito educacional prisional, as ferramentas pedagógicas podem se limitar apenas à exposição e, muitas vezes, à reprodução de técnicas pedagógicas tradicionais. Isso se deve principalmente às restrições do sistema prisional em barrar diversos outros recursos pedagógicos. Nesse sentido, eu não poderia deixar de pensar nos milhares de professores que, assim como eu, vivenciam esse tipo de situação e para os quais o material impresso torna-se uma ferramenta de extrema importância.

Segundo Zabala (1998), as sequências didáticas são um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de objetivos específicos. Essas atividades

são compostas por um princípio e término que estabelecem uma conexão entre professor e estudante.

As sequências didáticas permitem ampliar o modo de trabalhar didaticamente, tanto no ambiente escolar, quanto fora dele, além de tornar-se um importante facilitador de tarefas, melhorar as ideias e planejar atividades. Por isso, o mestre em ensino de história, Adilson Nobre Nascimento, apresenta:

Uma sequência didática pode ser definida como sendo um composto de atividades atreladas ao que se pretende ensinar, visando promover a aprendizagem dos alunos, tendo, como base, os objetivos que foram estabelecidos na sua elaboração. Com isso, evidencia-se a relevância do planejamento, a fim de que o professor seja capaz de metodizar-se e nortear-se com referência aos alunos (Nascimento, 2020, p. 48).

Nesse mesmo encaminhamento, é apresentado por Schneuwly e Dolz:

Uma sequência didática tem, precisamente, a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de texto, permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação (Schneuwly e Dolz, 2004, p. 97).

Comungando com os autores acima, percebe-se que as sequências didáticas podem ser importantes ferramentas utilizadas no processo de aprendizagem. Isso porque elas estabelecem um planejamento que possibilita pensar nas dimensões teóricas e práticas da aula. Dessa forma, na proposição que será apresentada pensou-se não somente no direcionamento metodológico teórico, mas também nas atividades práticas.

Para Zabala (1998), há uma variedade de propostas em torno da sequência didática que se torna cada vez mais complexa, frente a um modelo de aula magistral que é geralmente apresentado e configurado. No entanto, não é a complexidade das fases que a compõem, mas sim a complexidade das atividades em si. Nessa perspectiva, o pesquisador Adilson Nobre, alenta:

A sequência didática deve promover a compreensão e, por conseguinte, a aprendizagem dos alunos. Para tanto, o professor pode lançar mão de uma série de atividades que contemplem leitura, aulas práticas, pesquisa individual, trabalhos em grupo, aulas expositivas e análise de textos, além da construção de mapas conceituais e outras possibilidades de instrumentais que visem a otimização do processo de ensino e aprendizagem (Nascimento, 2020, p. 50).

A importância dessa visão traz um grande desafio para os professores. Numa época

marcada pela utilização do celular e das redes sociais, essa é quase uma missão árdua. Logo, é preciso pensar em um ensino mais dinâmico e adaptado às necessidades dos estudantes, promovendo uma aprendizagem mais profunda e ativa. Logo, pensar por esse espectro foi um dos maiores desafios encontrados na confecção do produto. Libâneo também reitera sobre a importância de se aplicar uma dimensão crítico-social aos conteúdos.

Em síntese, a dimensão crítico-social dos conteúdos corresponde à abordagem metodológica dos conteúdos na qual os objetos de conhecimento (fatos, conceitos, leis, habilidades, métodos, etc) são aprendidos nas suas propriedades e características próprias e, ao mesmo tempo, nas suas relações com outros fatos e fenômenos da realidade, incluindo especificamente as ligações e nexos sociais que os constituem como tais (como objetos de conhecimento). O conhecimento é considerado, nessa perspectiva, como vinculado a objetivos socialmente determinados, a interesses concretos a que estão implicadas a tarefa da educação escolar (Libâneo, 1994, p. 138).

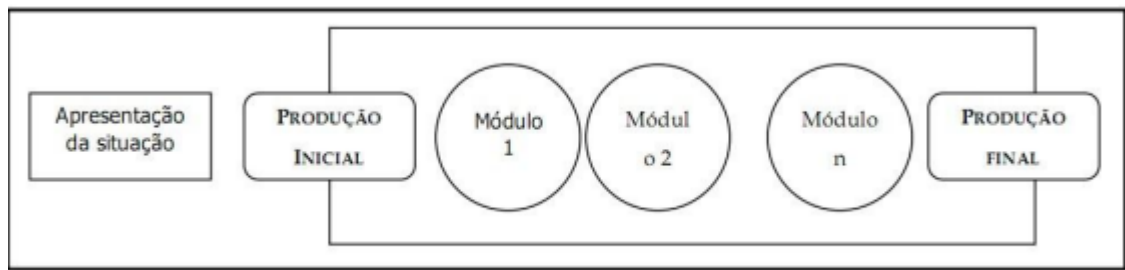
Essa visão metodológica acena para que os objetos de conhecimento sejam entendidos, tanto em suas propriedades individuais, quanto em suas interrelações com outros fenômenos e aspectos da realidade. Essa abordagem enfatiza a necessidade de contextualizar o conhecimento dentro de um marco social mais amplo, reconhecendo os vínculos e nexos sociais que constituem esses objetos de conhecimento.

Outro ponto importante, ao produzir uma sequência didática, é pensar em um processo interativo com o professor(a), conforme apresentado no estudo, *Sequência didática: uma proposta metodológica de ensino-aprendizagem*:

Ao planejar uma sequência didática, também deve-se levar em conta os diálogos e relações interativas entre professor/aluno e aluno/aluno, observando as influências dos temas ou conteúdos nessas relações, bem como o papel de todos no desenvolvimento das atividades, na disposição dos conteúdos, no tempo e espaço, nos recursos didáticos e na avaliação, tudo tem que ser muito bem planejado e organizado para a obtenção do êxito na realização das atividades (Ugalde, 2020, p.3).

O trecho alerta que o professor deve estar atento a como os conteúdos abordados podem afetar as interações em sala de aula, promovendo um ambiente onde todos se sintam incluídos e motivados a participar. Outro ponto fundamental é o papel de todos os envolvidos no desenvolvimento das atividades. Tanto professores quanto alunos têm responsabilidades que impactam o andamento e a eficácia do processo educativo. Dolz e Schneuwly organizaram um modelo de como deve ser organizado uma sequência didática:

Figura 2 - Modelo de sequência didática.



Esquema da sequência didática

Fonte: Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 97.

O esquema apresentado representa uma organização de sequência didática, dividida em várias etapas organizadas de maneira lógica e progressiva, para facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, desde a apresentação da situação à problemática final, é importante pensar em uma sequência lógica, em que se consiga identificar as dúvidas dos estudantes e, posteriormente, envolvê-los em todas as etapas.

Além de se pensar nas questões metodológicas que envolvem a sequência didática, houve também a preocupação em se pensar no processo de consciência histórica, enquanto reflexão, e principalmente em atividades que trouxessem sentido prático para a vida dos estudantes. Essa é uma dimensão defendida pelo historiador, Luis Fernando Cerri:

Não basta conhecer fatos e processos históricos, é preciso ter capacidade de interpretar o tempo e usar esse conhecimento para a própria vida, agindo em conformidade com os propósitos, princípios e objetivos (Cerri, 2011, p. 62).

Pensando nisso, as atividades que foram apresentadas na sequência didática visam integrar os alunos de como os assuntos envolvidos podem ser pensados e desenvolvidos na práxis. Logo, foram propostos debates, proposição de criação de políticas públicas, criação de Projetos de Leis, análise de fontes diversas (reportagens, textos, notícias, *fake news* e imagens). Essa dimensão prática é pensada por Rusen.

Antes de ser algo ensinado ou pesquisado, a historicidade é a própria condição da existência humana, é algo que nos constitui enquanto espécie. O que varia são as formas de apreensão dessa historicidade, ou, nos termos de Rüsen, as perspectivas de atribuição de sentido à experiência temporal. Na definição desse autor, a consciência histórica é um fenômeno do mundo vital, imediatamente ligada com a prática, e pode ser entendida como (Rusen, 2001, p. 100).

Rusen aponta que a maneira como entendemos e interpretamos a História não é apenas

teórica ou acadêmica, mas algo que influencia e é influenciado pelas nossas ações e experiências diárias. Portanto, a consciência histórica pode ser vista como a forma pela qual atribuímos significado às nossas experiências ao longo do tempo, conectando o passado, presente e futuro em nossa compreensão do mundo e de nós mesmos.

Pensando nesses fatores, é que foi organizado um manual didático, composto por duas sequências didáticas, cuja análise será feita em sequência.

Assim como a dissertação, a proposta assim ficou intitulada como *A influência das fake news nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023: reflexões para o ensino de história*. Devido à complexidade de reflexão teórica dos assuntos inseridos, o intento é que o material produzido seja utilizado no Ensino Médio. Dessa forma, pretende-se atingir as seguintes competências e habilidades apresentadas na BNCC do ensino médio de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

Competência 1:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (BNCC, 2018, p. 559).

Habilidade (EM13CHS101):

Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais (BNCC, 2018, p. 558).

Competência 5:

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos (BNCC, 2018, p. 558).

Habilidade (EM13CHS504):

Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas (BNCC, 2018, p. 554).

Competência 6:

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BNCC, 2018, p. 558).

Habilidade (EM13CHS603):

Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas (BNCC, 2018, p. 565).

Ademais, todas as abordagens contempladas no documento são sugestões, e os professores poderão fazer adaptações. A proposição didática ficou organizada nos seguintes tópicos:

- Apresentação: nesta etapa foi apresentada uma breve síntese sobre os propósitos do projeto, o tema, os eixos temáticos, os objetivos pedagógicos e a indicação de uso.
- Recado à Professora e ao Professor: aqui foi apresentada a minha trajetória acadêmica, a escolha do tema, o desenvolvimento do tema, uma breve reflexão sobre a realidade educacional no Brasil, desafios no contexto atual, objetivo pedagógico e um recado de motivação ao Professor.
- Competências e Habilidades BNCC- Ciências Humanas e Ensino Médio: nesta sessão de forma a cumprir os parâmetros curriculares, foram colocadas todas as competências e habilidades da BNCC de Ciências Humanas do Ensino Médio.
- Organização: nesta parte do trabalho foram pontuadas como ficou organizada cada uma das unidades e módulos que serão trabalhados.
- Unidades Temáticas: essa parte ficou destinada a discorrer sobre os macro-temas que virão a ser trabalhados
- Mensagem Final: foi feito um agradecimento aos professores e foram disponibilizados canais para feedbacks.
- Referências: foram apontadas todas as fontes utilizadas durante a produção do material

A organização acima visou suprir as demandas didáticas e interativas com os

professores. Cada um dos tópicos foi pensado de forma minuciosa, com o intento de promover o objetivo principal. A proposição ficou composta por sequências didáticas, sendo a primeira com três módulos e a segunda com dois módulos. Cada um dos módulos foi sistematizado de forma padronizada, contendo as seguintes partes:

Tabela 3: Divisão de partes de cada presente em cada módulo

Professoras e professores em diálogo	Destinada a breves reflexões sobre o assunto que será discutido no módulo.
Fontes de apoio	Material sugestivo para ser trabalhado na aula (reportagens, textos, charges, esquemas).
Reflexões com a professora e o professor	Objetiva refletir os principais pontos que poderão ser trabalhados nas fontes de apoio.
Sugestão de atividades	Propostas de atividades individuais e coletivas para serem aplicadas em sala de aula.

Fonte: próprio autor, 2024.

Conjuntamente à organização acima, foram apresentadas algumas sessões complementares:

Tabela 4: Seções complementares da sequência pedagógica

Sugestão de leitura	Foram sugeridos alguns livros que utilizei enquanto fonte de pesquisa na produção da dissertação.
Sugestões de vídeo	Material que visa ampliar o debate sobre o tema.
Amplie o debate	Discussões paralelas que podem agregar ao tema principal.
Anexos	Material que poderá ser utilizado nas atividades.

Fonte: próprio autor, 2024.

Para ampliar o arcabouço de informações e propiciar uma maior interação, foram inseridos QR codes que direcionam o leitor a sugestões de textos e vídeos, com discussões que

podem ser complementares durante a execução da aula. Outro ponto que desperta a atenção nas sequências pedagógicas é a presença de indicações de leituras, feitas durante a trajetória do curso. Dada a descrição da organização, é viável analisar separadamente cada uma das unidades.

O desígnio principal da parte primeira, nomeada “Sequência didática I: democracia, pós-verdade e *fake news*”, foi a compreensão e problematização conceitual dos termos ‘democracia’, ‘pós-verdade’ e ‘*fake news*’. Nesse sentido, foi pensada uma forma de conhecimento progressivo, cujas análises possibilitaram chegar à consolidação da proposta de entender a influência de cada uma dessas problematizações nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Essa forma de organização sistemática é defendida por Libâneo:

O programa de ensino deve ser delineado em conhecimentos sistematizados e não em temas genéricos e esparsos, sem ligação entre si. O sistema de conhecimento de cada matéria deve garantir uma lógica interna, que permita uma interpenetração entre os assuntos” (Libâneo, p. 143).

Durante a execução da proposta, foi ensejado pensar em textos e atividades que visem suprir uma demanda social. Isto é, pensar em fontes e atividades que visem simbolizar a importância social do ensino de história, tal como inserir o estudante na construção do conhecimento. Essa é uma perspectiva defendida por Libâneo, ao enfatizar a relevância Social:

Este critério corresponde à ligação entre o saber sistematizado e a experiência prática, devendo os conteúdos refletir objetivos educativos esperados em relação à sua prática na vida social. A relevância social dos conteúdos significa incorporar no programa as experiências e vivências das crianças na situação concreta, para contrapor a noção de uma sociedade idealizada e de um tipo de vida e de valores distanciados do cotidiano das crianças que, frequentemente, aparecem nos livros didáticos. (Libâneo p. 144).

Similarmente, Rusen (2001) defende que a educação histórica deve não apenas limitar-se à compreensão do passado, mas também desenvolver a capacidade dos alunos de formar juízos críticos sobre o tempo e a História.

Com base no exposto, o módulo I, “O que é a democracia?”, tratou sobre um limiar histórico, sobre o que é a democracia, bem como o problematizou na sociedade contemporânea. A primeira fonte trabalhada foi um texto extraído da Folha UOL: *Você sabe mesmo o que é democracia?* O texto observa como o conceito de democracia surgiu e como ele é abordado em diversos contextos e períodos, tais como: origem na Antiguidade Clássica, desuso na Idade

Mídia e democracia moderna.

A segunda fonte utilizada foi um infográfico, que traz três percepções de democracia. Nesse ponto, foi recomendado que cada uma delas fosse comentada, de modo a ampliar a visão sobre o conceito.

A terceira fonte foi uma charge política que mostra um oficial militar em uma posição de destaque, manipulando um pêndulo hipnótico diante de uma multidão. Ele diz: “Repitam comigo: Vivemos numa democracia”. O intento principal dessa fonte foi trabalhar as contraposições entre democracia e ditadura, entender a liberdade de expressão e a censura, e o papel do ensino de história na formação política.

Como forma de culminar na discussão teórica, a primeira atividade inserida nesse módulo, intitulada "Criando Políticas Públicas", ensejou o desenvolvimento da capacidade crítica e criativa dos alunos, estimulando-os a pensar em formas práticas e inovadoras de promover e fortalecer a democracia no Brasil. Já a segunda atividade propôs uma reflexão discursiva através de cinco perguntas reflexivas sobre as fontes abordadas. Essa reflexão promove a habilidade de argumentação, a capacidade de questionamento e a análise aprofundada das informações, que são fundamentais para a formação de cidadãos informados.

No módulo II, “Compreendendo a pós-verdade”, o conceito central foi explorado com o intuito de provocar os estudantes a entender sua interferência no mundo contemporâneo e, principalmente, na realidade brasileira. Além disso, foi feita uma breve reflexão sobre como a internet impacta nossas vidas de forma positiva e negativa. A primeira fonte trabalhada dentro desta parte foram três diferentes definições apresentadas pela Academia Brasileira de Letras. Já a segunda fonte foi o texto, *Em tempos de pós-verdade e de redes sociais*. Ou seja, foi demonstrado nas duas fontes que o conceito de pós-verdade explora o apelo às emoções e crenças sobre a razão e objetividade. Também, averiguou-se a necessidade de responsabilidade no consumo de informação e a necessidade de uma educação política e cívica.

A primeira atividade proposta foi a criação de um debate, através do qual, um grupo argumenta que a pós-verdade tem um impacto negativo significativo na sociedade e na educação, e o outro grupo defende que, embora problemática, é possível combater a pós-verdade através de estratégias educacionais eficazes. A segunda atividade foram questões discursivas que visam refletir sobre os assuntos retratados nas fontes.

No módulo III, “O que são *fake news*?”, o intuito principal foi demonstrar aos professores e professoras de história que o conhecimento histórico pode ser de grande relevância para debatermos *fake news*. Para isso, a primeira fonte utilizada foi um texto,

intitulado *O que são fake news*. Logo, foi salientado que é importante assimilar quais são as características mais comuns das *fake news*, como: título sensacionalista, fontes não confiáveis ou anônimas, informações descontextualizadas, apelo à emoção, erros factuais, linguagem parcial ou preconceituosa, falta de autoria e credibilidade.

A segunda fonte utilizada foi uma charge que apresenta as *fake news* personificadas pelo personagem Pinóquio, conhecido na literatura infantil por contar mentiras. Dessa forma, pode-se fazer uma analogia com as redes sociais, que são meios importantes para a disseminação de *fake news*.

A terceira fonte utilizada foi o texto, *Fake news e liberdade de expressão*, que aborda o impacto da comunicação pela internet na democracia, evidenciado pela discussão em torno do Projeto de Lei 2.630/2020 (PL das *fake news*). Esse debate ressalta uma mudança de grande importância. Duas décadas atrás, a era digital era vista como uma oportunidade para aprofundar a democracia, acreditando-se que o aumento da informação resultaria na diminuição das vozes marginalizadas.

Neste módulo, também foram sugeridas duas atividades. A primeira delas, "Organizando dados e interpretando", foi dividida em duas partes. Primeiramente, foi sugerido que fossem feitas perguntas sobre como os estudantes lidam com a problemática das *fake news*, como acessam informação e como as *fake news* envolvem o seu cotidiano. A partir da coleta desses dados, os estudantes, com auxílio do professor(a), poderão organizar essas informações na forma de gráficos e tabelas, de modo a interpretá-los. Além disso, foi sugerido que esses dados fossem discutidos em sala de aula.

A segunda atividade, "Criando um Projeto de Lei", propõe que os alunos criassem uma PL abordando as *fake news* com base em sua pesquisa. Nessa atividade, os alunos devem incluir definições, medidas preventivas, penalidades e mecanismos de fiscalização. Para isso, fica a cargo do professor explicar o que é um projeto de lei e as suas etapas de desenvolvimento.

O desígnio principal desta atividade é estimular uma compreensão ampla das políticas públicas e do funcionamento do processo legislativo. Essa prática não apenas chama a atenção dos alunos sobre as fases de elaboração de uma lei, mas também os motiva a contribuir diretamente com soluções práticas para questões reais.

Já na segunda parte: "Sequência didática II: As *fake news* e suas interferências no 8 de janeiro de 2023", a finalidade desta sequência foi evidenciar como as *fake news*, espalhadas antes e depois do dia 8 de janeiro de 2023, influenciaram para que esse evento ocorresse, bem como nos seus desdobramentos. Logo, conforme discutido na terceira sessão deste texto

dissertativo, esta unidade foi subdividida em dois módulos:

No módulo I, intitulado "A fragilidade democrática no Brasil: as *fake news* e os ataques antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023", foi discutido como a democracia brasileira é fragilizada e, em alguns momentos, como nas ditaduras de Vargas e militar foi rompida. Dessa forma, os ataques antidemocráticos são mais uma simbologia dessa fragilidade. Assim, o ensino de história, por meio dessa discussão política, pode ser um grande aliado.

Para essa discussão, a primeira fonte trabalhada no módulo foi o texto, *As fragilidades da democracia brasileira*. O documento apresenta uma visão sobre os desafios enfrentados pela democracia brasileira, ressaltando sua fragilidade, diante de manifestações antidemocráticas e da disseminação de *fake news*. Diante desse contexto, foi sugerido que o professor conduza discussões em sala de aula que incentivem os alunos a refletirem sobre a importância da democracia como sistema político e os obstáculos que ameaçam sua estabilidade.

A fonte II também trouxe a presença de um texto analítico, intitulado *8 de Janeiro de 2023: a fragilidade democrática brasileira e os desafios para o futuro*. Assim, é demonstrado que o episódio ocorrido em 8 de janeiro de 2023 representou um duro golpe à democracia brasileira, evidenciando as fragilidades do sistema político diante de manifestações extremistas e antidemocráticas. Essa situação suscita uma série de questionamentos e reflexões que podem ser explorados pelo professor em sala de aula.

A fonte III trouxe um conjunto de duas fotografias, uma representando o momento dos ataques e a outra demonstrando a situação após os atos. Logo, os alunos poderão compreender a dimensão e o impacto desse evento, não somente na sua simbologia, mas também na sua concretização física.

Dada a amostra de fontes, foi sugerida a proposição de duas atividades. A primeira delas consiste em convidar os alunos a criar uma linha do tempo que retrate os principais eventos relacionados à história da democracia no Brasil. A partir da pesquisa e da análise de documentos históricos, os alunos deverão identificar marcos importantes, como a Proclamação da República, a promulgação da Constituição de 1988 e outros eventos significativos que influenciaram a evolução do sistema democrático no país. O objetivo principal desta atividade é compreender a evolução histórica da democracia no Brasil e refletir sobre os desafios e as conquistas da democracia ao longo do tempo.

A atividade número II baseou-se na análise de quatro imagens, duas referentes ao período da ditadura militar e duas referentes ao 8 de janeiro de 2023. Essa conexão destaca a fragilidade da Democracia Brasileira, evidenciando como eventos históricos passados podem

ecoar no presente, sinalizando a contínua necessidade de vigilância e proteção dos princípios democráticos. Nesse sentido, foi pedido para que os alunos estabelecessem uma análise sobre os dois eventos.

No módulo II, “Averiguando as *fake news* em 8 de janeiro de 2023”, o objetivo principal foi trabalhar o método de investigação histórica e, conseqüentemente, analisar as inverdades que circundam o 8 de janeiro de 2023. Esse módulo, de modo especial, contou com duas etapas de análise.

Na primeira etapa, a fonte inicial apresentada foi o texto, *O impacto das fake news em atos antidemocráticos: um ensaio sobre o 8 de janeiro de 2023*. Ou seja, é mostrado principalmente que as *fake news* foram utilizadas anteriormente aos atos terroristas, como forma de instigar os eleitores bolsonaristas de que os resultados foram fraudados.

A segunda fonte mostra duas tabelas que checam vinte e cinco notícias falsas que embasaram os atos. Nas tabelas, é possível notar que as *fake news* não somente estavam presentes no 8 de janeiro de 2023, mas também nos eventos subsequentes a ele. Ou seja, a influência dessas inverdades continuou a alimentar a intenção de desacreditar algumas pessoas sobre a gravidade daquele evento, ou mesmo de responsabilizar terceiros por ele. Logo, foi sugerida uma atividade inicial.

A primeira atividade poderá ser realizada com o intuito de compreender como as *fake news*, antes e depois do 8 de janeiro de 2023, podem influenciar a opinião de diversas pessoas. Nesse sentido, o estudante, de forma individual, poderá escrever sobre como essas inverdades podem impactar a democracia no Brasil e sua utilização para manipular a opinião pública e incitar ações antidemocráticas. Após cada produção ser feita, esta poderá ser exposta para a turma e, conseqüentemente, sugere-se que elas sejam debatidas.

Na segunda etapa, “Analisando as fontes”, foi demonstrada a importância do uso de documentos na educação histórica, como forma de promover o desenvolvimento intelectual dos alunos de maneira mais crítica. Ou seja, eles enriquecem o aprendizado para além da memorização de fatos e os leva a questionar as informações contidas, possibilitando uma maior aproximação com o “real”. Nesta etapa, a primeira fonte utilizada foi o texto, *Fontes históricas*. Logo, foi expresso inicialmente que, ao longo do tempo, houve mudanças na admissão de novas fontes. Isso porque, até meados do século XX, contar a história dos chamados “heróis” (exemplos: reis, rainhas, barões, clero, entre outros) era uma das principais missões do historiador.

Para essa prática, vigorava a rigidez na análise de fontes escritas, consideradas como

oficiais. Entretanto, esse método de conhecimento inflexível e, de certa forma, limitante está, ainda hoje, passando por novas significações. Dessa forma, principalmente a partir da década de 1970, tendo em vista a noção de uma nova História, vê-se a descoberta de novos sujeitos, enquanto agentes históricos, perpetuados inicialmente com a Escola dos *Annales*¹⁶.

A segunda fonte trata de um esquema de classificação das fontes históricas, onde é demonstrado o que são fontes primárias e secundárias. Nesse ponto, é orientado aos professores e professoras observar que, ao considerar a história e a classificação das fontes, as *fake news* podem ser vistas como fontes primárias, se forem usadas para estudar o período em que foram criadas e disseminadas. Além disso, elas são documentos originais que refletem as tentativas de manipulação e o contexto social e político do momento em que surgiram.

No terceiro esquema, é demonstrada a capacidade de verificar a veracidade das informações e a essencialidade em um mundo repleto de dados e notícias. Logo, poderá ser demonstrado aos estudantes, com base no esquema fornecido, como eles podem ajudar a analisar criticamente documentos e informações, assegurando sua autenticidade e relevância.

Posteriormente à análise das fontes, foi sugerida uma atividade dividida em três etapas. Primeiramente, o professor(a) irá entregar a cada grupo uma seleção de fontes históricas (artigos, documentos, imagens) e contemporâneas (postagens de redes sociais, notícias online) relacionadas ao 8 de janeiro de 2023 e a outros momentos históricos similares. Nesse sentido, cada grupo deve analisar suas fontes, identificando possíveis *fake news* e verificando a veracidade das informações. Eles devem usar critérios, como a origem da fonte, a data de publicação e a presença de evidências concretas. Nesse momento, é muito importante que o professor destaque que os conhecimentos históricos adquiridos nas aulas anteriores poderão servir como base para analisar a veracidade, ou não, de informações.

Na segunda etapa, cada grupo apresenta suas descobertas para a turma, explicando como chegaram às suas conclusões sobre a veracidade das informações analisadas. Os alunos devem destacar as técnicas usadas para verificar os fatos e identificar *fake news*. Por último, foi indicado que os professores peçam aos alunos que escrevam uma breve reflexão sobre a importância de se usar fontes confiáveis na construção do conhecimento histórico e na formação de opiniões informadas. Para isso, eles devem também considerar o impacto das *fake news* na

¹⁶ A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. Fazer uma outra história, na expressão usada por Febvre, era portanto menos redescobrir o homem do que, enfim, descobri-lo na plenitude de suas virtualidades, que se inscreviam concretamente em suas realizações históricas (Burke, 1992, p. 8).

sociedade e como podem aplicar o que aprenderam em sua vida cotidiana, cabendo ao professor avaliar essa produção.

Pois bem, conforme descrito, as sequências didáticas contaram com várias discussões temáticas e sugestões propositivas de atividades diferentes. Lembrando que em todas as atividades há uma discussão inicial que possui o intuito de aferir o conhecimento prévio dos estudantes.

Assim, conforme descrito na mensagem final do material, são grandes as expectativas para que o material de orientação pedagógica proporcione discussões e debates enriquecedores. Além disso, espera-se que possa haver sugestões de melhorias daqueles que o utilizam, bem como um feedback das atividades desenvolvidas. Para isso, foram disponibilizados meios de comunicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enveredar imediatamente após a minha graduação em um programa de mestrado foi, sem dúvida, uma oportunidade singular e, ao mesmo tempo, muito desafiadora. Porém, ao olhar para o início dessa trajetória até a culminação desta dissertação, percebo que tudo valeu a pena, principalmente por como as discussões oferecidas pelo programa transformaram minha visão sobre o que é ser professor.

Confesso que, em diversos momentos, me deparei com uma certa ansiedade quanto à escolha do tema. Afinal, como discutido no primeiro capítulo da dissertação, trabalhar com a história do tempo presente é de extrema importância, mas traz inúmeros desafios, especialmente no trato com as fontes de informação e, nesse caso, com as fontes de desinformação.

No entanto, à medida em que eu lidava com as fontes e vivenciava experiências em sala de aula, percebia que não poderia abandonar esse recorte temático, cujas nuances foram trabalhadas sob a perspectiva do 8 de janeiro de 2023. Inicialmente, eu buscava incansavelmente a famosa “receita de bolo”, para responder à seguinte pergunta: Como as *fake news* envolvidas nos ataques antidemocráticos podem ser “combatidas” através do ensino de história?

Entretanto, essa era uma missão impossível de ser alcançada. Muitas vezes, devido a uma série de fatores, o professor não consegue, sequer, desenvolver uma aula com qualidade. Agora, imagine combater um problema tão relevante quanto as *fake news*, que se sofisticam cada vez mais com a utilização da tecnologia.

Consequentemente, ao encarar essa realidade e abandonar a minha ilusão de “herói”, capaz de solucionar grandes problemas, compreendi que a contribuição do professor de História está muito mais atrelada à conscientização no desenvolvimento de uma aula crítica, na qual o estudante esteja exposto aos problemas que o cercam e saiba criticá-los.

À primeira vista, isso pode parecer uma tarefa fácil. Afinal, conforme apresentado no capítulo anterior, o ensino de História pode ser um aliado poderoso na problemática das *fake news*, desde que engaje o aluno na discussão através da análise de fontes e do debate cidadão e político.

No entanto, no atual contexto, marcado fortemente por um sistema educacional sucateado e influenciado por ideologias capitalistas, que muitas vezes veem os estudantes da educação básica como somente futuras mãos de obra, e em que alguns de nossos representantes negam a cientificidade do conhecimento, essa se torna uma missão extremamente desafiadora

para todos os professores, especialmente os de História.

Por isso, é necessário que, diante deste cenário, nossa luta enquanto professor se intensifique. Utilizando a velha e poderosa “arma do conhecimento”, precisamos resistir e persistir. Espero que esta dissertação, para mim um símbolo de resistência, tenha sido lida por diversos professores e professoras com o mesmo sentimento.

Também espero que minha inquietação sobre as *fake news* e como elas foram usadas em um dos momentos mais assombrosos da História do Brasil possa também incomodar nossos alunos. Afinal, apesar de suas fragilidades, nossa democracia política ainda garante diversos direitos civis e políticos.

Nesse sentido, meu desejo é que esse material de orientação pedagógica e as discussões propostas nele sirvam como meio para alcançar esse incômodo, promovendo jovens e adultos mais questionadores e conscientes sobre o que foi discutido aqui. Para muitos, isso pode respingar na velha concepção de professor recém-formado, mas creio que isso respinga mais sobre o compromisso ético, com o qual me comprometi ao me tornar professor.

A docência é um caminho árduo, mas vagarosamente podemos colher bons frutos! Então, desejo a vocês bons votos de resistência!

FONTES

CEALE. **Alfabetização digital**: Glossário Ceale. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/alfabetizacao-digital#:~:text=O%20termo%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20digital%20tem>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CNN. **Gilmar Mendes**: 8 de janeiro abriu janela para discutir fake news. CNN 360o. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rnj8Uj2jWgc>.

CORTELLA, Mario Sergio. **Pós-verdade ou fake news?**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ckoLHDfe2dc>. Acesso em: 08 set. 2023.

CONGRESSOEMFOCO. **Em tempos de pós-verdade e de redes sociais**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/em-tempos-de-pos-verdade-e-de-redes-sociais/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

FBAC - Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas. Disponível em: <https://fbac.org.br/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

HISTORIADOMUNDO. **Fontes históricas**: o que são, tipos, importância. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/fontes-historicas.htm>. Acesso em: 07 jun. 2024.

JORNAL DA USP. **Fake news e liberdade de expressão**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulas/jose-eduardo-campos-faria/fake-news-e-liberdade-de-expressao/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

POLITEIA. **8 de Janeiro**: um olhar crítico sobre os ataques à democracia e ao extremismo político no Brasil. Disponível em: <https://politeiacoproducao.com.br/8-de-janeiro-um-olhar-critico-sobre-os-ataques-a-democracia-e-ao-extremismo-politico-no-brasil/>. Acesso em: 9 jun. 2024.

ROSA, Mario. **O 8 de Janeiro é um fato histórico e marcos assim definem eras**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opinia/o-dia-8-de-janeiro-e-um-fato-historico-e-marcos-assim-definem-eras/>. Acesso em: 10 out. 2023.

RBA, V. N., da. **Movimentos e entidades organizam neste fim de semana a “Virada da democracia”**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/movimentos-e-entidades-organizam-neste-fim-de-semana-a-virada-da-democracia/>. Acesso em: 9 jun. 2024.

SANTOS, Roberto Eduardo Carneiro dos. **Redes digitais e ensino de História**: produção, recepção e aprendizagem por meio da internet na perspectiva da História Pública entre alunos da geração Z e Alpha. 117f.: il. – 2022.

SENADO. **Dia da Internet Segura**: Senado age contra fake news e desinformação. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/07/dia-da-internet-segura-senado-age-contra-fake-news-e-desinformacao>. Acesso em: 12 out. 2023.

UFJF NOTÍCIAS. **As fragilidades da democracia brasileira**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/09/15/as-fragilidades-da-democracia-brasileira/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Fazer defeitos nas memórias**: para que servem e o ensino e a escrita da História? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida *et al.* (org.). Qual o valor da História hoje? Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 21-39.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. Regimes de Historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de História. In: GABRIEL, Carmen T. MONTEIRO, A. M., MARTINS M. **Narrativas do Rio de Janeiro**: na aula de História. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

ALVES, Juliana e PEREIRA, Nilton Mullet (Org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Ensino%20de%20historia%20e%20suas%20praticas%20de%20pesquisa%20-%20e-book.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. **O fenômeno das fake news**: definição, combate e contexto. Revista Internet & Sociedade, v. 1, n. 1, fev. 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ALVES, Rubem. **Ao professor, com carinho**. São Paulo: Papirus, 2021.

ARAÚJO, A. Ávila. **O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 25, p. 01–17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e72673>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72673>. Acesso em: 14 set. 2023.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 9, revisada. ed. [S. l.]: Editora Perspectiva S/A, 2022, 2022. 424 p. ISBN 6555051078, 9786555051070.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez. . Acesso em: 12 jun. 2024, 2008.

BECKER, Beatriz; ARAÚJO, Francisco Moratorio. **Fake news**: uma definição possível entre a reflexão crítica e a experiência jornalística. Revista latino-americana de jornalismo, João Pessoa, Brasi, p. 34 a 53, 20 out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-375X.2020v7n2.47565>.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. **Fake news e as eleições de 2018 no Brasil**: Como Diminuir a Desinformação? 1ed. Curitiba: Editora Appris, 2020.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge

Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **8.1.2023 [recurso eletrônico]**:

#democraciainabalada / Supremo Tribunal Federal. Brasília: STF, Secretaria de altos estudos, pesquisas e gestão da informação, 2023. E-book (210 p.: il., fots. color.) ISBN: 978-85-54223-50-2. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/5572/1246196.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.

BRISOLA, Anna. **Competência crítica em informação**: mais que uma nomenclatura. Mídia e Cotidiano, 2021.

BURKE, P. **A Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

CAIMI, F. E. ; MISTURA, L. Análise de conteúdo e análise de discurso na pesquisa em ensino de História. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet. (Org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2021, v. 1, p.148-162.

CAIMI, F. **Fontes históricas na sala de aula**: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? Anos 90, Porto Alegre, v.15, n. 28, p.129-150, dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7963>.

CARDOSO, D. V. (2021). **O impacto das “fake news” na educação dos jovens do Brasil**. Revista Ibero-Americana de humanidades, ciências e educação, 7(6), 614–625. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i6.1417>.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: Era da informação, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CERRI, L. F. **Ensino de História e consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. In: DANTAS, Humberto *et al.* **Educação política**: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 3ed. 2010, p. 13-19.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. 3ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. 1ed. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DELGADO, Lucila de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente e ensino de História**. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p.19-34, 2013.

DOI: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v2i4.90>.

DERRIDA, J. **História da mentira**: prolegômenos. Estudos Avançados, v.10, n.27, p.7-39, maio 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000200002>.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, J.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004, p. 81-108.

DOMINGUES, Vanessa dos Reis. **Ensino de história do tempo presente na era das redes sociais**. Orientador: Temístocles Cezar. 2018.103f. Dissertação (Mestrado em ensino de História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DÓREA, Marcio Augusto Santos; MAGALHAES, Selma R. Ensinar Requer Dinamismo: os desafios do ensino de história na construção da cidadania. In: Letícia Machado dos Santos. (Org.). **Educação Básica com Intermediação Tecnológica**: tendências e práticas. 1ed. Salvador: Fast Design, 2015, v.3, p. 281-292.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **A História do Tempo Presente**: reflexões sobre um campo historiográfico. Grupo de Estudos do Tempo Presente, v. 12, n. 1, p.13-27, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33662/ctp.v12i01.15714>. Disponível em: <https://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>. Acesso em: 12 out. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente**: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1970.

FREITAS, Marina de; HEIDEMANN, Leonardo Albuquerque; ARAUJO, Ives Solano. **Educação nas sociedades do conhecimento**: o uso de recursos educacionais abertos para o desenvolvimento de capacidades de ação emancipatórias. Educação em Revista, v. 37, e20857, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469820857>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/h9pghNFCnCJTMZM6gW7j5pK/?lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2025.

FUNARI, Pedro Paulo. Roma: A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla. **História da cidadania**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente**: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p. 111-124, maio/jun., 2000.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRONZA, Marcelo; RODRIGUES Jr, Osvaldo (Orgs). **Ensino de História e internet**:

aprendizagens conectadas. São Paulo: Paruna Editora, 2021. Disponível em: https://www.paruna.com.br/wp_paruna/wpcontent/uploads/2022/02/ebook-ensino-de-historia-e-internet-paruna.pdf.

GHELLI, Alex Conrado. **Os desafios do ensinar história no século XXI e as potencialidades do letramento histórico na formação de estudantes do ensino fundamental**. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em ensino de História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro: São Gonçalo, 2023.

GOMES, Sérgio Roberto. **A ética política de Aristóteles**. 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/etica_politica_aristoteles.pdf. Acesso em: 6 jan, 2025.

GONTIJO, Rebeca. **Historiografia e Ensino da História na Primeira República**: algumas observações. Usos do Passado.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. 2023. **Relatório sobre os fatos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023**, [S. l.], 2023.

GUIMARÃES, S. Ensinar História: formar cidadãos no Brasil democrático. In: Selva Guimaraes. (Org.). **Ensino de Historia e cidadania**. 1ed. Campinas SP: Papirus, 2016, v.1, p. 75-106.

GUILLERMO, A. **A longa história das notícias falsas**. El País, Madri, jun. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/cultura/1528467298_389944.html. Acesso em: 16 set. 2018.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2014.

JARDIM, Hallini Izabel Ruberto. **Controle de informação: uma análise sobre o papel da censura e da fake news na história brasileira**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

JUNIOR, A. M. (2021). **A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico**. Cadernos Do Tempo Presente, 12(01), p. 13-27.
DOI: <https://doi.org/10.33662/ctp.v12i01.15714>.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

MARTINS, Everton Bandeira. **Cidadania**: o papel da história na construção de cidadãos plenos a partir de um olhar reflexivo e histórico. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, F. O. A. (2022). **Pós-verdade e adensamento social**: o jogo político em torno do assujeitamento na contemporaneidade. Passagens: Revista Internacional De História Política E Cultura Jurídica, 13(1), 148-167. DOI: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202113107> (original work published 31º de janeiro de 2021). DOI: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202113107>.

LUCIANO, Adriano Machado. **Sistema de Votação Eletrônico Brasileiro**: análise de sua segurança diante de seus processos/procedimentos de autoria. Anima Educação, Tubarão, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/26423>.

LUIZ, Thiago Cury. **O combate à desinformação sobre a tentativa de golpe**: intercorrências de pós-verdade, populismo e fact-checking. Galáxia (São Paulo), v. 48, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202362879>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MATOS, Júlia. **Os ideais de subjetividade e objetividade na história**: o paradigma da verdade. Disponível em: <http://www.uab.furg.br/course/view.php?id=1085>. Acesso em 10 ago. 2023.

MACÊDO, Paulo César. **Revisionismos e negacionismos sobre a ditadura civil militar no Brasil (2019-2022)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele R.; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MISTURA, L.; CAIMI, F. **O ensino de História no Brasil e seus pesquisadores**: breves notas sobre uma herança de tensões e proposições. Escritas do Tempo, v. 2, n. 5, p. 92-116, 19 out. 2020, p. 102. DOI: <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v2.i5.2020.92116>.

MOLINA, A. C.; BERENGUEL, O. L. **Deepfake**: The Evolution of fake news. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e56211629533, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i6.29533>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29533>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MONTEIRO, A.M.; MARTINS M. B. **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História**. Rio de Janeiro, Mauad X, p. 21-42, 2016.

MONTI, Carlo Guimarães. **A história do ensino de história e as perspectivas para o uso de documentos**. Saberes Compartilhados reflexões sobre educação e o ensino de história: Pimenta Cultural, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.005.288-306>.

MORAES, João Jorge De Martini. **Museu dos Negacionismos sobre Escravidão**: uma contribuição à História. Orientador: Amon Pinho. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

MOTA, Camilla Veras. **7 fatores que explicam os ataques de 8 de janeiro em Brasília.** BBC, 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cye7egj6y1no>>. Acesso em: 08, agosto e ano 2023.

MENESES, JP. **Sobre a necessidade de conceituar o fenômeno das fake news.** Observatório (OBS), 12 (5), 2018. DOI: <https://doi.org/10.15847/obsOBS12520181376>.

NASCIMENTO, Adilson Nobre do. **Invertendo a aula de História:** sequências didáticas com propostas de ensino híbrido utilizando o Google sala de aula para turmas do ensino médio. Orientador: Dilton Cândido Santos Maynard. 105 f.: il. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Segunda consideração intempestiva:** da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Tradução de: Unzeitgemässe Betrachtungen - Zweites Stük: Vom Nutzen und Nachtheil der Historie für das Leben.

O'DONNELL, G. **Delegative Democracy.** Kellogg Institute Working Papers, nº 192, 1992. .
PACHECO, L. C., & da Silva Paiva, V. A. *Fato e fake: desconstruindo as fake news através do ensino de história.* Revista Antígona, 2(2), 2022. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2763-9533/2022.2.2>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona/article/view/15322>.

PEREIRA, Matheus de Faria Pereira. **Lembrança do Presente:** ensaios sobre a condição histórica na Era da Internet. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

PIMENTEL JUNIOR, Francisco das Chagas Caldas. **“Fake news” e o ensino de história na Escola Dr Antônio Jorge Dino, em Sao Luis-MA, entre os anos de 2018 e 2021.** Dissertação (Mestrado Profissional) – Curso de Pós-graduação Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Tocantins, 2021.

RANGEL, Marcelo de Mello. **Sobre a utilidade e desvantagem da ciência histórica, segundo Nietzsche e Gumbrecht.** Dimensões, Rio de Janeiro, vol. 24, 2010, p. 208-241. Disponível em: [file:///C:/Users/luisf/Downloads/lucasbraga,+d24_10_marcelodemellorangel%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/luisf/Downloads/lucasbraga,+d24_10_marcelodemellorangel%20(1).pdf).

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. [livro eletrônico]. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php> ISBN 978-85-7216-695-9. Acesso em: 08 ago. 2023.

ROSANVALLON, Pierre. **A democracia (In) Acabada.** Ateliê de Humanidades, jul. 2018. Disponível em: <https://ateliêdehumanidades.com/2018/11/07/a-democracia-inacabada-entrevista-com-pierre-rosanvallon/>.

RUSEN, J. **Contribuições para uma Teoria da Didática da História.** Curitiba: W & A Editores, 2016.

RUSEN, J. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UNB, 2001.

SADDI, R. **Didática da história como sub-disciplina da ciência histórica**. História & Ensino, 16(1), 2010, p. 61–80. DOI: <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2010v16n1p61>.

SALAS, P. **Cuidado com a fábrica de mentiras**. Nova Escola, São Paulo, ed.312, p. 18-21, mai. 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson De Lucca (Org.). **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas**. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012. Disponível em: <http://www.aberta.org.br/livrorea/livro/home.html>. Acesso em 20 out. 2020.

SCHMIDT, Maria A. **Manuais de didática da história destinados à formação de professores e a constituição do código disciplinar da história no Brasil: 1935-1952**. História (São Paulo) v.30, n.2, p. 126-143, ago/dez 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000200007>.

SEGURADO, Rosemary. **Desinformação e Democracia**. [S. l.]: Editora Hedra, 2021. 130 p. ISBN 6589705348, 9786589705345.

SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, Daniel Pinha. **O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades**. Revista Tempo e Argumento, v. 9, n. 20, p. 99-129, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180309202017099>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338151136004/html/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

SILVA, Elaine Vieira Bento da. **Democracia militante e a crise democrática no Brasil**. Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023**. 1ed. Recife, PE : Editora Universidade de Pernambuco, 2023.

SILVA, Marcos e FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000200002>.

SILVA, Tammi Schalm da. **Fake News: como ensinar os alunos a lidarem com essa realidade?**. Rio Grande do Sul. Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

SOARES, Fagno da Silva . **Por uma história do presente: historiando para além das relações entre História Oral, Memória e Micro-História**. Perspectiva história, UFC , v. 2 , p. 8 - 28 ,

2015. ISSN: 24480789.

SOUZA, R. F. de, & Aldeia Duarte, R. (2021). **Sobre fake news e fake History**. *Mídia e cotidiano*, 15(3), p. 321-338. DOI: <https://doi.org/10.22409/rmc.v15i3.50671>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/50671/30078>.

SILVA, Paulo Gabriel de Lima. **Fake news e anonimato**: histórico, correlação, legislação internacional e o panorama legal do brasil. *Revista científica da UMC*, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 1-14, 6 set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/rmc.v15i3.50671>.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani; SILVA, Nilce da. **A modernidade líquida**: o sujeito e a interface com o fantasma. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 171-194, mar. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000100009&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 14 jun. 2024.

TORI, Romero. **Educação sem distância**: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo**. 1ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

UGALDE, M. C. P.; ROWEDER, C. **Sequência didática**: uma proposta metodológica de ensino-aprendizagem. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, Manaus, Brasil, v. 6, n. ed.especial, p. e99220, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31417/educitec.v6ied.especial.992>.

VICTOR ARAÚJO, R. **O uso de redes sociais como prática no ensino de história**. *Jamaxi*, 2(1), 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/1721>.

WENDLAND DE SOUZA, A., & LUCIA SPACIL RADDATZ, V. **Fake news e os fatores que caracterizam sua disseminação**. *Salão Do Conhecimento*, 6(6), 2020. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/1>.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.

ARTIGOS E REPORTAGENS

BBC NEWS BRASIL. **Infiltrados em protesto?** As fake news “importadas” dos EUA após eleição e invasão em Brasília. BBC, 13 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64243831>.

BBC NEWS BRASIL. **‘Sem invasão do Capitólio, não haveria o 8 de janeiro’**, diz cientista político americano. BBC, 28 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64421108>.

BRAGA, Mateus; COELHO, Glendha Cipriano; SOARES, Luana Carolina. **O impacto das fake news em atos antidemocráticos: um ensaio sobre o "8 de janeiro"**. *Jus Brasil*, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-impacto-das-fake-news-em-atos-antidemocraticos-um-ensaio-sobre-o-8-de-janeiro/1830295837>.

BRASIL DE FATO. **O bolsonarismo é um atentado à democracia.** Minas Gerais: *Artigo*, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2023/01/16/artigo-o-bolsonarismo-e-um-atentado-a-democracia>.

BRASIL DE FATO. **Entenda:** como um governo militarizado corrói a democracia brasileira. 31 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/31/entenda-como-um-governo-militarizado-corroi-a-democracia-brasileira>.

CAPITAL, C. (2018, outubro 29). **Bolsonaro em 25 frases polêmicas.** *CartaCapital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/Politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>.

CHEROLÉT, Brenda. **Saiba como a Finlândia usou aulas de Matemática e História para acabar com as fake news.** Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/saiba-como-a-finlandia-usou-aulas-de-matematica-e-historia-para-acabar-com-as-fake-news>. Acesso em: 12 jun. 2024.

INTERCEPT. **Depoimentos mostram que terroristas tiveram ônibus, hospedagem e até alimentação de graça para tentativa de golpe em Brasília.** Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/01/23/depoimentos-mostram-que-terroristas-tiveram-onibus-hospedagem-e-ate-alimentacao-de-graca-para-tentativa-de-golpe-em-brasilia/>. Acessado em: 25 de outubro de 2023.

INTERCEPT. **Invasão do Capitólio foi abertamente planejada, mas ignorada pela polícia.** Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/01/08/invasao-capitolio-ignorada-policia-eua/>. Acessado em: 25 de outubro de 2023.

JUSTIÇA ELEITORAL, Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. **Fake news PMs do Distrito Federal denunciam fraude em urnas eletrônicas.** Disponível em: <https://www.tre-mt.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos/eleicoes-2018/fakenews/fake-news-pms-do-distrito-federal-denunciam-fraude-em-urnas-eletronicas>. Acessado em: 25 de outubro de 2023.

JUSTIÇA ELEITORAL, Tribunal Superior Eleitoral. **Embaixada dos EUA afirma em nota que eleições brasileiras são exemplo para o mundo.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/embaixada-dos-eua-afirma-em-nota-que-eleicoes-brasileiras-sao-exemplo-para-o-mundo-633805>. Acessado em: 25 de outubro de 2023.

JUS BRASIL. **O impacto das fake news em atos antidemocráticos: um ensaio sobre o "8 de janeiro"**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-impacto-das-fake-news-em-atos-antidemocraticos-um-ensaio-sobre-o-8-de-janeiro/1830295837>. Acessado em: 25 de outubro de 2023.

JUSTIÇA ELEITORAL. **Fato ou Boato.** Recuperado 25 out. 2023. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/checagens/fato-ou-boato-votos-das-eleicoes-2022-divulgados-por-site-sao-falsos/>.

MENEZES, L. F. **Vídeo em que mesários inserem votos falsos em urnas foi gravado na**

Rússia, não nos EUA. Aos Fatos, 6 nov. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/video-em-que-mesarios-inserem-votos-falsos-em-urnas-foi-gravado-na-russia-nao-nos-eua/>.

NOTÍCIAS UFJF. As fragilidades da democracia brasileira. Juiz de Fora: UFJF, 15 set. 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/09/15/as-fragilidades-da-democracia-brasileira/>.

PESCIOTTA, N. 5 “fake news” sobre a Ditadura Militar. Ubes - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2020/5-fake-news-sobre-a-ditadura-militar-brasileira/>.

SANT’ANNA, L. Saiba as semelhanças das invasões ao Capitólio e às sedes dos Três Poderes no Brasil. CNN Brasil, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/saiba-as-semelhancas-das-invasoes-ao-capitolio-e-as-sedes-dos-tres-poderes-no-brasil/>.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro ataca ministros do STF e TSE e ameaça: “Que isso custe a minha vida!”. Política, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5028273-bolsonaro-ataca-ministros-do-stf-e-tse-e-ameaca-que-isso-custe-a-minha-vida.html>.

SOUZA, Talita de. 8 de janeiro: câmeras do STF mostram recuo da Polícia Militar do DF. Política, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5068916-8-de-janeiro-cameras-do-stf-mostram-recuo-da-policia-militar-do-df.html>.

UOL. Mídia internacional compara ações terroristas em Brasília à invasão do Capitólio. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/01/08/midia-internacional-compara-acoes-terroristas-em-brasilia-a-invasao-do-capitolio.htm>. Acessado em: 25 de outubro de 2023.

VIVANCO, J. M. Brasil: Bolsonaro ameaça pilares da democracia. Human Rights Watch, 15 set. 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/09/15/379911>.

A silhouette of a person's head and hand against a bright yellow background. The person is wearing a cap and has their hand raised to their forehead in a thoughtful or contemplative pose.

MANUAL DIDÁTICO PARA A PROFESSORA E O PROFESSOR DE HISTÓRIA



A INFLUÊNCIA DAS FAKE NEWS NOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023: REFLEXÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA





PROF **HISTÓRIA**
UFU



A INFLUÊNCIA DAS FAKE NEWS NOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023: REFLEXÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

DESENVOLVIDO POR:

Luis Fernando Barbosa Rodrigues

ORIENTADO POR :

Prof. Dr. Amon Santos Pinho

APRESENTAÇÃO

Professoras e Professores de História,

Esta proposição pedagógica é um requisito do programa de pós-graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Seu objetivo principal é a aplicação na educação básica, visando aprimorar a prática docente dos professores de História no Brasil.

Consequentemente, as discussões e atividades aqui propostas estão em consonância com a temática abordada na minha dissertação de mestrado: *A influência das fake news nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023: reflexões para o ensino de História*. A percepção da necessidade de abordar esse tema surgiu a partir das minhas experiências como professor de História.

Desde o início da minha carreira docente, em 2021, percebi a necessidade de trabalhar com uma temática que estruturasse três eixos de forma integrada: ensino de História, *fake news* e democracia, especialmente no contexto do ataque antidemocrático de 8 de janeiro de 2023.

Na condição de professor de História da educação básica na rede pública de ensino, meu objetivo é utilizar o ensino de História como aliado na conscientização e diminuição da propagação de notícias falsas. Além disso, este material busca interpelar e evidenciar uma problemática contemporânea que afeta diretamente o ensino de História.

Devido à complexidade de reflexão teórica dos assuntos aqui inseridos, indico que esse seja utilizado no ensino médio. Ademais, ressalto que todas as abordagens contempladas no presente documento são de cunho sugestivo, e consequentemente pode haver adaptações.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



RECADO À PROFESSORA E AO PROFESSOR

Enveredar imediatamente após a minha graduação em um programa de mestrado foi, sem dúvida, uma oportunidade ímpar e, ao mesmo tempo, muito desafiadora. Porém, ao olhar para o início dessa trajetória, até a culminação deste produto, percebo que tudo valeu a pena, principalmente pela maneira como as discussões oferecidas pelo programa transformaram minha visão sobre o que é ser professor.

Confesso que, em diversos momentos, me deparei com uma certa ansiedade quanto à escolha do tema. Afinal, trabalhar com a história do tempo presente é de extrema importância, mas traz inúmeros desafios, especialmente no trato com as fontes de informação e, nesse caso, com as fontes de desinformação.

No entanto, à medida em que eu lidava com as fontes e vivenciava experiências em sala de aula, percebia que não poderia abandonar esse recorte temático, cujas nuances foram trabalhadas sob a perspectiva do 8 de janeiro. Inicialmente, eu buscava incansavelmente a famosa “receita de bolo” para responder à seguinte pergunta: Como as *fakes news* podem ser “combatidas” através do ensino de História?

Entretanto, essa era uma missão impossível de ser alcançada. Muitas vezes, devido a uma série de fatores, o professor não consegue, sequer, desenvolver uma aula com qualidade. Agora, imagine combater um problema tão relevante quanto as *fake news*, que se sofisticam cada vez mais com a utilização de dispositivos eletrônicos.

Consequentemente, ao encarar essa realidade e abandonar a minha ilusão de “herói” solucionador de problemas, compreendi que a contribuição do professor de História está muito mais atrelada à conscientização no desenvolvimento de uma aula crítica, na qual o estudante esteja exposto aos problemas que o cercam e saiba criticá-los.

À primeira vista, isso pode parecer uma tarefa fácil. Afinal, conforme apresentado, o ensino de História pode ser um aliado poderoso na problemática das *fake news*, desde que engaje o aluno na discussão através da análise de fontes e do debate cidadão e político.

No entanto, no atual contexto, marcado fortemente por um sistema educacional sucateado e influenciado por ideologias capitalistas, que muitas vezes veem os estudantes da educação básica somente como futuras mãos de obra, e em que alguns de nossos representantes negam a cientificidade do conhecimento, essa se torna uma

missão extremamente desafiadora para todos os professores, especialmente os de História.

Por isso, é necessário que, diante deste cenário, nossa luta enquanto professores se intensifique. Utilizando a velha e poderosa “arma do conhecimento”, precisamos resistir e persistir. Espero que este material, para mim um símbolo de resistência, seja trabalhado por diversos professores e professoras com o mesmo sentimento.

Também espero que minha inquietação sobre as *fakes news* e como elas foram usadas em um dos momentos mais assombrosos da História do Brasil possa também incomodar nossos alunos. Afinal, apesar de suas fragilidades, nossa democracia política ainda garante diversos direitos civis e políticos.

Nesse sentido, meu desejo é que esse material de orientação pedagógica e as discussões propostas nele sirvam como meio para alcançar esse incômodo, promovendo jovens e adultos mais questionadores e conscientes sobre o que é aqui discutido. Para muitos, isso pode respingar na velha concepção de professor recém-formado, mas creio que isso respinga mais sobre o compromisso ético, com o qual me comprometi ao me tornar professor.

Caros professores, a docência é um caminho árduo, mas vagarosamente podemos colher bons frutos! Então, desejo a vocês bons votos de resistência!

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES BNCC

CIÊNCIAS HUMANAS ENSINO MÉDIO

Competência 1:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (BNCC, 2018, p.559).

Habilidade (EM13CHS101):

Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais (BNCC, 2018, p.558).

Competência 5:

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos (BNCC, 2018, p.558).

Habilidade (EM13CHS504):

Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas (BNCC, 2018, p.554).

Competência 6:

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BNCC, 2018, p.558).

Habilidade (EM13CHS603):

Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas (BNCC, 2018, p.565).

ORGANIZAÇÃO

Professoras e professores em diálogo

Destinada a breves reflexões sobre o assunto que será discutido no módulo.

Fontes de apoio

Material sugestivo para ser trabalhado na aula (reportagens, textos, charges, esquemas).

Reflexões a professora e ao professor

Objetiva refletir os principais pontos que poderão ser trabalhados nas fontes de apoio.

Sugestão de atividades

Propostas de atividades individuais e coletivas para serem aplicadas em sala de aula.

SUMÁRIO

SEQUÊNCIA DIDÁTICA I: A DEMOCRACIA, PÓS-VERDADE E FAKE NEWS

MÓDULO I: O QUE É DEMOCRACIA? - 10

MÓDULO II COMPREENDENDO A PÓS-VERDADE - 18

MÓDULO III: O QUE SÃO FAKE NEWS? - 24

SEQUÊNCIA DIDÁTICA II: AS FAKE NEWS E O 8 DE JANEIRO DE 2023

MÓDULO I: A FRAGILIDADE DEMOCRÁTICA NO BRASIL: AS FAKE NEWS E OS ATAQUES ANTIDEMOCRÁTICOS DO 8 DE JANEIRO -32

MÓDULO II: AVERIGUANDO AS FAKE NEWS DO 8 DE JANEIRO DE 2023 – 41

ANEXOS - 52

REFERÊNCIAS - 54



SEQUÊNCIA DIDÁTICA I: A DEMOCRACIA, PÓS-VERDADE E FAKE NEWS



MÓDULO I: O QUE É A DEMOCRACIA?

OBJETIVOS:

- ✓ Compreender o conceito de democracia e suas nuances de significações em diferentes temporalidades históricas.
- ✓ Relacionar o conceito de democracia como forma de promoção há uma educação que fortaleça a cidadania e o espírito crítico dos jovens brasileiros.

DESTINATÁRIO:

- ✓ Alunos do ensino médio (1º ao 3º ano).

QUANTIDADE DE AULAS ESTIMADAS:

- ✓ 02 horas/ aula

HABILIDADES DESENVOLVIDAS INSERIDAS NA BNCC DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENSINO MÉDIO

(EM13CHS603): Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas (BNCC, 2018, p. 565).

RECURSOS PEDAGÓGICOS

- ✓ Textos de apoio
- ✓ Cartolinas
- ✓ Computadores (caso possível)

PROFESSORAS E PROFESSORES EM DIÁLOGO

Caro(a) professor(a),

Estamos prestes a iniciar um importante estudo sobre a democracia no Brasil, no qual discutiremos sua estrutura, importância e os desafios que enfrenta atualmente. Ao longo deste trabalho, vamos explorar:

A **fragilidade da democracia**: analisaremos os fatores que tornam nosso sistema democrático vulnerável, incluindo questões históricas, sociais e políticas que influenciam sua estabilidade.

Interferência das fake news: investigaremos como a disseminação de informações falsas pode impactar negativamente o processo democrático.

Como sugestão, para iniciarmos, proponho que discutamos o conceito de democracia. Para isso, será preciso contemplar sua origem e suas aplicabilidades em algumas temporalidades históricas.

Nesse sentido, é sempre importante pensarmos sobre quais maneiras podemos incentivar nossos estudantes a se tornarem cidadãos mais críticos e participativos perante a nossa sociedade, e, sobretudo, qual o papel da escola diante disso.

Proponho, portanto, que reflitamos sobre a ideia de que democracia é muito mais do que um sistema político; é um princípio que permeia diversos aspectos da sociedade. A participação ativa dos cidadãos é um pilar fundamental da democracia. Refletir sobre a importância de fomentar a participação nas decisões coletivas pode ajudar a entender melhor este conceito.

Em suma, a democracia deve garantir igualdade e justiça para todos. Considerar como esses valores são promovidos em nosso ambiente escolar pode ser uma forma de entender sua importância na sociedade.

FONTES DE APOIO

FONTE I: VOCÊ SABE MESMO O QUE É DEMOCRACIA? REGIME MUDOU AO LONGO DA HISTÓRIA...

Renato Cancian – 28 de outubro de 2022.

O termo democracia surgiu na Antiguidade Clássica, em Atenas, na Grécia, para designar a forma de governo que caracterizava a administração política dos interesses coletivos dos habitantes das cidades-Estado. Na Idade Média, o termo caiu em desuso. Ele só reapareceria por volta do século XVIII, durante as revoluções burguesas que eclodiram no mundo ocidental. No século XX, a democracia voltou a ser objeto de grande interesse. Isso aconteceu especificamente a partir da década de 1950, quando as sociedades ocidentais haviam passado por períodos de violência armada entre vários Estados, em decorrência das duas guerras mundiais.

No século XX, a democracia voltou a ser objeto de grande interesse. Isso aconteceu especificamente a partir da década de 1950, quando as sociedades ocidentais haviam passado por períodos de violência armada entre vários Estados, em decorrência das duas guerras mundiais.

A “vontade do povo”, a democracia, teve diferentes significados em cada um dos períodos históricos mencionados. Na Antiguidade Clássica, o critério utilizado pelos gregos para definir um governo democrático foi a “fonte” ou “origem” da autoridade política. Para os gregos “demos” significa povo e “kratos” significa poder. Na concepção idealista da democracia grega, o poder ou “vontade do povo” se manifestava nas assembleias públicas das cidades-Estado. Nelas os cidadãos reuniam-se para tomar decisões políticas de interesse da comunidade.

Nessa modalidade de governo, também chamada democracia direta, os cidadãos gregos (as mulheres, os escravizados e os estrangeiros não eram considerados cidadãos) participavam das discussões em torno de determinado assunto e tomavam decisões, sem necessidade de escolher representantes.

A concepção moderna de democracia surgiu a partir do século XVIII, com as revoluções burguesas que derrubaram as monarquias absolutistas. A democracia recuperou o princípio da cidadania: os homens deixaram de ser súditos (subordinados a um rei) para se transformar em cidadãos. O princípio básico do funcionamento da democracia moderna é o direito dos cidadãos de participarem dos assuntos de interesse coletivo a partir do voto.

Texto adaptado – Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/10/28/o-que-e-democracia-e-como-esse-regime-politico-mudou-ao-longo-da-historia.htm?cmpid=copiaecol>



Leia na íntegra

FONTE II: O QUE É A DEMOCRACIA

O QUE É A DEMOCRACIA?

A democracia é um regime político, ou seja, é uma forma de organização do conjunto de instituições políticas do Estado.

E O QUE CARACTERIZA ESSE REGIME?

De acordo com Robert Dahl (1915-2014), um dos principais teóricos políticos, um regime democrático pleno deve cumprir duas condições:

- IGUALDADE!**
- PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**
Quanto mais o sistema político permite a participação dos seus cidadãos, mais democrática é a nação!
- CONTESTAÇÃO DO GOVERNO**
Em um país democrático, grupos de oposição devem ter liberdade para contestar as decisões de quem está no poder!

QUAIS SÃO OS TIPOS DE DEMOCRACIA?

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

O modelo de democracia representativa significa que o povo delega o seu poder de decisão política a outras pessoas, geralmente por meio do voto.

O objetivo principal é que os cidadãos tenham o direito de escolher quem vai ocupar determinado cargo eletivo.

Os princípios desse modelo são:

- Sufrágio universal;
- Observância constitucional;
- Igualdade de todos perante a lei;
- Mandatos eletivos com temporalidade definida.

DEMOCRACIA DIRETA

Na democracia direta toda e qualquer pessoa pode participar diretamente da tomada de decisões.

A principal característica desse sistema é que a própria população decide diretamente sobre o que é de interesse público da cidade.

Ou seja, a população não delega o seu poder de decisão!

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A democracia participativa pode ser chamada também de semidireta: é um modelo democrático que está entre a democracia direta e a representativa.

O principal objetivo é proporcionar a oportunidade de participação às pessoas. Cria-se uma conexão direta entre o governo e o povo.

Os mecanismos utilizados para isso são:

- referendos;
- plebiscitos;
- iniciativa popular;
- audiência pública;
- conselhos municipais;
- orçamento participativo.

politize!

Disponível em: https://www.politize.com.br/democracia-o-que-e/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwpZWzBhC0ARIsACvjWROftFLFI6tyRi3rrHPuveudLmtejZEzHzlcWubKyODonp8CVeni2UaAuDaEALw_wce

FONTE III: CHARGE

Por Redação RBA

Publicado 08/07/2020 - 15h06



Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/movimentos-e-entidades-organizam-neste-fim-de-s>

SUGESTÃO DE LEITURA

"Desinformação e democracia" da autora Rosemary Segurado, propõe uma reflexão sobre a indústria de produção e disseminação de informações falsas. As plataformas digitais foram fundamentais para diminuir o impacto do distanciamento social durante a pandemia da Covid-19. A internet e as redes sociais digitais passaram a ser a janela para o mundo para muitos e através dela eram realizadas atividades profissionais, encontros entre amigos e familiares, compras e vendas online, aulas, consultas médicas e acesso à cultura.

Disponível em: <https://1nk.dev/tDe78>



REFLEXÕES À PROFESSORA E AO PROFESSOR

Professores (as), é importante que os seguintes tópicos apresentados nas fontes sejam abordados:

Na Fonte I pode-se observar como o conceito de democracia surgiu e como ele é abordado em diversos contextos e períodos. Além disso, é sugestivo destacar que o termo não faz alusão a somente um contexto político. Assim, segue resumidamente a sequência do que foi apresentado no texto.

- ✓ Origem na Antiguidade Clássica: Surgiu em Atenas, Grécia, para a administração política das cidades-estados.
- ✓ Desuso na Idade Média: O termo caiu em desuso durante a Idade Média.
- ✓ Reaparecimento no século XVIII: Reapareceu com as revoluções burguesas no mundo ocidental.
- ✓ Renovado Interesse no século XX: O interesse cresceu após as duas guerras mundiais, especialmente a partir da década de 1950.
- ✓ Democracia Moderna: Surgiu no século XVIII, com o princípio de cidadania e participação coletiva através do voto.

Na fonte II, o infográfico traz três percepções de democracia. Nesse ponto, recomendo que cada uma delas seja comentada de modo a ampliar a visão sobre o conceito. Também, pode-se questionar o estudante sobre qual sistema vigora na realidade atual do Brasil, e assim poderiam questioná-los sobre sugestões de melhorias.

Na fonte III, é apresentado uma charge política que mostra um oficial militar em uma posição de destaque, manipulando um pêndulo hipnótico diante de uma multidão. Ele diz: "Repitam comigo: vivemos numa democracia". Isso representa uma ironia, uma vez que existe a contraposição entre democracia e ditadura. Nesse sentido os seguintes tópicos podem ser abordados:

- ✓ **Definição de Democracia vs. Ditadura:** Comparar e contrastar os princípios da democracia com as características de um regime autoritário ou ditatorial.
- ✓ **Liberdade de Expressão e Censura:** Discutir a importância da liberdade de expressão em uma democracia e como a censura pode ser usada para controlar a narrativa pública.
- ✓ **Papel da Ensino de História na Formação Política:** Destacar a necessidade da educação cívica para que os cidadãos possam identificar e resistir à manipulação e propaganda política.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE I: CRIANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivo:

Desenvolver a capacidade crítica e criativa dos alunos, estimulando-os a pensar em formas práticas e inovadoras de promover e fortalecer a democracia no Brasil.

Descrição da Atividade:

Os alunos serão divididos em grupos e cada grupo terá a missão de criar uma proposta de política pública destinada a promover a democracia no Brasil. A proposta deve ser apresentada em formato de projeto, com objetivos claros, justificativas, ações planejadas e métodos de implementação.

Passos da Atividade:

Divisão dos Grupos: Divida a turma em grupos (caso possível).

Observação: A atividade pode ser desenvolvida de forma individual.

Escolha do Tema: Cada grupo deve escolher um aspecto específico da democracia para focar sua política pública. Exemplos incluem: Educação Cívica; Transparência Governamental; Participação Popular; Combate à Desinformação; Direitos Humanos.

Pesquisa: Os grupos devem realizar uma pesquisa preliminar sobre o tema escolhido, identificando os principais desafios e oportunidades.

Desenvolvimento da Proposta: Os grupos devem elaborar uma proposta de política pública que inclua os seguintes itens:

Título do Projeto: Nome claro e conciso para a política pública.

Objetivo: O que a política pública pretende alcançar.

Justificativa: Razões pelas quais a política é necessária e os benefícios esperados.

Ações Planejadas: Passos específicos que serão tomados para implementar a política.

Apresentação: Cada grupo deve preparar uma apresentação de 10 a 15 minutos para expor sua proposta para a turma. A apresentação pode incluir slides, cartazes ou outros recursos visuais.

Saiba mais sobre como
criar Políticas públicas:



Debate e Feedback: Após cada apresentação, a turma pode fazer perguntas e dar feedback. Os alunos devem estar preparados para defender suas propostas e considerar sugestões de melhoria.

De acordo com as discussões e sugestões de textos, os alunos poderão responder às seguintes perguntas:

- 1- Como a concepção de democracia na Antiguidade Clássica, especificamente em Atenas, diferia da concepção moderna de democracia que surgiu a partir do século XVIII? Explique as principais características e diferenças entre essas duas formas de democracia.
- 2- Quais fatores históricos contribuíram para o ressurgimento do interesse pela democracia no século XX, especialmente a partir da década de 1950?
- 3- Compare os três tipos de democracia apresentados no infográfico (representativa, direta e participativa). Quais são as principais características e diferenças entre esses modelos de governo?
- 4- De acordo com Robert Dahl, quais são as duas condições fundamentais para que um regime seja considerado democraticamente pleno? Explique como essas condições contribuem para a democracia.
- 5- Analise a charge apresentada e discuta como ela critica a relação entre aparência e realidade em regimes que se autodenominam democráticos. Em sua resposta, considere os elementos visuais e textuais da charge, bem como o contexto histórico e político que podem estar sendo abordados

SUGESTÃO DE VÍDEO

Mario Sergio Cortella - Democracia em vertigem

A democracia é uma forma de viver em sociedade, que precisa de constantes cuidados e vigília. Justamente por admitir a existência de divergências e visões de mundo diferentes, muitas vezes, corremos o risco de ultrapassar uma linha muito tênue que separa o conflito do confronto.



SUGESTÃO DE LEITURA E DOCUMENTÁRIO

DEMOCRACIA INABALADA

No livro, Democracia Inabalada, consta parte do discurso do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Ubiratan Cazetta, em defesa do Estado Democrático de Direito, em virtude dos episódios de 8 de janeiro, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF. A publicação é uma iniciativa da Suprema Corte.

O livro conta com oito capítulos e é composto também pelos relatos de ministros, servidores e colaboradores entrevistados para o documentário, além de uma galeria de fotos da destruição e reconstituição dos espaços atingidos pelos extremistas.

A declaração ocorreu durante a cerimônia de abertura do Ano Judiciário de 2023, no Plenário do STF, onde Ubiratan Cazetta se pronunciou enquanto coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).

“Temos o compromisso com o Estado de Direito e a democracia inabalada. A sociedade se fortalece na forma como reage a momentos de exceção e como faz sua reconstrução.”, destacou Ubiratan Cazetta, à época.

Fonte: <https://www.anpr.org.br/comunicacao/noticias/ubiratan-cazetta-integra-publicacao-do-supremo-tribunal-federal-sobre-o-8-1>



MÓDULO II: COMPREENDENDO A PÓS-VERDADE

OBJETIVOS:

- ✓ Compreender o conceito de pós-verdade e suas nuances de significações em diferentes temporalidades históricas.
- ✓ Relacionar o conceito de democracia como forma de promoção de uma educação que fortaleça a cidadania e o espírito crítico dos jovens brasileiros.

DESTINATÁRIO:

- ✓ Alunos do ensino médio (1º ao 3º ano).

QUANTIDADE DE AULAS ESTIMADAS:

02 horas/ aula

HABILIDADES DESENVOLVIDAS INSERIDAS NA BNCC DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENSINO MÉDIO

Habilidade (EM13CHS504): Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas. (BNCC, 2018, p.554).

RECURSOS PEDAGÓGICOS

- ✓ Textos de apoio
- ✓ Computadores (caso possível)

PROFESSORAS E PROFESSORES EM DIÁLOGO

Caros, professores e professoras! Iniciaremos a partir de agora a segunda etapa do nosso trabalho! Vivemos em uma era onde a informação circula em velocidade e quantidade sem precedentes, e discernir o verdadeiro do falso tornou-se um desafio diário. Nesse sentido, a pós-verdade, em 2016, foi eleita a palavra do ano pelo dicionário Oxford. Isso se deve à compreensão de que em situações e áreas diversas as pessoas valorizam, ou traduzem enquanto verdade, uma informação que não pode ser validada por uma comunidade científica. Logo, nós professores precisamos explorar este conceito e entender por que ele é crucial para a formação crítica dos nossos estudantes.

Segundo o Doutor em educação Gilson Cruz Junior:

Entre as principais demandas da pós-verdade na educação, está o desafio da formação de sujeitos dotados dos modos de agir e pensar capazes de contribuir com o fortalecimento da democracia na era digital. Essa meta implica o reconhecimento não só de novos mecanismos de participação social, mas principalmente de formas de sujeição e dominação emergentes. Em relação a estas, observa-se um deslocamento da ênfase em práticas de silenciamento e censura para o seu oposto, isto é, para a banalização da expressão livre e reiterada. Atualmente, a popularização de meios de comunicação reticular alimenta a esperança na fundação de ramificações on-line da esfera pública, nas quais cada cidadão tem o poder de se manifestar abertamente sobre quaisquer temas (Junior, 2020).

Por isso, para iniciar a aula, seria de grande relevância discutir sobre a utilização da internet no cotidiano dos estudantes, e tentar buscar compreender quais são as páginas em que navegam, na internet, para a obtenção de informação. Além disso, é importante fazer uma breve reflexão sobre como a internet impacta as nossas vidas de forma positiva e negativa. Nesse momento, pode-se usar como exemplo o trabalho de influência, desenvolvido por influenciadores digitais na presencialidade.

FONTES DE APOIO

Dada as reflexões iniciais e colhidos os apontamentos, os seguintes textos poderão ser trabalhados, de forma a definir sobre o que é a pós-verdade. Nesse sentido, poderão ser apresentadas as definições da Academia Brasileira de Letras:

FONTE I: DEFINIÇÕES DA PÓS-VERDADE- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

1. Informação ou asserção que distorce deliberadamente a verdade, ou algo real, caracterizada pelo forte apelo à emoção, e que, tomando como base crenças difundidas, em detrimento de fatos apurados, tende a ser aceita como verdadeira, influenciando a opinião pública e comportamentos sociais.

s.2g.

2. Contexto em que asserções, informações ou notícias verossímeis, caracterizadas pelo forte apelo à emoção, e baseadas em crenças pessoais, ganham destaque, sobretudo social e político, como se fossem fatos comprovados ou a verdade objetiva.

adj.2g.2n.

3. Diz-se de política, era, etc. caracterizada pela pós-verdade.

Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>

FONTE II: EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE E DE REDES SOCIAIS

Vivemos em tempo de pós-verdade, no qual o apelo às emoções e às crenças, em detrimento da razão e da objetividade, de um lado, e também o uso de novas tecnologias na disseminação de informações em tempo real, via redes sociais, de outro, tem levado à manipulação de dados e informações. Esses são fenômenos que dificultam a tomada de decisão e exigem muita reflexão e cuidado no consumo de notícias e informações, especialmente as difundidas por redes sociais.

A era da pós-verdade é uma realidade, na qual, em lugar de se valorizar a reflexão sobre ideias, fatos, acontecimentos, argumentos e sobre a própria verdade, prioriza-se a manipulação dos instintos mais primitivos do ser humano, com discussões de aparente coerência e formulações que forçam ou provocam reações e comportamentos emocionais e/ou irados, em geral voltados para a desqualificação dos interlocutores que defendem pautas, programas ou doutrinas que contrariem os interesses do *establishment*.

As redes sociais, por sua vez, graças ao desenvolvimento científico e tecnológico, democratizaram a transmissão em tempo real de fatos, notícias ou acontecimentos, mas sem filtros nem meios de punir a veiculação de notícias falsas, mentirosas, difamatórias ou até criminosas.

As redes sociais são, de um lado, importantes ferramentas de inclusão digital e social, que ampliam a democracia, aproximam e dão voz às pessoas, possibilitando a troca de experiência, e, de outro, instrumentos eficazes e ágeis de que se valem criminosos, mercenários, ressentidos, vaidosos e alienados, para inventar situações ou reproduzir “notícias” falsas ou não checadas e espalhar a discórdia, seja em defesa de interesses políticos/ideológicos ou em troca de vantagens materiais, seja para serem aceitos em

certos grupos ou para serem os primeiros a dizer algo.

Por tudo isso é que se deve, como regra, antes de repassar informação ou notícia recebida via rede social, checar as fontes e verificar os interesses que estão por trás de cada post, especialmente neste ambiente de disputa política e ideológica, no qual há muita manipulação e pouco cuidado em separar a mentira da verdade. E o melhor remédio para enfrentar essa nova realidade é a educação e a formação política e cívica, para que o cidadão saiba compreender não apenas os conteúdos, mas também os interesses que eles representam.

Texto adaptado – Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/em-tempos-de-pos-verdade-e-de-redes-sociais/>

**Leia o texto na
íntegra**



REFLEXÕES À PROFESSORA E AO PROFESSOR

Professores, é importante que os seguintes tópicos apresentados sejam abordados:

Primeiramente, devemos considerar que o conceito de pós-verdade é um neologismo que destaca o apelo às emoções e crenças em detrimento da razão e objetividade. Sugiro, como exemplo, a pandemia de Covid-19, durante a qual ficou evidente a utilização da pós-verdade para manipular a opinião pública e disseminar desinformação. Nesse contexto, muitas teorias conspiratórias e informações falsas ganharam força, impactando diretamente a adoção de medidas preventivas, como o uso de máscaras e a vacinação.

Por isso, é necessário enfatizar a responsabilidade no consumo de informação, de checar fontes e verificar os interesses por trás das informações antes de repassá-las. Logo, pode-se comentar sobre a necessidade de reflexão cuidadosa ao consumir notícias e informações, e consequentemente deve haver a valorização da análise crítica sobre ideias, fatos e argumentos.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE I: DEBATE SOBRE O TEMA

Proponho, como atividade, a realização de um debate que vise encaminhar a problemática e, conseqüentemente, levar os estudantes a propor ações para lidar com a pós-verdade.

1º Momento: Manipulação de Dados e Informações:

Sugiro que, nesse momento, você analise como a pós-verdade usa apelos emocionais para manipular dados e influenciar opiniões. Logo, poderá haver um debate sobre a dificuldade que essa manipulação impõe na tomada de decisões informadas.

Exemplo: Episódio de 8 de janeiro de 2023 - Pode ser abordada a maneira como grupos opositores ao resultado eleitoral espalharam teorias da conspiração e informações falsas que alegavam que a eleição havia sido fraudada.

2º Momento: Influência Emocional e Comportamental:

Discuta como a pós-verdade provoca reações emocionais intensas.

Refletir sobre como essa manipulação emocional é usada para desqualificar opiniões divergentes.

Exemplo: Episódio de 8 de janeiro de 2023 A manipulação emocional ocorreu ao se explorar o medo de uma "ameaça iminente" à democracia e ao apresentar a eleição como um golpe contra a vontade popular. Esse apelo emocional intensificou a sensação de urgência e injustiça entre os apoiadores, levando a uma reação extrema e violenta.

Divisão dos Grupos:

Grupo A: Argumenta que a pós-verdade tem um impacto negativo significativo na sociedade e na educação.

Grupo B: Defende que, embora problemática, é possível combater a pós-verdade através de estratégias educacionais eficazes.

Fases do Debate:

Apresentação dos Argumentos: Cada grupo apresenta seus pontos de vista iniciais.

Discussão e Rebate: Grupos debatem e refutam os argumentos uns dos outros.

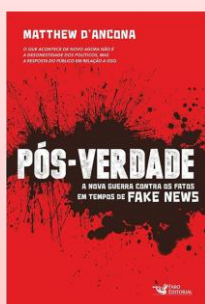
Perguntas do Moderador: O moderador faz perguntas para aprofundar a discussão.

Conclusão e Reflexão: Cada grupo apresenta suas considerações finais.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE II: QUESTÕES DISCURSIVAS

- 1- Como a definição de pós-verdade da Academia Brasileira de Letras ajuda a entender a manipulação da opinião pública na era digital?
- 2- Quais são os principais desafios impostos pela era da pós-verdade à tomada de decisões informadas?
- 3- De que maneira as redes sociais contribuem tanto para a democratização da informação, quanto para a propagação de notícias falsas?
- 4- Qual é o papel da educação e formação política e cívica no combate à pós-verdade, segundo o texto?

SUGESTÃO DE LEITURA



Desprezo pelo jornalismo tradicional, negação de evidências científicas, disseminação do ódio – na era da pós-verdade e das *fake news*, o sonho da comunicação sem intermediações que a internet e as redes sociais pareciam anunciar transformou-se em uma realidade tão preocupante quanto perigosa, capaz de ameaçar a existência da democracia tal qual a conhecemos. Entender o funcionamento de elementos como os bots, a indústria de notícias falsas e os algoritmos é o primeiro passo para deter a avalanche de obscurantismo e manipulação que atinge o Brasil e o mundo.

Disponível em: <https://acesse.one/MSVtu>

AMPLIE O DEBATE

Caros colegas,

O assunto pode ser ampliado a partir da perspectiva da pandemia de COVID-19. Nesse sentido, seria interessante destacar o quanto o conhecimento científico foi atacado durante esse período. Por exemplo, pode-se abordar a negação do conhecimento sobre a vacina.

Também seria de grande valia o comentário sobre o negacionismo histórico, ato de negar-se a acreditar em uma informação estabelecida em áreas como a ciência e a história.

SUGESTÃO DE TEXTO



OBJETIVOS:

- ✓ Entender o conceito de *fake news* e o seu delineamento na temporalidade contemporânea.
- ✓ Demonstrar aos estudantes como um projeto de lei é criado.
- ✓ Estimular os estudantes a compreender a sua participação cívica perante a sociedade.

DESTINATÁRIO:

- ✓ Alunos do ensino médio (1º ao 3º ano)

QUANTIDADE DE AULAS ESTIMADAS:

- ✓ 03 horas/ aula

HABILIDADES DESENVOLVIDAS INSERIDAS NA BNCC DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENSINO MÉDIO

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas (BNCC, 2018, p. 554).

RECURSOS PEDAGÓGICOS

- ✓ Textos de apoio
- ✓ Protipo de Projeto de Lei
- ✓ Computadores (caso possível)

PROFESSORAS E PROFESSORES EM DIÁLOGO

Caros(as) Professores(as),

Sabemos que a prática da utilização de inverdades transcorre por diversas temporalidades históricas. Segundo Matthew D’Ancona:

A mentira é parte integrante da política desde que os primeiros seres humanos se organizam em tribos. Os antropólogos assinalam a importância do engodo em sociedades primitivas, sobretudo, mas não exclusivamente, quando lidavam com forasteiros. Platão atribui a Sócrates a noção da “nobre mentira”: um mito que inspira a harmonia social e a devoção cívica. No Capítulo XVIII de *O Príncipe*, Maquiavel recomenda ao governante ser “um grande fingidor e dissimulador” (D’Ancona, p. 32, 2018).

No entanto, no século XXI com a velocidade de transmissão de informações, principalmente através das redes sociais essas inverdades são espalhadas em uma quantidade muito mais expressiva. Para isso é preciso repensar a sua significação na contemporaneidade.

Sob influência contemporânea estadunidense o termo *fake news* é amplamente divulgado nos mais diversos lugares e veículos de comunicação. As inverdades podem ser facilmente compreendidas enquanto informações fabricadas ou distorcidas, projetadas para se assemelhar a notícias legítimas e enganar os leitores.

Geralmente elas são produzidas de forma intencional, com o objetivo de atingir um público específico e alcançar determinados objetivos. Nesse sentido, a intencionalidade não deve ser confundida com situações em que ocorreu algum erro na produção de informações ou mesmo em eventos nos quais houve subjetividade e influência cultural sobre um determinado assunto.

Nesse sentido, convido-os a pensar sobre os seguintes tópicos antes de começarmos a aula:

<i>Quais são os desafios que enfrentamos na era da informação digital?</i>
<i>O que são "fake news" ou notícias falsas, e por que são consideradas um desafio se precedentes?</i>
<i>Como a internet e as redes sociais afetam nossa exposição à informação?</i>
<i>Qual é o papel dos educadores diante da proliferação das fake news?</i>
<i>Quais são as possíveis ramificações das fake news em nossa sociedade?</i>
<i>Por que é crucial que os alunos desenvolvam habilidades de pensamento crítico avaliação de fontes desde cedo?</i>
<i>Como os educadores podem abordar o tema das fake news em sala de aula?</i>
<i>Quais são as habilidades que os alunos devem desenvolver para lidar com disseminação de informações falsas?</i>

FONTES DE APOIO

FONTE I: O QUE SÃO FAKE NEWS?

O termo é usado para denominar informações falsas veiculadas, principalmente, nas redes sociais. Há casos de sensacionalismo para atrair acessos a sites e, assim, ganhar dinheiro com publicidade. As *fakes news* também são usadas para reforçar um pensamento, por meio de mentiras e da disseminação de intolerâncias, destruindo pessoas, empresas ou afetando instituições democráticas, o que acontece, sobretudo, em períodos eleitorais. Trata-se de desinformação: sejam mentiras intencionais ou conteúdos não verificados. Opostas a notícias, misturam-se com elas, pondo em causa o debate livre e informativo.

Texto Adaptado - Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-que-sao-fake-news/>

FONTE II: CHARGE



Disponível em: <file:///C:/Users/luist/Desktop/dia-das-bruxas-fake-news-sindicato-bancarios-bauru-710x533.webp>

AMPLIE O DEBATE

Colega,

Sugiro que explique aos seus estudantes que notícias falsas não são unicamente fenômenos contemporâneos. Mas que na atualidade devido à internet elas potencializam-se.

Existem vários outros casos de utilização de ficção e informação manipulada no século XVIII, como panfletos que circularam antes da Revolução Francesa que anunciavam um déficit orçamental nacional e sugeriam que o governo estava falido; conteúdo afirmando que os índios nos Estados Unidos colaboraram com o então rei George II da Inglaterra durante a Revolução Americana; ou, pelo contrário, que o rei britânico enviaria tropas estrangeiras para "matar patriotas americanos" com o objectivo de "fazer com que o povo se juntasse e apoiasse a causa revolucionária" (Soll, 2016 *et al.*, 2018, p.19).

FONTE III: FAKE NEWS E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Por José Eduardo Campos Faria, professor da Faculdade de Direito da USP

Suscitada pela polêmica em torno da regulação das plataformas digitais, por meio do Projeto de Lei 2.630/2020, mais conhecido como PL das *fake news*, a discussão a respeito do impacto da comunicação on-line sobre a democracia está de volta. A diferença entre o passado e o presente está no modo como essa discussão evoluiu. Há mais de 20 anos, a chegada da era digital e das plataformas de comunicação foi recebida como uma grande oportunidade para aprofundar a democracia na transição do século 20 para o século 21.

A ideia era que quanto mais os cidadãos recebessem informações e tivessem capacidade de ouvir, menos vozes marginalizadas ou ignoradas haveria. Em pouco tempo, porém, ficou claro que a democratização do acesso à informação abriu caminho para o paradoxo da desinformação, para a manipulação e para o engodo, tanto em decorrência dos abusos cometidos em nome da liberdade de expressão, quanto pela própria natureza dos novos espaços públicos.

Em vez de aprofundarem a democracia, a comunicação on-line e a expansão da era digital a perverteram. Isso não só empobreceu a ação cívica, como aumentou o poder de elites não representativas no controle da distribuição de informações e de ideias. Também, esses fatores corroeram os processos competitivos que, de algum modo, tornavam mais transparentes as tradicionais empresas de comunicação.

Além disso, a audiência geral foi se estilhaçando, à medida que a diferenciação da indústria de comunicações a diversificou em diferentes nichos – do político ao cultural, do econômico ao de entretenimento, e assim por diante.

No campo do jornalismo, por exemplo, a multiplicação de produtos simbólicos estratificados fez com que a mídia tradicional perdesse seu caráter original de comunicação de massa. No campo do direito, passou-se a discutir como as pessoas podem ser legalmente iguais, como prevê a Constituição, se cada vez mais são social e culturalmente desiguais.

No campo da política, a participação numa pluralidade de espaços públicos foi substituída por pesquisas de opinião pública. E, como não há transparência sobre o que acontece nas plataformas digitais e não se sabe ao certo quais são os filtros por elas utilizados e como classificam os conteúdos, na vida social as pessoas passaram a pensar sob a forma de estereótipos.

Por fim, a percepção de que uma parte significativa das informações consumida pela população é enganosa foi naturalizada – ou seja, tida como um novo normal. Mentiras, informações falsas, afirmações ambivalentes e expressões com justaposição de sentidos vão se sucedendo umas às outras em enorme velocidade e numa relação de causa e efeito, convertendo-se em narrativas verossímeis. O resultado é, por um lado, a crescente perda de credibilidade do que é publicado. E, por outro, o aumento do número de analistas simbólicos e “pensadores midiáticos” que decifram ou traduzem os

fatos para os leigos.

Texto adaptado - Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulas/jose-eduardo-campos-faria/fake-news-e-liberdade-de-expressao>

REFLEXÕES À PROFESSORA E AO PROFESSOR

O primeiro texto faz menção à definição do que são as *fakes news*. Nesse sentido, é importante identificar as características mais comuns das *fake news*: título sensacionalista, fontes não confiáveis ou anônimas, informações descontextualizadas, apelo à emoção, erros factuais, linguagem parcial ou preconceituosa, falta de autoria e credibilidade. Vale destacar também que, segundo o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), as *fakes news*, devido a essas características, se espalham 70 vezes mais rápido.

O segundo texto, por meio de uma charge, personifica as *fakes news* no personagem Pinóquio, conhecido na literatura infantil por contar mentiras. Dessa forma, pode-se fazer uma analogia com as redes sociais, que são meios importantes para a disseminação de *fake news*.

Na terceira fonte, é abordado o impacto da comunicação pela internet na democracia, evidenciado pela discussão em torno do Projeto de Lei 2.630/2020 (PL das *Fake news*). Esse debate destaca uma mudança significativa. Duas décadas atrás, a era digital era vista como uma oportunidade para aprofundar a democracia, acreditando-se que o aumento da informação resultaria na diminuição das vozes marginalizadas. Contudo, a democratização do acesso à informação também abriu espaço para a propagação de desinformação e manipulação, criando um paradoxo no qual a comunicação pela internet, em vez de fortalecer, acabou corrompendo a democracia.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE I – ORGANIZANDO OS DADOS E INTERPRETANDO

Primeiramente, indico que você professor, faça as seguintes perguntas aos seus estudantes:

- 1- Para você, as *fake news* podem afetar a democracia?
- 2- Quais são as principais fontes que vocês utilizam para se informar?
- 3- Se vocês já receberam *fake news* sobre o que elas se tratavam?
- 4- Você considera que a política traz muito impacto para a política na atualidade

Após as respostas colhidas, você e os estudantes podem organizar esses dados na forma de gráficos e tabelas de modo a interpretar os dados. Além disso, é importante que o assunto seja debatido em sala de aula.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE II – CRIANDO UM PROJETO DE LEI

Essa atividade pode ser realizada de forma individual e coletiva.

Estrutura do Projeto de Lei:

Explique os componentes básicos de um projeto de lei: título, preâmbulo, artigos, disposições finais. Dê um exemplo de um projeto de lei simplificado para servir como modelo. Observe o exemplo abaixo:

PROJETO DE LEI Nº ____/20XX.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE JANEIRO DE 20XX.

O (A) PREFEITO (A) CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE XXXXXXXX, Estado de XXXXXXXX, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo XXXX e seguintes da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação dos Vereadores, o seguinte:

PROJETO DE LEI

Art. 1º - A partir do dia 1º de janeiro de 20XX, o vencimento básico para os servidores da administração direta será de R\$ 1.302,00 (mil trezentos e dois reais).

Parágrafo único – Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do vencimento básico para os servidores da administração direta corresponderá a R\$ 43,40 (quarenta e três reais e quarenta centavos);

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 1º de janeiro de 20XX.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

CIDADE - ESTADO , XX de XXXXX de 20XX.

**Guia da USP ensina
jovens a criar PL**



Criação do Projeto:

Cada grupo deve elaborar seu próprio projeto de lei, abordando as *fakes news*. Nesse sentido, após discussão da problemática, os alunos devem incluir definições, medidas preventivas, penalidades, e mecanismos de fiscalização.

Apresentação e Debate

Apresentação dos Projetos:

Cada grupo apresenta seu projeto de lei para a turma.

As apresentações devem destacar os principais pontos e justificativas das propostas.

Debate e Votação:

Após cada apresentação, abra para perguntas e debate com a turma.

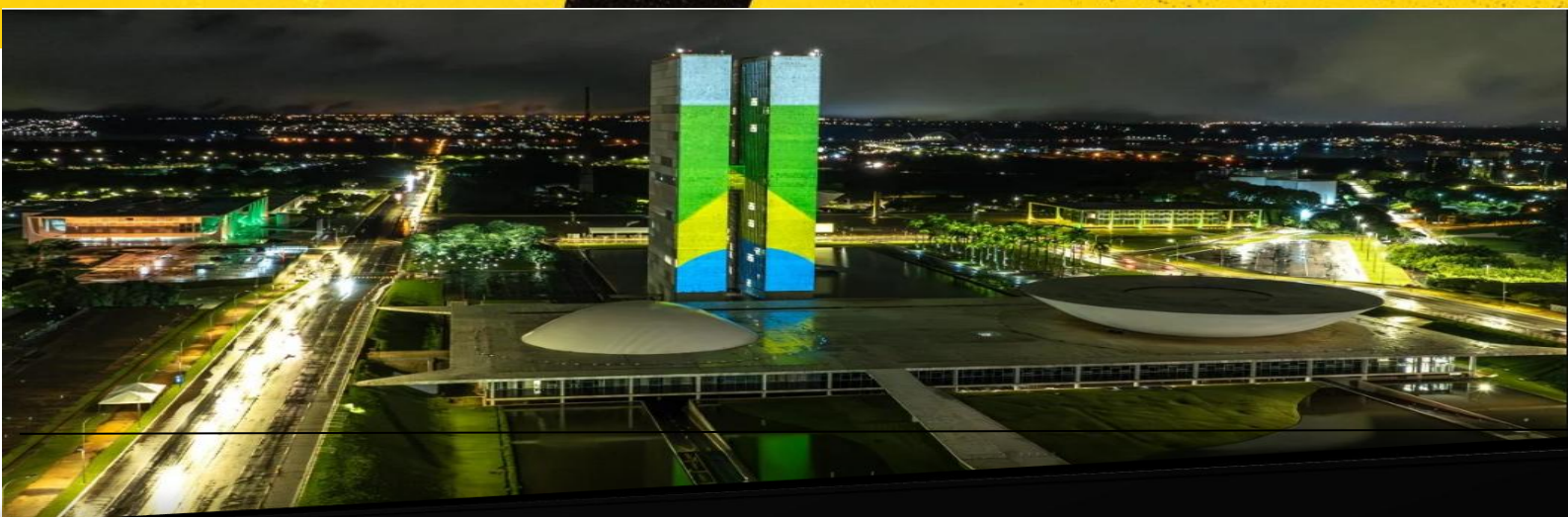
Encoraje uma discussão saudável, abordando os méritos e desafios de cada proposta.

Ao final, realize uma votação para eleger o projeto de lei que a turma considera mais eficaz.

**ASSISTA AO DEBATE- Fake news |
Debate - USP Talks #23**



Você sabe a diferença entre fato, ficção e opinião? A disseminação de notícias falsas na internet — as chamadas “*fake news*” — é um fenômeno quase inescapável da era digital, capaz de influenciar processos democráticos, como as eleições, destruir reputações e sabotar campanhas de saúde pública, como a vacinação. De onde vêm essas notícias? Como elas se disseminam? E como resolver esse problema? Esse foi o tema do USP Talks #23 - *fake news*, com a participação dos jornalistas Eugênio Bucci, professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, e Angela Pimenta, presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor). O evento aconteceu no auditório do MASP, em 18 de Setembro de 2018.



SEQUÊNCIA DIDÁTICA II : AS FAKE NEWS E O 8 DE JANEIRO



MÓDULO I - A FRAGILIDADE DEMOCRÁTICA NO BRASIL: AS FAKE NEWS E OS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DO 8 DE JANEIRO DE 2023

OBJETIVOS:

- ✓ Averiguar como as *fake news* moldaram narrativas que influenciaram no discurso dos apoiadores dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.
- ✓ Averiguar a construção histórica da democracia no Brasil e suas fragilidades.
- ✓ Estimular os estudantes a compreender a sua participação cívica perante a sociedade.
- ✓ Compreender a evolução histórica da democracia no Brasil.
- ✓ Identificar e analisar os principais eventos que marcaram a trajetória democrática do país.
- ✓ Refletir sobre os desafios e as conquistas da democracia brasileira ao longo do tempo.
- ✓ Desenvolver habilidades de pesquisa, análise crítica e síntese de informações.

DESTINATÁRIO:

- ✓ Alunos do ensino médio (1º ao 3º ano)

QUANTIDADE DE AULAS ESTIMADAS:

- ✓ 03 horas/ aula

HABILIDADES DESENVOLVIDAS INSERIDAS NA BNCC DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENSINO MÉDIO

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas (BNCC, 2018, p. 554).

RECURSOS PEDAGÓGICOS

- ✓ Textos de apoio.
- ✓ Livro didático
- ✓ Computadores (caso possível)

PROFESSORAS E PROFESSORES EM DIÁLOGO

Discorrer sobre a democracia brasileira impõe um grande desafio, levando em consideração a fragilidade da pauta e as constantes mudanças, no tocante ao processo histórico. Para a percepção dessa realidade, bastaria a construção de uma linha do tempo que demonstrasse as ameaças e constituições de golpes que circundam o cenário político do país. Conforme descrito pela pesquisadora da UFRJ, Elaine Vieira Bento da Silva:

A história republicana no Brasil é repleta de rupturas, e desde a Proclamação República em 15 de novembro de 1889 vivemos poucos períodos de efetiva democracia no país. Nossa trajetória é repleta de golpes, conspirações, eleições suspensas e governos ditatoriais. E os 21 anos de regime militar certamente deixaram graves feridas no Brasil. Nossa atual fase democrática se iniciou após a abertura política, com a promulgação da Constituição de 1988, fruto da articulação de diversos setores da sociedade e da grande participação popular (Silva, 2021, p.16).

Entretanto, a maior simbologia dessa instabilidade, enquanto estado-nação, foi a manutenção por mais de vinte anos de uma ditadura militar. Um dos períodos mais truculentos e violentos da história brasileira, que se reacendeu em faíscas e culminaram nos ataques antidemocráticos do 8 de janeiro.

A democracia brasileira, embora jovem, enfrenta desafios significativos que ameaçam sua estabilidade. Entre esses desafios, destacam-se a proliferação das *fake news* que resultam em diversos problemas sociais, incluindo, entre esses, nos pós-redemocratização, nos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Nesse sentido, nessa parte do material de proposição pedagógica, esses fenômenos serão explorados. Logo, poderão ser analisados como a desinformação e a violência política podem enfraquecer nossas instituições democráticas. Por meio desta reflexão, buscamos promover uma compreensão mais profunda desses problemas e discutir estratégias educativas para fortalecer a democracia no Brasil.

FONTES DE APOIO

FONTE I: AS FRAGILIDADES DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

O Dia Internacional da Democracia, comemorado neste 15 de setembro, foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007, com o intuito marcar a importância da Declaração Universal da Democracia, assinada em 1997 por 128 estados-membros da organização. No Brasil, é sempre importante lembrar que a democracia é uma conquista muito recente, tendo em vista que o fim da ditadura militar somente ocorreu no final da década de 1980. Entretanto, os efeitos das rupturas institucionais anteriores repercutem até os dias atuais.

Diante dos recentes episódios de manifestações antidemocráticas no país, Odilon Caldeira, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPgHistória/UFJF), comenta que a atual crise na democracia é, principalmente, uma crise global. “Existe uma larga literatura que discute quais são as causas e os efeitos desta crise, mas em algumas localidades elas se expressam com maior intensidade. No caso brasileiro, o interessante é que essa crise da democracia se coaduna com uma crise política em desenvolvimento nos últimos anos. E essas questões tornam-se nítidas no momento em que a eleição de Jair Bolsonaro traz elementos antidemocráticos bastante visíveis, como a crítica e o ataque sistemático às minorias, à liberdade de imprensa, às universidades e aos partidos políticos opositores”, avalia.

O também pesquisador do PPgHistória, Fernando Perlatto, relembra que o Brasil sempre teve sua história marcada pelo autoritarismo. “As pessoas se esquecem que também tivemos uma ditadura anterior ao período de 1964 a 1985. Se somarmos com o tempo da ditadura do Estado Novo, que ocorreu de 1937 a 1945, podemos dizer que o país viveu três décadas de regimes abertamente autoritários e ditatoriais. E mesmo na curta experiência democrática, entre os anos de 1946 a 1964, nós tínhamos partidos como o PCB na ilegalidade. Desta forma, é importante destacar que ainda existem legados desses autoritarismos nas atuais instituições, para assim compreender as particularidades do país”, comenta o professor.

Texto adaptado - Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/09/15/as-fragilidades-da-democracia-brasileira/>

Leia o texto na íntegra



FONTE II: 8 DE JANEIRO: A FRAGILIDADE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA E OS DESAFIOS PARA O FUTURO

Em 8 de janeiro de 2023, a democracia brasileira foi submetida a um ataque sem precedentes. Manifestantes insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais de 2022 invadiram e depredaram os prédios dos Três Poderes em Brasília: o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal. Esse episódio nefasto, marcado por atos de vandalismo e violência, representou uma grave ameaça às instituições democráticas e ao Estado de Direito no Brasil.

As tensões políticas no Brasil se intensificaram no período pós-eleitoral, com a proliferação de discursos de ódio e desinformação por parte de grupos extremistas que contestavam o resultado das urnas. Essa atmosfera de polarização contribuiu para a mobilização de manifestantes que, inconformados com a derrota de seu candidato, decidiram tomar as ruas para expressar sua insatisfação.

Os atos de 8 de janeiro, porém, não se limitaram a um mero protesto. Os manifestantes, em sua maioria trajando uniformes camuflados e utilizando máscaras para ocultar suas identidades, tinham um objetivo claro: contestar o resultado das eleições e instaurar um regime militar no país. Inspirados por movimentos extremistas internacionais, buscavam reverter a ordem democrática e instalar um governo autoritário.

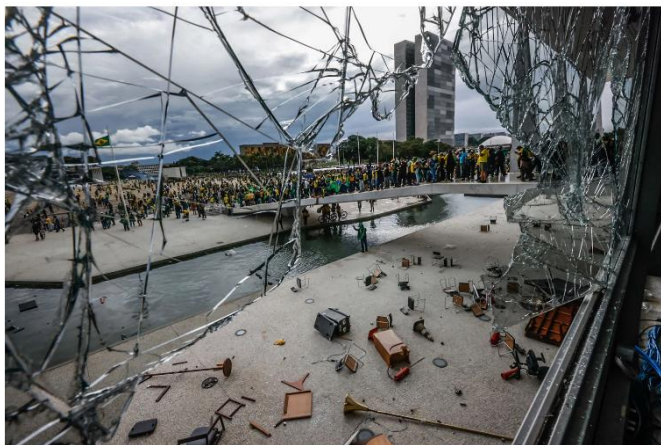
A invasão dos prédios dos Três Poderes resultou em danos materiais consideráveis. Obras de arte, mobiliário e documentos históricos foram destruídos ou saqueados pelos manifestantes. A resposta inicial das forças de segurança foi considerada insuficiente e ineficaz, com relatos de conduta inadequada por parte de alguns policiais. A falha na contenção dos invasores expôs vulnerabilidades na segurança pública e levantou questionamentos sobre a capacidade das instituições de proteger os prédios governamentais.

Texto adaptado: Disponível em: <https://politeiacoproducao.com.br/8-de-janeiro-um-olhar-critico-sobre-os-ataques-a-democracia-e-ao-extremismo-politico-no-brasil/>

Leia o Texto na íntegra



FONTE III: IMAGENS 8 DE JANEIRO



Vidraça quebrada por golpistas na invasão do Palácio do Planalto em 8 de janeiro de 2023. Foto: Gabriela Biló /FolhaPress



REFLEXÕES À PROFESSORA E AO PROFESSOR

O texto apresenta uma visão perspicaz sobre os desafios enfrentados pela democracia brasileira, ressaltando a sua fragilidade diante de manifestações antidemocráticas e da disseminação de *fake news*. Diante desse contexto, sugere-se que o professor conduza discussões em sala de aula que incentivem os alunos a refletir sobre a importância da democracia como sistema político e os obstáculos que ameaçam sua estabilidade.

Primeiramente, os alunos podem ser estimulados a debaterem sobre as causas e consequências das manifestações antidemocráticas no Brasil, buscando compreender os motivos que levam grupos a desafiar os princípios democráticos e os impactos dessas ações na sociedade. A análise crítica desses eventos pode proporcionar uma reflexão mais ampla sobre os valores democráticos e a necessidade de sua preservação.

Além disso, é relevante explorar em sala de aula o papel das *fake news* na desinformação e na manipulação da opinião pública, incentivando os alunos a desenvolverem habilidades de análise crítica de informações e fontes de notícias. A promoção da educação midiática e o incentivo ao pensamento crítico são ferramentas essenciais para combater a propagação de informações falsas e fortalecer a democracia.

FONTES II E III

O episódio ocorrido em 8 de janeiro de 2023 representou um duro golpe à democracia brasileira, evidenciando as fragilidades do sistema político diante de manifestações extremistas e antidemocráticas. Essa situação suscita uma série de questionamentos e reflexões que podem ser explorados pelo professor em sala de aula. Por exemplo, os alunos podem debater sobre os limites da liberdade de expressão em uma sociedade democrática e os mecanismos de proteção das instituições democráticas em face de ameaças internas.

A polarização política e o clima de desconfiança nas instituições democráticas são temas centrais que emergem desse contexto. Uma sugestão para o professor é promover discussões que estimulem os alunos a refletir sobre os impactos da polarização na coesão social e na governabilidade do país. Além disso, é importante explorar estratégias para promover o diálogo e a tolerância política, visando fortalecer os laços democráticos na sociedade.

Por fim, a análise das causas e consequências dos eventos de 8 de janeiro pode servir como ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre os desafios e as perspectivas da democracia brasileira. Os alunos podem ser incentivados a pensar em medidas concretas para fortalecer as instituições democráticas e prevenir novas crises políticas no futuro, promovendo assim uma cultura de cidadania ativa e responsável.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE I: CRIANDO A LINHA DO TEMPO DA DEMOCRACIA

Nesta atividade, os alunos serão convidados a criar uma linha do tempo que retrate os principais eventos relacionados à história da democracia no Brasil. A partir da pesquisa e da análise de documentos históricos, os estudantes deverão identificar marcos importantes, como a Proclamação da República, a promulgação da Constituição de 1988 e outros eventos significativos que influenciaram a evolução do sistema democrático no país.

Veja o seguinte exemplo:

Linha do Tempo: Fragilidade democrática brasileira

1822 - Independência do Brasil

Declaração de independência do Brasil em relação a Portugal, liderada por Dom Pedro I, marcando o início de um processo de construção de um Estado independente.

1824 - Constituição de 1824

Primeira Constituição do Brasil, que estabeleceu um sistema monárquico e centralizado com o poder moderador do imperador.

1889 - Proclamação da República

Derrubada da monarquia e estabelecimento da República no Brasil, com o Marechal Deodoro da Fonseca como o primeiro presidente.

1891 - Primeira Constituição Republicana

Promulgação da primeira Constituição Republicana, que instituiu um sistema federativo e presidencialista.

1930 - Revolução de 1930

Movimento liderado por Getúlio Vargas que resultou na deposição do presidente Washington Luís e na instalação de um governo provisório, marcando o fim da República Velha.

1937 - Estado Novo

Implantação do Estado Novo, uma ditadura liderada por Getúlio Vargas, que suspendeu a Constituição de 1934 e centralizou o poder no Executivo.

1946 - Constituição de 1946

Promulgação de uma nova Constituição, após a queda de Vargas, que restabeleceu a democracia no Brasil, com eleições diretas para presidente.

1964 - Golpe Militar

Golpe militar que depôs o presidente João Goulart e instaurou uma ditadura militar no Brasil, que durou até 1985.

1985 - Fim da Ditadura Militar

Transição para a democracia com a eleição indireta de Tancredo Neves, seguida por José Sarney após a morte de Tancredo.

1988 - Promulgação da Constituição de 1988

Conhecida como "Constituição Cidadã", a Constituição de 1988 restabeleceu as bases da democracia no Brasil, garantindo direitos civis, políticos e sociais.

1992 - Impeachment de Fernando Collor

Primeiro impeachment de um presidente no Brasil, marcando a força das instituições democráticas do país.

2002 - Eleição de Luiz Inácio Lula da Silva

Primeira eleição de um ex-operário à presidência, simbolizando a consolidação da democracia e a participação popular no Brasil.

2016 - Impeachment de Dilma Rousseff

Segundo impeachment presidencial no Brasil, que gerou intensos debates sobre a estabilidade democrática e a divisão política no país.

2023 - Ataques Antidemocráticos de 8 de Janeiro

Invasão dos prédios dos Três Poderes em Brasília por manifestantes inconformados com o resultado das eleições, representando uma ameaça significativa à democracia brasileira.

AMPLIE O DEBATE

Sem invasão do Capitólio, não haveria o 8 de janeiro



SUGESTÃO DE ATIVIDADE II: ANÁLISE DE IMAGENS

Imagem 1



Imagem 2



Imagem 4

Imagem 3



Imagem 1: Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/31/13-documentarios-contemporaneos-para-entender-o-golpe-militar-de-1964/>

Imagem 2: Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/seminario-na-fafich-propoe-descomemorar-golpe-de-1964>

Imagem 3: Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/08/13/94-dos-eleitores-nao-se-veem-representados.htm>

Imagem 4: Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/manifestantes-fazem-ato-para-pedir-intervencao-militar-e-ate-prisao-de-lul>

Após a observação das imagens, sugiro que façam uma análise conjunta com os estudantes das quatro imagens acima, destacando as semelhanças e diferenças entre os dois períodos históricos. Essa análise poderá ser realizada oralmente e, posteriormente, os estudantes poderão registrá-la em seus cadernos.

AMPLIE O DEBATE

Caro colega,

Neste momento, pode-se trabalhar sobre a segurança do processo eleitoral brasileiro. Nesse sentido, você pode trabalhar com a evolução do processo eleitoral, bem como, do limiar temporal de evolução das urnas eletrônicas no Brasil.

Cronologia da informatização do processo eleitoral



SUGESTÃO DE LEITURA



Em tempos de crise da democracia, o conceito de esfera pública mostra-se novamente útil para gerar compreensão sobre os desafios que se apresentam. Seja pela fragmentação saturada dos fluxos discursivos em plataformas digitais, pela explosão de fenômenos vinculados à desinformação, pela centralidade adquirida por entidades não humanas na estruturação da opinião pública hodierna, ou pelas lutas sociais e a tematização de problemas públicos como têm se organizado, eis que a noção é retomada, 60 anos após a publicação de *Mudança estrutural da esfera pública*, para dizer das possibilidades de sobrevivência da democracia. Esse livro reúne um conjunto de capítulos que se propõem a mobilizar o conceito de esfera pública e de lentes deliberacionistas, para ler não apenas o quadro mais amplo de erosão democrática, mas também as reconfigurações de práticas comunicacionais e de embates públicos que marcam o contemporâneo.

Fonte: <https://encr.pw/MO2Py>

MÓDULO II: AVERIGUANDO AS FAKE NEWS NO 8 DE JANEIRO DE 2023

OBJETIVOS:

- ✓ Averiguar como as *fake news* moldaram narrativas que influenciaram no discurso dos apoiadores dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.
- ✓ Averiguar a construção histórica da democracia no Brasil e suas fragilidades.
- ✓ Estimular os estudantes a compreender a sua participação cívica perante a sociedade.

DESTINATÁRIO:

- ✓ Alunos do ensino médio (1º ao 3º ano)

QUANTIDADE DE AULAS ESTIMADAS:

- ✓ 05 horas/ aula

HABILIDADES DESENVOLVIDAS INSERIDAS NA BNCC DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENSINO MÉDIO

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas (BNCC, 2018, p. 554).

RECURSOS PEDAGÓGICOS

- ✓ Textos de apoio.
- ✓ Cartolinas
- ✓ Computadores (caso possível)

PROFESSORAS E PROFESSORES EM DIÁLOGO

Caros professores e professoras de História,

Chegamos à última etapa da nossa proposição pedagógica. Nesse sentido, é o momento de demonstrarmos o quanto o ensino de História pode contribuir para uma discussão crítica sobre questões problemáticas, como as *fake news*. Assim, podemos explorar como as notícias foram usadas como uma estratégia política crucial para justificar e legitimar o golpe de 8 de janeiro de 2023.

Isso porque, grupos e líderes políticos disseminaram uma série de inverdades e informações enganosas com o objetivo de semear desconfiança e descontentamento em relação às instituições democráticas, especialmente sobre a legitimidade das eleições. Essas *fake news* incluíam alegações infundadas de fraude eleitoral, teorias conspiratórias e acusações contra figuras públicas, criando um ambiente de medo e revolta entre os seguidores.

Quando a problemática deste material foi levantada, ou seja, como o ensino de História pode debater as *fakes news* relacionadas aos eventos de 8 de janeiro de 2023, a primeira possibilidade considerada foi trabalhar com a análise de fontes históricas.

Entretanto, o ensino de História, além do específico trabalho de análise de fontes, pode suscitar debates importantes que levem à criticidade e interpretação delas. Por isso, é que os módulos anteriores suscitaram um conhecimento prévio sobre os conceitos principais e principalmente na compreensão inicial do que foi o 8 de janeiro. Instigar essas discussões do tempo presente em sala de aula é uma forma de provocarmos, quem sabe, o questionamento dos nossos estudantes, que diariamente estão sendo bombardeados com a presença de *fake news*.

Ademais, é pertinente perceber que as inverdades não são unicamente causadoras dos ataques antidemocráticos, mas sim potencializaram o movimento. Além disso, é importante que sempre estejamos atentos a outros eventos, nos quais elas estão inseridas e em que elas circundam a vida dos nossos jovens, e, principalmente, ao fato de que a nossa história não é marcada por rupturas ou é reduzida a um mero passado.

ETAPA 1: ESCRREVENDO SOBRE A INFLUÊNCIA DAS FAKE NEWS NO 8 DE JANEIRO.

FONTES DE APOIO

FONTE I: O IMPACTO DAS FAKE NEWS EM ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS: UM ENSAIO SOBRE O "8 DE JANEIRO" CO-AUTORES: GLENDHA CIPRIANO COELHO; LUANA CAROLINA ARAUJO SOARES.

As *fake news* impactam na escassa prática de direitos constitucionais e em atos antidemocráticos, como o que será desenvolvido ao longo deste artigo, visto que, desde longos tempos da civilização humana, notícias falsas induziram e induzem massas a praticarem atos que ferem suas determinadas Constituições e, principalmente, burlam direitos básicos que foram desenvolvidos e, em tese, praticados ao longo de toda a história humana, como exercício preliminar da democracia.

O episódio marcado como “dia 8 de janeiro de 2023” é um exemplo primário e oportuno do impacto das *fake news* nas sociedades modernas, visto que notícias falsas de usurpação e manipulação dos resultados das urnas no processo eleitoral de 2022 se espalharam no meio urbano e instigaram nos cidadãos esse dever, mesmo falho, de “salvar” a pátria brasileira dos ideais falsamente expostos como comunistas.

Para exemplificar uma das tais notícias citadas, o ex-presidente Jair Bolsonaro compartilhou uma postagem que dizia que o presidente Lula (correspondente aos anos de 2023 a 2027) não havia sido eleito pelo povo, e sim pelo serviço eleitoral aliado ao Supremo Tribunal Federal (STF). O referente ato, mesmo desfeito depois, levantou alguns possíveis atuantes referenciais, para a atuação das *fakes news* que despertaram hipóteses para a diligência da invasão ao Planalto.

E, mesmo após o evento, notícias foram imprudentemente compartilhadas pelas redes sociais e aplicativos de comunicação, objetivando ainda a gradativa, entretanto já existente, ideia de restauração patriótica. Portanto, é visível que este exemplo nos mostra que atos antidemocráticos são muito bem possivelmente ligados à propagação de *fake news*.

No Brasil, a elite trouxe, por meio de idas e vindas ao continente europeu, estas ideias de liberdade, e movimentos surgiram a favor desta apuração de filosofias e explicações práticas. Um exemplo prático de extrema importância foi a Inconfidência Mineira, com um de seus principais líderes, Tiradentes. O marcante movimento que deixou o seu legado até hoje, um feriado nacional e o símbolo marcado na bandeira de Minas Gerais.

Até então, é notório que tardiamente houve avanços significativos na luta pela liberdade de expressão no país brasileiro, já que na Constituição de 1946 garantiu-se de certo modo a liberdade de expressão e proibição da censura. Constituições e modificações futuras se propuseram a aplicar a censura como poderio, a exemplo do Ato Institucional nº 2, que editou a redação da Constituição de 1946 para que houvesse a restrição da liberdade de expressão de propagandas que fossem adversas ao governo ditatorial.

Como na frase comumente associada a Voltaire, “desprezo o que dizes, mas defenderei até a morte o teu direito a dizê-lo”, é essencial para que haja o exercício de uma democracia a proteção da liberdade de expressão. Logo, antes de entender as origens das *fake news*, se mostra prudente compreender as raízes e devaneios da liberdade de expressão.

Diante do que fora exposto, questiona-se: as *fake news* impactam em atos antidemocráticos?

Leia o Texto na íntegra



Texto Adaptado - Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-impacto-das-fake-news-em-atos-antidemocraticos-um-ensaio-sobre-o-8-de-janeiro/1830295837>

AMPLIE O DEBATE

Professor (a),

É sugerido trabalhar que espalhar notícias falsas é uma prática que transcorre a diversos momentos e temporalidades no devir histórico. Mentiras e boataria com alta disseminação social não são um fenômeno novo:

A prensa de Gutenberg permitiu a impressão em massa de livros em meados do século XV, dando asas ao sonho de um mundo cada vez mais esclarecido, com acesso ao conhecimento e às “verdades” da ciência. Mas, ao mesmo tempo, a inovação permitiu também que inúmeros panfletos espalhassem todo tipo de notícias falsas. Muito antes da internet existir, as histórias de que “Elvis não morreu” ou de que o homem nunca pisou na Lua circulavam no coletivo social, sendo tomadas por verdade para parte da população (Mans, 2018 apud Alves; Maciel, p. 148, 2020).

Nesse sentido, pode-se abordar alguns fatos e momentos históricos, a exempção do Nazismo:

Segundo Silva (2022), as *fake news* serviram como verdadeiras armas de guerra, sendo utilizadas inclusive por Adolf Hitler durante o regime do Nazismo na Alemanha. Assim como citado pelo professor especializado em livros sobre o Holocausto e política contemporânea, no New York Times:

[...] respondendo uma carta de um de seus soldados estudantes, Hitler definiu sua atitude para com a questão dos judeus. Tudo que parece ser um objetivo superior (“religião, socialismo, democracia”) era para os judeus um meio de se fazer dinheiro. Judeus não deveriam ser tratados como companheiros, mas sim entendidos como um problema objetivo, como uma doença (“tuberculose racial”) que precisava ser resolvida (Snyder, 2019 apud Silva, 2022).

FONTE II:

DATA	CHECAGEM	REFERÊNCIA
09/01/2023	Vídeo mostra manifestação no 7 de setembro de 2021, não no ato golpista recente	(FAUSTINO, 2023a)
09/01/2023	É mentira que sobrinho de Zeca do PT atuou como infiltrado em atos terroristas em Brasília	(FAUSTINO, 2023b)
10/01/2023	É falso que idosa morreu em ginásio da Polícia Federal em Brasília	(FAUSTINO, 2023c)
10/01/2023	É falso que vídeo mostra integrante do MST infiltrado quebrando vidraças em Brasília	(LEITE, 2023a)
10/01/2023	Dona de grupos bolsonaristas é acusada de ser infiltrada após defender sítio a Brasília	(FAUSTINO, 2023d)
11/01/2023	Funcionário do Banco do Brasil é falsamente associado a homem que teria defecado no STF	(FAUSTINO, 2023e)

Tabela 1. As unidades de análise do caso estudado, coletadas entre 8 de janeiro e 6 de abril de 2023. Fonte: O autor.

11/01/2023	É falso que mulher chamada Nilma Marson morreu em ginásio da PF em Brasília	(FAUSTINO, 2023f)
12/01/2023	Não é verdade que Alexandre de Moraes está mandando matar bolsonaristas detidos em Brasília	(FAUSTINO, 2023g)
13/01/2023	CNN Brasil não noticiou que esquerda pagou black blocs para vandalizar Brasília	(FAUSTINO, 2023h)
13/01/2023	É falso que Putin declarou apoio a atos golpistas em Brasília	(FAUSTINO, 2023i)
13/01/2023	É falso que pessoas saindo de buraco de elevador sejam terroristas infiltrados em Brasília	(LEITE, 2023b)
16/01/2023	Não há indícios de que invasor do Congresso que agradeceu doações em vídeo seja infiltrado	(FAUSTINO, 2023j)
16/01/2023	Foto de criança deitada em bandeira do Brasil é de julho de 2022, não recente	(LEITE, 2023c)
17/01/2023	Relógio quebrado por golpistas estava parado há anos e horário não prova tese de infiltrados	(MENEZES, 2023a)
17/01/2023	Dona Ilda, conhecida por orar no QG do Exército em Brasília, não morreu	(FAUSTINO, 2023i)
19/01/2023	Posts mentem ao relacionar membro do MST a golpista que destruiu relógio no Planalto	(FAUSTINO, 2023m)
19/01/2023	É falso que desembargador mandou soltar presos por atos golpistas de 8 de janeiro	(LEITE, 2023d)
20/01/2023	Vídeo mostra prisão de traficante, não de golpista que sentou na cadeira de Alexandre de Moraes	(LEITE, 2023e)
20/01/2023	É falso que interventor no DF disse que havia infiltrados em atos golpistas de 8 de janeiro	(RIBEIRO, 2023a)
17/02/2023	Tribunal internacional não determinou soltura de golpistas presos por ataques de 8 de janeiro	(RIBEIRO, 2023b)
24/02/2023	Empresa alugou ônibus para petistas irem à posse de Lula e para bolsonaristas no dia 8	(FAUSTINO, 2023n)
08/03/2023	Vídeo não mostra libertação de idosa presa por atos golpistas no DF	(FAUSTINO, 2023o)
17/03/2023	Ativista Raul Santiago não é golpista preso após sentar na cadeira de Alexandre de Moraes	(FAUSTINO, 2023p)
22/03/2023	Imagem de drone não prova tese de infiltrados nos atos golpistas de 8 de janeiro	(FAUSTINO, 2023q)
30/03/2023	Vídeo mostra visita de senador à PF em janeiro, e STM não determinou soltura de golpistas	(MENEZES, 2023b)

Tabela 1 (continuação). As unidades de análise do caso estudado, coletadas entre 8 de janeiro e 6 de abril de 2023. Fonte: O autor.

Fonte: LUIZ, Thiago Cury. O combate à desinformação sobre a tentativa de golpe: intercorrências de pós-verdade, populismo e fact-checking. Galáxia (São Paulo), v. 48, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202362879>. Acesso em: 5 jun. 2024.

REFLEXÕES À PROFESSORA E AO PROFESSOR

Caro professor, ao considerar os efeitos das notícias falsas sobre os direitos constitucionais e a promoção de ações antidemocráticas, como observado no texto, podemos identificar várias questões importantes. Para começar, a desinformação tem uma longa história de manipulação das massas, o que debilita a democracia e viola direitos fundamentais. O evento do 8 de janeiro de 2023 serve como um exemplo no mundo moderno, quando notícias falsas sobre fraudes eleitorais no Brasil de 2022 incitaram os cidadãos a atacar as instituições democráticas, resultando na invasão do Planalto. A disseminação dessas informações falsas, feita por figuras políticas poderosas, mostra como a desinformação pode ser usada para causar instabilidade política.

O primeiro texto mostra que as *fake news* foram utilizadas, anteriormente ao ataque terrorista de 8 de janeiro, como forma de instigar os eleitores bolsonaristas com a ideia de que os resultados foram fraudados. Pelas tabelas é possível se atentar que as *fake news* não somente estiveram presentes no 8 de janeiro, assim como também nos eventos sucessivos a ele. Ou seja, a influência dessas inverdades continuaram a ensejar o intuito de desacreditar algumas pessoas sobre a gravidade daquele evento, ou mesmo de responsabilizar terceiros por ele.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE 1: ESCRREVENDO SOBRE A INFLUÊNCIA DAS FAKE NEWS NO 8 DE JANEIRO.

A primeira atividade poderá ser realizada no intuito de compreender como as *fake news*, antes e depois do 8 de janeiro, podem influenciar a opinião de diversas pessoas. Nesse sentido, o estudante de forma individual poderá escrever sobre como essas inverdades podem impactar a democracia no Brasil, e sua utilização para manipular a opinião pública e incitar ações antidemocráticas. Após cada produção ser feita, essa poderá ser exposta para a turma e conseqüentemente sugere-se que elas sejam debatidas.

ETAPA 2: ANALISANDO AS FONTES

O uso de documentos na educação histórica promove o desenvolvimento intelectual dos alunos de maneira mais crítica. Assim, enriquecem o aprendizado para além da memorização de fatos, e os levam a questionar as informações contidas. Por conseguinte, possibilita uma maior aproximação com o “real”. Ou seja, eles podem ver com maior clareza o que querem informar.

Por isso a intenção principal da próxima atividade é instigar os estudantes à pesquisa documental, e principalmente demonstrar como o método de pesquisa histórica pode ser utilizado para o questionamento de *fake news*.

FONTES DE APOIO

FUNTE I – FONTES HISTÓRICAS

Atualmente o historiador possui uma gama vastíssima de possibilidades de fontes históricas. Claro que isso vai depender do objeto escolhido pelo historiador em sua investigação. Até o século XIX, no entanto, a única fonte histórica considerada pelos historiadores era o documento escrito, sobretudo o de caráter oficial, isto é, produzido por outros historiadores ou por autoridades.

Nesse período, os historiadores entendiam a História como uma área do conhecimento responsável apenas pela história dos grandes eventos, dos grandes governos e dos grandes homens. Essa visão limitada da História foi radicalmente modificada a partir do século XX, quando o historiador ampliou suas fontes históricas e os seus objetos de investigação aumentaram.

Por essa razão, o historiador José D'Assunção Barros fala que atualmente os historiadores praticamente não possuem limites “quanto à possibilidade de transformar qualquer coisa em fonte histórica”. Assim, podemos dizer que, além dos documentos escritos, o historiador pode se utilizar de pinturas, esculturas, fotos, vídeos, canções, ruínas, roupas, etc.

Além dessa expansão nas fontes materiais, o imaterial também se tornou fonte histórica, e a utilização dos documentos escritos se ampliou. Agora, não somente os documentos oficiais são usados na investigação histórica, mas também cartas pessoais, relatos de viagens, poemas, livros literários, diários, etc.

O historiador também pode explorar outras áreas do conhecimento e utilizá-las na sua investigação histórica. Assim, a geografia, a arqueologia, a sociologia, a antropologia, a psicologia e outras áreas do conhecimento podem e devem ser utilizadas pelo historiador. Marc Bloch ressalta a importância disso ao afirmar que o historiador precisa ter competência em outras técnicas, porque o seu ofício exigirá esse conhecimento.

Adaptado - Disponível em: <https://www.historiadamundo.com.br/curiosidades/fontes-historicas.htm>

**Leia o texto na
íntegra**

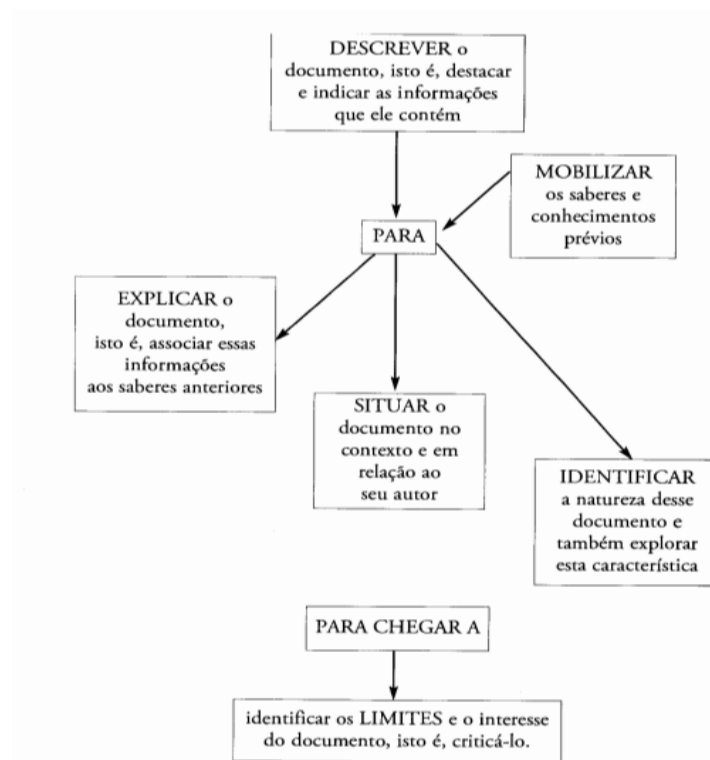


FONTE II:



Disponível em: <https://historianoemilia.blogspot.com/2017/02/aula-1-fontes-historicas.html>

FONTE III : ESQUEMA DE ANÁLISE DE FONTES ORGANIZADO POR CIRCE BITTENCOURT



REFLEXÕES À PROFESSORA E AO PROFESSOR

Professor(a), o primeiro texto faz uma breve reflexão sobre o que são as fontes históricas.

Até meados do século XX, contar a história dos chamados “heróis” (exemplos: reis, rainhas, barões, clero, entre outros) era uma das principais missões do Historiador. Para essa prática, vigorava a rigidez em análise de fontes escritas, consideradas como oficiais. Entretanto, esse método de conhecimento inflexível e de certa forma limitante está, ainda hoje, passando por novas significações. Dessa forma, principalmente a partir da década de 1970, tendo em vista a noção de uma nova história, se vê a descoberta de novos sujeitos, enquanto agentes históricos perpetrados inicialmente com a Escola dos *Annales*.

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. Fazer uma outra história, na expressão usada por Febvre, era portanto menos redescobrir o homem do que, enfim, descobri-lo na plenitude de suas virtualidades, que se inscreviam concretamente em suas realizações históricas (Burke, 1992, p.8).

Tal método de indução histórica tinha por base um olhar sobre o que era marginalizado frente à construção do “mito histórico”. Com isso, o papel alentado da “micro-história” dá as pessoas que antes eram excluídas da História “voz” e “face”. Além disso, nota-se veementemente, desde então, uma tendência multidisciplinar entre as áreas do conhecimento, que juntas acabam por reunir e validar uma vasta quantidade de fontes.

Já no segundo texto, é demonstrada uma classificação básica da análise de fontes. Logo, vê-se sua divisão em fontes primárias e secundárias. Nesse ponto, é relevante mostrar que, ao considerar a história e a classificação das fontes, as *fake news* podem ser vistas como **fontes primárias**, se forem usadas para estudar o período em que foram criadas e disseminadas. Elas são documentos originais que refletem as tentativas de manipulação e o contexto social e político do momento em que surgiram.

No terceiro esquema, é demonstrada a capacidade de verificar a veracidade das informações. É essencial em um mundo repleto de dados e notícias. Logo, poderá ser demonstrado aos estudantes, baseado no esquema fornecido, como ele pode ajudar a analisar criticamente documentos e informações, assegurando a sua autenticidade e relevância.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE REFLETINDO E ESCRREVENDO

1ª Etapa

- Entregue a cada grupo uma seleção de fontes históricas (artigos, documentos, imagens) e contemporâneas (postagens de redes sociais, notícias online) relacionadas ao 8 de janeiro de 2023 e outros momentos históricos similares.
- Cada grupo deve analisar suas fontes, identificando possíveis *fake news* e verificando a veracidade das informações. Eles devem usar critérios como: a origem da fonte, a data de publicação, e a presença de evidências concretas.
- Os alunos devem anotar suas descobertas em post-its e colar em uma cartolina dividida em duas seções: "Fatos verificados" e "Possíveis *fake news*".
- Nesse momento, é muito importante que o(a) professor(a) destaque que os conhecimentos históricos adquiridos nas aulas anteriores, poderão servir como base para analisar a veracidade, ou não, de informações.
- Além disso, caso tenha acesso à sala de informática, esses estudantes poderão consultar em diversos sites a veracidade, ou não, da informação. Caso não tenha acesso, o professor será o mediador principal, cabendo a ele apontar características e a suscitar questionamentos que levem o aluno a indagar a veracidade ou não.

Exemplo de questionamentos:

As informações apresentadas são detalhadas e específicas?

O conteúdo tem erros gramaticais ou de ortografia?

A notícia cita fontes confiáveis ou dados verificáveis?

A notícia parece excessivamente emocional ou sensacionalista?

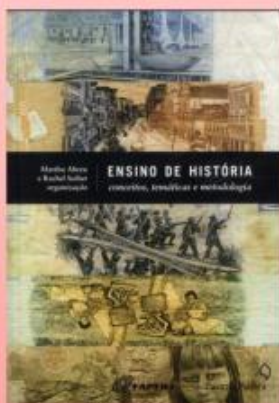
2ª etapa: Cada grupo apresenta suas descobertas para a turma, explicando como chegaram às suas conclusões sobre a veracidade das informações analisadas. Os alunos devem destacar as técnicas usadas para verificar os fatos e identificar *fake news*. Posteriormente, poderá ser feita uma discussão sobre os desafios encontrados pelos grupos durante a investigação. Pergunte aos alunos como a experiência de analisar fontes históricas e contemporâneas mudou sua percepção sobre a importância da verificação de fatos.

3ª etapa: **Reflexão Escrita**

Peça aos alunos que escrevam uma breve reflexão sobre a importância de usar fontes confiáveis na construção do conhecimento histórico e na formação de opiniões informadas. Para isso, eles devem também considerar o impacto das *fake news* na sociedade e como podem aplicar o que aprenderam em sua vida cotidiana.

SUGESTÕES DE LEITURA

Este livro aborda aspectos de ensino e aprendizagem de História do ponto de vista dos problemas teóricos que fundamentam o conhecimento escolar e dos problemas das práticas em sala de aula. A História, enquanto conhecimento escolar, possui uma história que é brevemente apresentada, a fim de proporcionar ao leitor reflexões sobre o atual momento da disciplina no processo de reformulações curriculares. O livro preocupa-se em fornecer fundamentos sobre a seleção de conteúdos e métodos para os futuros professores ou para os que já estão enfrentando o trabalho nas salas de aula.



Os capítulos do livro Ensino de História, Conceitos, temáticas e metodologia tratam das possibilidades da pesquisa histórica em sua articulação com o ensino.

O livro Ensino de história é dividido em quatro partes - identidade, cultura, cidadania e gênero -, e apresentam discussões conceituais, a análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais e algumas atividades pedagógicas ligadas aos conceitos-chaves em História e a atuação dos professores dessa disciplina.

SUGESTÃO DE LEITURA



Aos olhos dos seus eleitores, as *deficiências* dos líderes populistas se transformam em qualidades, sua inexperiência demonstra que não pertencem ao círculo da “velha política”, e sua incompetência é uma garantia da sua autenticidade. As tensões que causam em nível internacional são vistas como mostras de sua independência, e as fake news, marca inequívoca de sua propaganda, evidenciam sua liberdade de pensamento.

No mundo de Donald Trump, Boris Johnson, Matteo Salvini e Jair Bolsonaro, cada dia traz sua própria gafe, sua própria polêmica, seu próprio golpe brilhante. No entanto, por trás das manifestações desenfreadas do carnaval populista, está o trabalho árduo de ideólogos e, cada vez mais, de cientistas e especialistas do Big Data, sem os quais esses líderes nunca teriam chegado ao poder.

Disponível em: <https://acesse.one/ordkX>

Anexos de trechos de notícias que poderão ser utilizadas na última atividade:

Observação: Professores(as) os recortes que se inserem enquanto fake news são retirados de sites que visam a desconstruir essas inverdades. Nesse sentido, vale ressaltar que não é intenção do organizador deste material, enfatizar o trabalho daqueles que disseminam essas falsas notícias.

(fake news) Anexo 1: Alexandre de Moraes recebeu “triste notícia” ao saber que todos os acusados pelo 8 de janeiro eram inocentes.

Já há algum tempo, está circulando na internet uma mensagem que aponta para algo que seria uma “triste notícia” para o ministro Alexandre de Moraes. De acordo com os textos que estão viralizando na internet, ele teria “descoberto” que todos os acusados pelos ataques em 8 de janeiro eram inocentes.

O texto é acompanhado de um vídeo do jornalista Alexandre Garcia falando de um pedido de acordo enviado ao STF pela Procuradoria-Geral da República. “ACABOU DE ACONTECER! MORAES RECEBE TRISTE NOTÍCIA TODOS ERAM INOCENTES”, diz uma das mensagens que estão viralizando na internet.

Fonte: <https://www.boatos.org/>

(fake news) Anexo II: União Europeia pediu explicações sobre urnas eletrônicas nas eleições de 2022.

A União Europeia entrou na briga e pediu explicações para Alexandre de Moraes sobre as urnas eletrônicas e resultado das eleições no Brasil.

Do nada (ou quase do nada), uma mensagem tem tentado ressuscitar uma tese antiga das eleições de 2022. Ela aponta para algo que teria ocorrido na União Europeia, mais exatamente em Paris. Um jovem com uma camisa da seleção brasileira de futebol em cima de blazer gravou um vídeo com uma mensagem que “agora vai”. Ele teria dito que, graças as manifestações e paralisações, a União Europeia iria pedir explicações para Alexandre de Moraes sobre as urnas eletrônicas e resultado das eleições de 2022.

Fonte: <https://www.boatos.org/>

(fake news) Anexo III: Urnas eletrônicas transportadas em São Paulo provam fraude nas eleições Em São Paulo (SP).

Urnas eletrônicas são transportadas irregularmente por empresa onde o dono é filiado ao PT. 2022 já está quase acabando, mas algumas coisas ainda não foram superadas por muitos brasileiros: o resultado das eleições deste ano. Após a divulgação do resultado, diversos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro se mostraram inconformados com a situação

Fonte: <https://www.boatos.org/>

(Notícia verdadeira) Anexo IV: Por que a urna eletrônica é segura?

Em todos os anos de eleições no Brasil, além dos acalorados debates entre os candidatos e suas propostas, sempre surge uma pergunta: a urna eletrônica é realmente segura? Essa questão mexe com o imaginário das pessoas e acende discussões na imprensa e nas redes sociais. Toda sorte de supostas fraudes e teorias

conspiratórias surge nessa época. O fato é que a Justiça Eleitoral trabalha duro para garantir que a votação ocorra de forma segura, transparente e eficiente. E o sucesso e a qualidade desse trabalho podem ser conferidos pela população ao final de cada eleição.

A Justiça Eleitoral utiliza o que há de mais moderno em termos de segurança da informação para garantir a integridade, a autenticidade e, quando necessário, o sigilo. Esses mecanismos foram postos à prova durante os Testes Públicos de Segurança realizados em 2009 e 2012, nos quais nenhuma tentativa de adulteração dos sistemas ou dos resultados da votação obteve êxito. Além disso, há diversos mecanismos de auditoria e verificação dos resultados que podem ser efetuados por candidatos e coligações, pelo Ministério Público (MP), pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo próprio eleitor.

Fonte: <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-4/por-que-a-urna-eletronica-e-segura>.

(Notícia Verdadeira) Operação mira mais de 200 foragidos do 8 de janeiro. 49 são presos pela PF.

A Polícia Federal deflagrou nesta quinta-feira, 6, uma operação em 18 Estados e no Distrito Federal para capturar mais de 200 foragidos, investigados e condenados envolvidos no 8 de Janeiro. Até a noite de ontem, 49 pessoas haviam sido presas preventivamente, segundo a PF. Os agentes permaneciam em busca de outras 159.

Os alvos da ofensiva, de acordo com os investigadores, descumpriram medidas cautelares "deliberadamente". Alguns quebraram a tornozeleira eletrônica ou mudaram de endereço sem avisar à Justiça, "com risco de fuga"; outros, condenados, não se apresentaram para o cumprimento da pena e deixaram o Brasil

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/06/07/operacao-mira-mais-de-200-foragidos-do-8-de-janeiro-49-sao-presos-pela-pf.htm?cmpid=copiaecola>

MENSAGEM FINAL

Colega professora e professor,

Espero que o material de orientação pedagógica tenha proporcionado discussões e debates enriquecedores. Nesse sentido, agradeço-lhe por depositar a confiança no material utilizado, bem como seria de grande valia a obtenção do seu feedback quanto às aulas desenvolvidas e também sugestões de melhoras. Assim, deixo o meu e-mail e WhatsApp para facilitarmos a nossa comunicação.

e-mail: luisfbrodriques@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS

POLITEIA. **8 de Janeiro: um olhar crítico sobre os ataques à democracia e ao extremismo político no Brasil**. Disponível em: <https://politeiacoproducao.com.br/8-de-janeiro-um-olhar-critico-sobre-os-ataques-a-democracia-e-ao-extremismo-politico-no-brasil/>. Acesso em: 9 jun. 2024.

UFJF NOTÍCIAS. **As fragilidades da democracia brasileira**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/09/15/as-fragilidades-da-democracia-brasileira/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

CONGRESSOEMFOCO. **Em tempos de pós-verdade e de redes sociais**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/em-tempos-de-pos-verdade-e-de-redes-sociais/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

JORNAL DA USP. **Fake news e liberdade de expressão**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulas/jose-eduardo-campos-faria/fake-news-e-liberdade-de-expressao/>.

HISTORIADOMUNDO. **Fontes históricas**: o que são, tipos, importância. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/fontes-historicas.htm>. Acesso em: 07 jun. 2024.

LIMA, T. **Fazendo história no Emilia**: Aula 1 - Fontes Históricas. Disponível em: <https://historianoemilia.blogspot.com/2017/02/aula-1-fontes-historicas.html>. Acesso em: 9 jun. 2024.

LUIZ, Thiago Cury. **O combate à desinformação sobre a tentativa de golpe**: intercorrências de pós-verdade, populismo e fact-checking. *Galáxia* (São Paulo), v. 48, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202362879>. Acesso em: 9 jun. 2024.

ABL. **Pós-verdade**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>.

RBA, V. N., da. **Movimentos e entidades organizam neste fim de semana a “Virada da Democracia”**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/movimentos-e-entidades-organizam-neste-fim-de-semana-a-virada-da-democracia/>. Acesso em: 9 jun. 2024.

SUPORTEPRESS. **O que é democracia?** Aprenda agora em até 10 minutos | Politize! Disponível em: https://www.politize.com.br/democracia-o-que-e/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwpZWzBhC0ARIsACvjWROfktFLFI6tyRi3rrHPuveudLmtejZEzHzlcWubKyODonp8Cveni2UaAuDaEALw_wce. Acesso em: 9 jun. 2024.

UOL. **Você sabe mesmo o que é democracia?** Regime mudou ao longo da História. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/10/28/o-que-e-democracia-e-como-esse-regime-politico-mudou-ao-longo-da-historia.htm?cmpid=copiaecol>.